JUNHO 2025

ESTUDO SOBRE GÉNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM CABO VERDE

GOVERNO DE CABO VERDE
A TRABALHAR PARA TODOS.

LUXEMBOURG AID & DEVELOPMENT

Cabo Verde, Junho de 2025

Este estudo foi produzido com o suporte do "Financiamento Climático Internacional" do Governo de Luxemburgo.

LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG

Este estudo foi realizado com o apoio e a colaboração das seguintes instituições internacionais:

LUXEMBOURG AID & DEVELOPMENT

LUXDEV Luxembourg Development Agency

Ficha Técnica

Referência
Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, 2025. Estudo sobre Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde. Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género. República de Cabo Verde, Pág. 123pp

Propriedade

ICIEG
Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género

Presidente
Marisa Carvalho

Coordenação
Anilsa Gonçalves (ICIEG)

Equipa Técnica elaboração do relatório

Elaboração
Social3: Consultoria, Assessoria, Formação Lda (Responsável pela Realização, Gestão e Controlo de Qualidade)
Djalita Fialho - Coordenadora Metodológica
Sónia Lopes - Consultora em Clima
Carla Corsino - Consultora em Género
Catarina Cardoso - Consultora em Género

Revisão
Inês Mourão (LuxDev)
Nuno Ribeiro (LuxDev)

Design Gráfico, Paginação e Edição
LBC Global

Financiador/Parceiro de Implementação
Programa Ação Climática
Luxembourg AID Development

Este documento é disponibilizado pelo ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género).

"Não seremos capazes de enfrentar os desafios das mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio apenas com a contribuição dos homens; a contribuição das mulheres duplicará o impacto." (IUCN, 2012)."[1]

1 IUCN (2012). The Art of Implementation: Gender Strategies Transforming National and Regional Climate Change Decision Making. IUCN and GGCA.

Índice

Ficha Técnica 9

Sumário Executivo 10

Lista de Abreviaturas 14

1. Introdução **17**

1.1 Panorama das Relações de Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde: Justificação do Estudo 18

1.2 Objetivos do Estudo 21

1.3 Metodologia 22

2. Mecanismos e Políticas Relacionadas com Género e Mudanças Climáticas **26**

2.1 Mecanismos Internacionais 27

2.1.1 As Convenções do Rio (2016- 2024) 27

2.1.2 Os Planos de Ação em Matéria de Género e Clima da Convenção do Rio e a Agenda 2030 para os ODS 27

2.1.3 Sinergias Sensíveis ao Género Previstas nos Fóruns Mundiais em 2025 28

2.1.4 Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 da União Africana 28

2.1.5 Compromissos Regionais da CEDEAO sobre Género e Mudanças Climáticas 28

2.2 Mecanismos e Políticas Nacionais2.3.1 Fundo do Ambiente 29

2.2.1 Quadro Institucional e Instrumentos de Política para Integração de Género na Ação Climática 29

2.2.2. Mapeamento dos Processos de Tomada de Decisão Relativos às Mudanças Climáticas e ao Género 34

3. Análise de Políticas, Programas e Projetos sobre Mudanças Climáticas com Foco no Género em Cabo Verde **39**

3.1 Perspetiva de Género nos Setores Mais Vulneráveis a Nível Climático 40

3.1.1 Oceanos e Zonas Costeiras 40

3.1.2 Agricultura, Silvicultura e Floresta 43

3.1.3 Gestão de Riscos e Desastres 45

3.1.4 Saúde 47

3.1.5 Água e Saneamento 49

3.1.6 Energia 51

3.1.7 Turismo 52

3.2 Transversalização da perspetiva de género nas políticas climáticas 54

3.3 Planeamento e Financiamento 58

3.4 Lacunas na Integração Explícita de Género nas Políticas Climáticas: Ambição 2030, PEDS II, PNIG, PAC, NDC, NAP-CV 63

3.5 Sumário da Análise Documental 67

4. Análise da Percepção Pública sobre Mudanças Climáticas e Dinâmicas de Género **71**

4.1 Perspetiva Comunitária 72

4.1.1 Impactos das Mudanças Climáticas por Setor 73

4.1.2 Impactos em Homens e Mulheres 74

4.1.3 Grupos Mais Afetados 75

4.1.4 Resiliência e Adaptação 76

4.1.5 Participação e Tomada de Decisão 76

4.1.6 Principais Insights dos Diálogos Comunitários 77

4.2 Perspetiva Institucional 80

4.2.1 Impactos Gerais das Mudanças Climáticas 83

4.2.2. Vulnerabilidades e Desigualdades de Género 85

4.2.3 Resiliência e Capacidade de Adaptação 88

4.2.4 Principais Insights dos Resultados do Inquérito Online 91

4.3 Integração de Percepções Comunitárias e Institucionais 93

5. Políticas Climáticas Inclusivas: Aprendendo com Experiências Internacionais **95**

5.1 Benchmarking de Boas Práticas Internacionais 96

5.2 Ferramentas para Implementação 99

6. Estratégias para a Integração Efetiva da Perspetiva de Género nas Políticas e Ações Climáticas **104**

6.1 Guia de Ação para a Integração de Género na Resposta aos Desafios Climáticos em Cabo Verde 106

6.1.1 Políticas e Cooperação Institucional 107

6.1.2 Emprego e Inclusão Económica das Mulheres 111

6.1.3 Empreendedorismo e Acesso a Recursos 112

6.1.4 Pobreza, Proteção Social e Resiliência Comunitária 114

7. Conclusão **119**

Referências **122**

Anexos **124**

Anexo I – Formulário do Inquérito Online 126

Anexo II – As Convenções do Rio 126

Anexo III – As Convenções do Rio e os ODS 129

Anexo IV – Abordagens Sensíveis ao Género e Clima nas Convenções Previstas para 2025 130

Anexo V – Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 - União Africana 131

Anexo VI – Compromissos da CEDEAO sobre Género e Mudanças Climáticas 132

Índice de figuras

Figura 1 — Sequência de fases para a realização do Estudo 23

Figura 2 — Quadro de Governança Climática 36

Figura 3 — Integração das Dimensões de Género nas Políticas Climáticas 69

Figura 4 — Representação Sectorial das Respostas ao Inquérito 81

Figura 5 — Integração e Implementação da Perspetiva de Género em Instituições 82

Figura 6 — Integração e Implementação da Perspetiva das MC em Instituições 83

Figura 7 — Principais Impactos das Mudanças Climáticas 84

Figura 8 — Impacto das Mudanças Climáticas em Homens e Mulheres 84

Figura 9 — Grupos sociais mais vulneráveis às MC 87

Figura 10 — Resiliência e Capacidade de Adaptação por Género 88

Figura 11 — Desafios na integração da perspetiva de género nas políticas climáticas 89

Índice de gráficos

Gráfico 1 — Distribuição das Respostas ao Inquérito Por Tipo de Organização 80

Índice de quadros

Quadro 1 — Projeto BAD com indicador de risco ligado as Mudanças Climáticas 24

Quadro 2 — Síntese de Documentos Estratégicos Nacionais: Desenvolvimento Sustentável, Ação Climática e Igualdade de Género 35

Quadro 3 — Análise Comparativa da Integração do Género em Políticas Climáticas por Setor 54

Quadro 4 — Lacunas na Transversalização de Género nas Políticas Climáticas por Setor 56

Quadro 5 — Género no Financiamento Climático em Cabo Verde 61

Quadro 6 — Descrição dos Participantes nas Rodas de Conversa por Município 72

Quadro 7 — Diferença de Impacto por Género 74

Quadro 8 — Diferença de Impacto por Género 75

Quadro 9 — Impactos por Setor, Grupos Mais Afetados e Vulnerabilidades resultantes 78

Quadro 10 — Referências Globais sobre Género e Mudanças Climáticas 80

Quadro 11 — Esquema de aplicação das recomendações - Políticas e Cooperação Institucional 110

Quadro 12 — Esquema de aplicação das recomendações – Emprego e Inclusão Económica das Mulheres 111

Quadro 13 —Esquema de aplicação das recomendações - Empreendedorismo e Acesso a Recursos 113

Quadro 14 — Esquema de aplicação das recomendações – Pobreza, Proteção Social e Resiliência Comunitária 115

Quadro 15 — Síntese das Recomendações-Chave 116

Quadro 16 — Indicadores Estratégicos ccGAP para Ação Climática com Perspetiva de Género 117

Sumário Executivo

O Estudo "Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde" oferece uma análise detalhada da interseção entre as desigualdades de género e os impactos climáticos no arquipélago, propondo estratégias para uma governação climática mais direcionada, inclusiva e eficaz. Este trabalho ganha especial relevância ao analisar a situação paradoxal que se vive em Cabo Verde: embora seja considerado um dos países mais resilientes da África Subsaariana, ocupa a 98ª posição no Índice NDGAIN de vulnerabilidade climática, revelando uma resiliência que não beneficia igualmente todos os segmentos da população.

O arquipélago enfrenta uma dupla e interligada vulnerabilidade, climática e social, profundamente interligadas: de um lado, secas prolongadas, subida do nível do mar e eventos extremos; de outro, disparidades de género estruturais que comprometem a capacidade adaptativa das comunidades. As mulheres, particularmente nas zonas rurais, são mais vulneráveis devido à sua responsabilidade na gestão de recursos naturais, como água e agricultura de subsistência. A escassez hídrica e a degradação dos solos aumentam a sua carga de trabalho e ameaçam a segurança alimentar das famílias que chefiam. Em contraste, os homens, que predominam nos setores da pesca e construção, enfrentam desafios como o declínio dos stocks pesqueiros devido ao aquecimento dos oceanos e a destruição de infraestruturas costeiras por erosão e inundações. Estes impactos diferenciados ocorrem num contexto onde, apesar dos avanços na igualdade de género, como a Lei da Paridade, que elevou a representação parlamentar feminina para 37,5% em 2021, persistem desafios significativos. A participação económica das mulheres (51,6%) permanece 13 pontos percentuais abaixo da masculina (64,9%) e a segmentação do mercado de trabalho limita o seu acesso a oportunidades. Além disso, 43% da pobreza extrema concentra-se em lares representados por mulheres, que enfrentam maior precariedade laboral e sobrecarga de trabalho não remunerado.

Este Estudo foi concebido para analisar de que forma os impactos das MC, quando combinados com desigualdades estruturais, contribuem para a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade, e para orientar a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas nacionais. Para o efeito, adotou-se uma abordagem metodológica assente no modelo Climate Change Gender Action Plan (ccGAP) da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), combinando análise documental, inquérito nacional, rodas de conversa em municípios-piloto e workshop participativo com instituições públicas, sociedade civil e especialistas.

Síntese dos Resultados

- A revisão de políticas nacionais e internacionais revela que, embora Cabo Verde tenha instrumentos como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e o Plano Nacional de Adaptação (NAP), que reconhecem a igualdade de género como princípio transversal, falta operacionalização concreta. Por exemplo, a NDC não especifica medidas para assegurar que as ações 6 climáticas beneficiem equitativamente homens e mulheres, e o NAP aborda a equidade social sem indicadores desagregados por género.

- A análise sectorial destaca avanços em áreas como as pescas, onde a Estratégia de Género para o setor das Pescas (EGSP 2022-2026) promove a igualdade através de auditorias participativas e da proposta de infraestruturas sensíveis ao género. Em contraste com os avanços no setor das pescas, a análise revela que o turismo - atividade económica crucial para Cabo Verde - carece de políticas explícitas que abordem as disparidades de género. O financiamento climático também apresenta lacunas: apenas uma pequena percentagem dos fundos internacionais é direcionada explicitamente para a igualdade de género, enquanto mecanismos nacionais, como o Fundo Climático e Ambiental, ainda não incorporam critérios de género na sua operacionalização.

- Relativamente à perceção pública dos impactos climáticos, os dados recolhidos em cinco municípios-piloto do Programa de Ação Climática (PAC) (Brava, Mosteiros, Praia, Boa Vista e Ribeira Brava) revelam uma clara consciência dos impactos climáticos, com destaque para os desafios específicos enfrentados pelas mulheres rurais. Estas enfrentam sobrecarga de trabalho não remunerado, dificuldades no acesso a água e alimentos, e exclusão dos processos decisórios. Apesar disso, reconhece-se que as mulheres possuem notória resiliência e conhecimentos práticos essenciais na gestão de recursos, emergindo como protagonistas nos processos de adaptação comunitária. Paradoxalmente, a sua participação em cargos de liderança permanece limitada devido a barreiras estruturais, alinhadas com uma estrutura patriarcal.

Como síntese conclusiva, o Estudo formula um conjunto de recomendações estratégicas, elaboradas a partir de consulta às melhores práticas internacionais, rodas de conversa com comunidades locais, inquérito a organismos públicos e organizações da sociedade civil e workshop de consulta a entidades nacionais. Estas recomendações encontram-se sistematizadas no *Guia de Ação para a Integração de Género na Resposta aos Desafios Climáticos em Cabo Verde* (Capítulo 6), com o objetivo de orientar uma ação climática inclusiva no arquipélago:

1. Integração transversal do género em políticas sectoriais

- Incorporar e/ou reforçar objetivos, metas e indicadores desagregados por género em setores-chave (água, energia, agricultura, pesca), garantindo orçamentos e instrumentos de monitorização que reflitam as necessidades específicas de mulheres e homens.

2. Financiamento climático sensível ao género

- Garantir a incorporação sistemática de critérios de equidade de género em todos os processos de concessão de fundos e mecanismos financeiros nacionais para ação climática.

- Criar linhas de microcrédito verde e fundos específicos para apoiar MPMEs lideradas por mulheres, respondendo à prioridade apontada por 41,5 % das organizações inquiridas no âmbito deste estudo.

3. Governação inclusiva e participação equitativa

- Instituir/estabelecer mecanismos de representação paritária de género em instâncias governamentais, como o Conselho Interministerial para a Ação Climática (CIAC) e a Comissão Interministerial de Género .

- Fortalecer sistematicamente a capacitação com perspetiva de género, ampliando o acesso de mulheres, pessoas não binárias e outros grupos subrepresentados à formação técnica em áreas como manutenção de sistemas solares e gestão de riscos de desastres.

- Capacitar gestores públicos em interseccionalidade climática.

4. Empoderamento económico e capacitação técnica

- Oferecer programas inclusivos de capacitação em práticas agrícolas resilientes, agro-florestação e gestão hídrica comunitária.

- Desenvolver estágios e formação técnica com enfoque de género, promovendo o acesso equitativo e a permanência dos grupos historicamente sub-representados em setores emergentes (turismo sustentável, energias renováveis).

5. Produção e uso de dados desagregados por género

- Reforçar os sistemas de informação para a recolha sistemática e periódica de dados desagregados, assegurando a sua integração ao Observatório do Género do ICIEG, de modo a apoiar, com base em evidências, a formulação, monitorização e avaliação de políticas públicas sensíveis ao género e clima.

6. Promoção da justiça epistémica e valorização de saberes locais

- Formalizar a incorporação de conhecimentos femininos em diagnósticos e planos de ação territoriais, garantindo processos consultivos sistemáticos em cada ilha e assegurando representação de mulheres rurais, idosas e pessoas com deficiência, cujos conhecimentos e necessidades são essenciais para políticas eficazes.

Em jeito de conclusão, o estudo evidencia que a plena integração da dimensão de género constitui condição fundamental para a eficácia e sustentabilidade das políticas climáticas em Cabo Verde. A análise qualitativa e os testemunhos recolhidos em campo demonstram que a equidade de género não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo estratégico para a resiliência climática do país. As evidências apontam para o valor singular da experiência prática das mulheres - particularmente seu conhecimento íntimo das dinâmicas familiares e comunitárias - na construção de soluções adaptativas eficazes face às mudanças climáticas. Ao reconhecer e potenciar o papel das mulheres como protagonistas da adaptação – sobretudo nas zonas rurais, mas também em setores como a pesca, energia, turismo e saúde – Cabo Verde pode posicionar-se como referência regional na construção de uma transição ecológica justa e sustentável. Ignorar a interseção entre género e clima significaria desperdiçar uma oportunidade estratégica para fortalecer a resiliência nacional. A plena participação de todos os cidadãos, independentemente do género, é condição indispensável para um desenvolvimento sustentável e economicamente robusto face às crises climáticas crescentes.

Lista de Abreviaturas

AGNU Assembleia Geral das Nações Unidas

ANAS Agência Nacional de Água e Saneamento

CABRI Capacity Building and Research Institute

ccGAP Climate Change Gender Action Plan

CCDR Country Climate and Development Report (Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País)

CEDAW Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIAC Conselho Interministerial para as Ações Climáticas

CMNUCC Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

CPEIR Climate Public Expenditure and Institutional Reviews

CSW Comissão sobre o Estatuto da Mulher

DGASP Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária

DNPA Direção Nacional das Pescas e Aquacultura

ECAA/UNICV Escola de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade de Cabo Verde

EGSP Estratégia de Género no Setor das Pescas

ENRRD Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres

ENTS Estratégia Nacional de Turismo Sustentável

ESGAS Estratégia Social e de Género para o Setor da Água e Saneamento

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

GCF Fundo Verde para o Clima

GEF Fundo Mundial para o Ambiente

GGEO Global Gender and Environment Outlook

GOPEDS Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

HLPF Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

IBFCCA Inclusive Budgeting and Financing for Climate Change in Africa

ICIEG Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

IMAR Instituto do Mar

INIDA Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

INMG Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

IUCN União Internacional para a Conservação da Natureza

MAA Ministério da Agricultura e Ambiente

MFIDS Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social

NAP Plano Nacional de Adaptação

MC Mudanças Climáticas

NDC Contribuição Nacionalmente Determinada

ND-GAIN Notre Dame Global Adaptation Initiative

NBS Nature-Based Solutions (Soluções Baseadas na Natureza)

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG Organização Não-Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

OSC Organizações da Sociedade Civil

PEDS Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PISP Programa de Inclusão Social e Produtiva

PLENAS Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento

PNASMC Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas

PNIG Plano Nacional de Igualdade de Género

PNM Política Nacional do Mar

POSER Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais

POT Plano Operacional do Turismo

PNUA Programa das Nações Unidas para o Ambiente

QGC Quadro de Governança Climática

QRP Quadro de Recuperação Pós-Desastre

REFLOR-CV Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Setor Florestal em Cabo Verde

RRD Redução de Riscos de Desastres

RSI Rendimento Social de Inclusão

RSIE Rendimento Social de Inclusão Emergencial

SFA	Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres
SINAGERD	Sistema Nacional de Gestão de Riscos de Desastres
SNAC	Secretariado Nacional para a Ação Climática
SNPCB	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
UNCCD	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
UNEA	Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
ZEE	Zona Económica Exclusiva

01.

Introdução

1.1

Panorama das Relações de Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde: Justificação do Estudo

Cabo Verde, classificado como o 98º país mais vulnerável às mudanças climáticas (MC) do mundo, ocupa simultaneamente a 78ª posição em capacidade de adaptação climática no índice ND-GAIN[1] , revelando progressos na construção de resiliência face aos riscos climáticos. O país tem vindo a consolidar a sua estratégia climática através de instrumentos político-estratégicos nacionais e locais, reforçando a produção de dados e sistemas de monitorização para setores críticos como transportes, agricultura e prevenção de desastres.

Contudo, estes avanços institucionais esbarram em desafios complexos decorrentes de uma dupla vulnerabilidade: 1) climática, manifestada através de secas prolongadas, subida do nível do mar e eventos extremos; e 2) social, evidenciada pelas desigualdades de género estruturais. Apesar de ser considerado um dos países mais resilientes da África Subsaariana, a sua posição no ND-GAIN demonstra fragilidades perante fenómenos climáticos extremos, cujos impactos tendem a criar padrões distintos de vulnerabilidade entre diferentes grupos populacionais, nomeadamente entre homens e mulheres, comprometendo o desenvolvimento socioeconómico.

Os impactos das MC diferenciam-se por género, refletindo divisões tradicionais de papéis sociais e económicos. Nas comunidades rurais, as mulheres enfrentam uma vulnerabilidade acentuada devido à sua responsabilidade primária na gestão dos recursos hídricos e na agricultura de subsistência. As secas recorrentes aumentam a carga de trabalho feminino, especialmente na recolha de água, enquanto a redução da produtividade agrícola ameaça a segurança alimentar das famílias chefiadas por mulheres, em particular. Por outro lado, os homens, predominantemente empregados em setores como a pesca e a construção, enfrentam desafios como o declínio dos stocks pesqueiros (devido ao aquecimento dos oceanos) e a destruição de infraestruturas costeiras por erosão e inundações.

Este cenário de impactos distintos coexiste com progressos notáveis na igualdade de género. Como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), de rendimento médio-baixo, o país tem-se afirmado como referência em igualdade de género, ocupando a 6.ª posição na África Subsaariana e a 30ª mundial (Índice Global de Paridade 2025[2]), e demonstra progressos notáveis nos indicadores de género, particularmente nos domínios da educação e da saúde.

No setor da educação, os progressos são evidentes, com o índice a subir de 0,981 em 2023 para 0,985 em 2024 (93.º lugar global).

Ainda assim, persistem desafios, como o baixo desempenho e a maior taxa de abandono escolar entre os rapazes, as assimetrias regionais e a insuficiente atenção às interseções entre género, vulnerabilidade social e condições específicas de aprendizagem. Tais fatores exigem políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis ao género, articuladas com estratégias de adaptação às MC, de modo a assegurar uma transição justa, direcionada e equitativa.

Além disso, a dissonância entre conquistas políticas e económicas é particularmente expressiva. Embora o país tenha registado um salto de seis posições no subíndice de empoderamento político, resultado da Lei da Paridade, o empoderamento económico das mulheres permanece frágil. Em 2024, Cabo Verde recuou duas posições no subíndice de participação e oportunidades económicas, reflexo dos impactos prolongados da pandemia e da crise global, e a taxa de participação laboral feminina (51,6%) permanecia 13 pontos percentuais abaixo da masculina (64,9%)[3] .

As disparidades intensificam-se no meio rural, onde as mulheres têm uma vida ativa média de apenas 15 anos (metade das urbanas), segundo dados do FMI que, também, estimam em 12%[4] o potencial aumento do PIB com a equidade laboral. O mercado de trabalho revela segmentação de género crítica: 43% da pobreza extrema concentra-se em lares representado por mulheres, que enfrentam maior precariedade (9,8% de subemprego vs. 8,0% nos homens) e sobrecarga de cuidados não remunerados. Paradoxalmente, embora os homens dominem o emprego informal agrícola (60,5%), as mulheres lideram 65,6%[5] das Unidades de Produção Informal – micro-empreendimentos frequentemente limitados por falta de acesso a crédito e ativos produtivos.

No setor primário, a percentagem da população empregada era, em 2021, de 17% entre os homens e de 7,8% entre as mulheres, o que representa uma diferença de 9,2 pontos percentuais em desfavor das mulheres[6]. Superar esta lacuna requer intervenções específicas que, além de reduzirem desigualdades, possam potencializar o papel estratégico das mulheres na adaptação climática e segurança alimentar.

A análise destas divergências entre progresso institucional e estagnação estrutural revela a complexidade de transformar marcos normativos em mudanças concretas no tecido socioeconómico, com resultados práticos e tangíveis na vida das populações. Ela enfatiza a importância das políticas climáticas considerarem as diferentes vulnerabilidades e papéis sociais de homens e mulheres, sobretudo os mais vulneráveis, como as mulheres rurais, as mães solteiras e os pescadores.

Embora haja progressos na integração da dimensão de género em políticas públicas - visíveis no Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2022-2026 e na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) -, a sua aplicação prática necessita de maior concretização. Embora a NDC reconheça a igualdade de género como princípio transversal, não especifica medidas operacionais para assegurar que as ações de adaptação e mitigação climática beneficiem de forma equitativa homens e mulheres. Situação semelhante ocorre no Plano Nacional de Adaptação (NAP), que aborda a equidade social sem estabelecer indicadores capazes de aferir o impacto distinto das MC por género. Estas limitações são exacerbadas pela insuficiência de dados desagregados, condicionando a avaliação e a melhoria contínua das políticas.

Neste contexto, a proposta de estender a orçamentação sensível ao género à dimensão climática surge como uma oportunidade estratégica – já consolidada no PEDS II e prevista na NDC. Tal abordagem permitiria não apenas cumprir compromissos internacionais, mas também opera-

2 O Índice avalia dois aspetos principais em relação às MC: vulnerabilidade (impactos em setores como saúde, agricultura, infraestrutura, água, ecossistemas) e capacidade de adaptação (disponibilidade de sistemas, políticas e estruturas para lidar com os impactos climáticos): https://gain-new.crc.nd.edu/ranking/readiness, consultado em Abril de 2025.

3 https://reports.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2025.pdf

3 Dados IMC: 2024 (2º trimestre), INE https://ine.cv/wp-content/uploads/2024/10/comunicado-de-imprensaestatisticas-do-mercado-de-trabalho-imc-2024-2ot.pdf

4 International Monetary Fund (IMF), Demographic Dividends, Gender Equality, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde, IMF Working Paper (Washington, D.C.: IMF, 2016)

5 Relatório sobre o III Inquérito ao Setor Informal, 2023.

6 Características Económicas: RGPH-2021, INE- 2022

cionalizar a visão de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo - condição indispensável para a resiliência nacional face às crises climáticas crescentes.

O protocolo celebrado entre o ICIEG (Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade de Género) e a LuxDev, que possibilitou a realização deste Estudo, tem como objetivo concretizar a atualização dados e atualização dos indicadores de género, essencial para a operacionalização do Observatório de Género, conforme os objetivos estratégicos assumidos no Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG 2022-2026). Pretende-se, assim, assegurar que a ação climática em Cabo Verde seja equitativa e sensível às questões de género. Esta parceria enquadra-se no Programa Ação Climática de Cabo Verde, cujo propósito é apoiar a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e do Plano Nacional de Adaptação. Nesse contexto, o ICIEG tem um papel central na garantia de que mulheres, homens e grupos em situação de vulnerabilidade sejam igualmente considerados no desenho e implementação de políticas e medidas de mitigação e adaptação às MC. Tal é feito por meio de iniciativas que promovem a inclusão, o empoderamento económico das mulheres e a justiça social, contribuindo para uma transição climática justa e sustentável.

Uma das dimensões que exige particular atenção neste esforço é a violência baseada no género (VBG), cujos impactos e riscos tendem a agravar-se em cenários de crise climática. A VBG compromete a saúde física e mental das vítimas, limita a sua autonomia económica e restringe a sua participação social e política. Em contextos de MC, os riscos de VBG tendem a agravar-se, especialmente para mulheres e meninas, que enfrentam maiores vulnerabilidades durante crises ambientais, deslocamentos forçados e situações de escassez de recursos. Emergências climáticas, como secas ou inundações, podem exacerbar desigualdades pré-existentes e aumentar a exposição à violência, ao dificultar o acesso à proteção, aos serviços essenciais e aos meios de subsistência.

Em suma, é urgente converter o reconhecimento teórico da dimensão de género em ações práticas que promovam simultaneamente equidade social e resiliência climática em Cabo Verde. Esta abordagem integrada permitirá ao país cumprir seus compromissos internacionais enquanto promove um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo. O presente estudo justifica-se precisamente pela necessidade de operacionalizar esta visão, propondo mecanismos concretos para:

1. Fortalecer a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas nacionais;

2. Capitalizar os papéis complementares de homens e mulheres na gestão derecursos e adaptação climática;

3. Converter vulnerabilidades distintas em oportunidades de resiliência coletiva.

Ignorar esta interseção entre género e clima significaria desperdiçar não apenas um imperativo moral, mas também uma oportunidade estratégica única. Num contexto de crises climáticas cada vez mais intensas, assegurar a plena participação de todos os cidadãos - e a participação plena e equitativa de mulheres e homens - torna-se condição indispensável para um desenvolvimento sustentável e economicamente robusto.

1.2
Objetivos do Estudo

O Estudo sobre Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde tem como objetivo orientar ações estratégicas para integrar a perspetiva de género nas políticas e medidas de mitigação e adaptação às MC no país. Priorizando a redução das desigualdades de género, o Estudo visa fortalecer a resiliência das comunidades, promover a inclusão social e garantir respostas climáticas direcionada e equitativas, atendendo às necessidades e contribuições específicas de mulheres e homens. O objetivo final é assegurar um desenvolvimento sustentável e inclusivo em Cabo Verde.

Os seus objetivos específicos incluem:

1. Analisar os mecanismos institucionais e as políticas existentes relacionados com género e MC em Cabo Verde.

2. Identificar convenções internacionais e políticas nacionais relevantes para ambos os temas.

3. Mapear e avaliar políticas, programas e projetos existentes sobre MC através de uma lente de género, com foco em setores vulneráveis.

4. Avaliar os impactos distintos das MC em homens e mulheres, bem como as vulnerabilidades daí resultantes.

5. Compreender os processos de tomada de decisão relacionados com género e MC.

6. Avaliar a percepção pública sobre MC e dinâmicas de género.

7. Identificar estratégias para empoderar os grupos vulneráveis face à vulnerabilidade climática.

8. Desenvolver recomendações e estratégias para integrar perspetivas de género nas políticas e ações climáticas.

9. Criar um guia com boas práticas e ferramentas para a integração de género no combate aos desafios climáticos.

1.3
Objetivos do Estudo

A abordagem metodológica deste Estudo baseia-se no modelo já adotado por diversos países que elaboraram os seus estudos e Planos de Género e Mudanças Climáticas - A metodologia ccGAP (Climate Change Gender Action Plan). Trata-se de uma abordagem participativa e multi-sectorial desenvolvida pela IUCN para integrar de forma efetiva as considerações de género nas políticas, estratégias e intervenções relacionadas com as MC. Este processo reúne representantes do governo, sociedade civil, organizações de mulheres, especialistas em género e MC para identificar lacunas e oportunidades de co- criação de planos de ação sensíveis ao género que se alinhem com as prioridades nacionais de ação climática. A metodologia inclui análises de contexto político, capacitação mútua, workshops participativos e consultas com diversas partes interessadas, visando desenvolver estratégias que promovam a igualdade de género e aumentem a participação e liderança das mulheres nas respostas às MC. O ccGAP resultante estabelece objetivos claros, atividades substantivas e indicadores alcançáveis, geralmente abrangendo setores prioritários como agricultura, recursos hídricos, energia, florestas e redução do risco de desastres.[7]

Este diagnóstico, constituindo uma etapa preparatória para a elaboração do Plano Nacional de Género e Mudanças Climáticas, seguiu os princípios orientadores do ccGAP, combinando duas dimensões metodológicas complementares: uma análise aprofundada, que permitiu identificar sistematicamente lacunas e oportunidades de integração género-clima através do mapeamento de instrumentos políticos e compromissos internacionais, com especial atenção aos setores prioritários como água, energia e agricultura; e uma preparação para participação efetiva, onde os resultados da análise de rodas de conversa com atores locais serviram como input fundamental para o posterior workshop nacional e multi-atores, permitindo não apenas a validação e aprofundamento com as partes interessadas, mas também a incorporação de perspetivas locais e sectoriais essenciais para a cocriação de recomendações para o futuro ccGAP de Cabo Verde.

Desta forma, o presente diagnóstico foi concebido como fase preparatória para um processo participativo plenamente alinhado com a metodologia ccGAP, cumprindo assim o duplo objetivo de assegurar rigor analítico e efetiva participação multisectorial na fase de elaboração do Plano Nacional de Género e Mudanças Climáticas.

Assim, o Estudo assenta numa análise aprofundada de natureza essencialmente qualitativa, embora se tenha recorrido a dados quantitativos secundários. Adotou-se uma abordagem participativa, promovendo-se espaços de partilha e diálogo regulares, nomeadamente as rodas de conversa locais e os encontros intermédios com atores-chave de retroalimentação e validação dos resultados e alinhamento com os diferentes setores envolvidos.

Paralelamente, o estudo centrou-se na análise dos setores mais impactados pelas MC em Cabo Verde, previstos na NDC, com particular atenção aos seus principais instrumentos de planeamento e orientação. Procurou-se identificar em que medida esses instrumentos integram, de forma explícita ou implícita, considerações de género, permitindo assim aferir o grau

7 In IUCN (2012). The Art of Implementation: Gender Strategies Transforming National and Regional Climate Change Decision Making. IUCN and GGCA.

de sensibilidade e preparação institucional para responder de forma inclusiva aos desafios colocados pelas MC.

O Estudo está estruturado de acordo com as seguintes fases complementares do ccGAP, adaptadas à realidade de Cabo Verde:

Figura 1: Sequência de fases para a realização do Estudo

Fonte: Elaboração própria com base no Climate Change Gender Action Plan (ccGAP) - IUCN

O Estudo foi conduzido com base nesta abordagem metodológica, estruturada em seis fases principais, a seguir descritas:

Na Fase I – Análise do Contexto, foram realizadas reuniões iniciais entre a equipa de trabalho e entre esta e o ICIEG, através da Coordenação de Autonomia na Tomada de Decisões, para alinhamento metodológico e definição do plano de trabalho, seguidas por uma revisão documental detalhada de fontes nacionais e internacionais. Além disso, foram analisadas experiências similares para contextualizar o Estudo e integrar boas práticas.

Na Fase II – Diagnóstico focou-se na recolha e análise de indicadores nacionais sobre género e MC, complementada por entrevistas exploratórias com informadores-chave (ICIEG, LuxDev, INE), permitindo um mapeamento preliminar dos desafios e oportunidades existentes.

Na Fase III – Diversas Vozes, foram identificados e mapeados os principais atores institucionais e comunitários. Para garantir a recolha de dados qualitativos e quantitativos, foram elaborados instrumentos específicos, incluindo um questionário online, roteiros de entrevistas e diretrizes para rodas de conversa e workshop.

A Fase IV – Co-Criação e Envolvimento envolveu a aplicação de um inquérito online a nível nacional e diálogos comunitários em formato de rodas de conversa, 14 estrategicamente organizadas em articulação com os municípios-piloto[8] do Programa Ação Climática (PAC).

As rodas de conversa foram realizadas em 5 municípios - Mosteiros, Brava, Praia, Boa Vista e Ribeira Brava[9], com o objetivo de recolher dados primários sobre as percepções acerca das MC em interseção com as dinâmicas de género. Nessas Rodas de Conversa, orientadas por um roteiro previamente organizado, 6 dimensões de análise[10], levantaram preocupações e posicionamentos relativamente aos impactos diferenciados das MC sobre mulheres e homens.

Um workshop temático sobre género e MC foi realizado para aprofundar o diálogo com atores-chave a nível nacional e recolher subsídios em relação aos resultados alcançados pelo estudo, bem como às recomendações preliminares identificadas.

O estudo envolveu a participação de representantes de entidades públicas e organizações da sociedade civil através de metodologias complementares: rodas de conversa, inquérito e *workshop*. Embora o número exato de participantes individuais não possa ser determinado com precisão - devido à possibilidade de alguns terem contribuído em mais de uma atividade - registou-se um mínimo de 41 participantes distintos, correspondentes ao total de inquéritos válidos recolhidos.

Uma indicação da participação por instrumento de pesquisa utilizado encontra-se no quadro a seguir.

Quadro 1: Projeto BAD com indicador de risco ligado as Mudanças Climáticas.

SUJEITOS	INSTRUMENTOS	Nº DE PARTICIPANTES	TOTAL POR INSTRUMENTO
Comunidade dos Mosteiros	Roda de Conversa	5	37
Comunidade da Brava	Roda de Conversa	5	
Comunidade da Praia	Roda de Conversa	12	
Comunidade de São Nicolau	Roda de Conversa	10	
Comunidade da Boa Vista	Roda de Conversa	5	
Entidades Nacionais	Inquérito Onloine	41 respondidos (161 entregues)	41
Técnicos e Dirigentes	*Workshop*	31	31

Fonte: Elaboração própria.

8 Brava, Mosteiros, Praia, Boa Vista e Ribeira Brava

9 Foram auscultados, no total, 9 homens e 19 mulheres pertencentes a associações comunitárias, ONGs e outras instituições de base comunitária.

10 Percepção Geral sobre impactos das Mudanças Climáticas; Percepção Geral sobre Mudanças Climáticas e Género; Vulnerabilidades e Grupos mais Afetados; Percepção sobre Resiliência e Adaptação; Participação e Tomada de Decisão; Conclusão e Recomendações.

A informação recolhida foi analisada e sistematizada, resultando na identificação de necessidades, desafios e boas práticas, que foram consolidados no presente Estudo.

Na **Fase V** – Sintetização e Validação, foram compiladas as perspetivas recolhidas na fase anterior num guia de boas práticas (vide Capítulo 6). Para assegurar a coerência com políticas nacionais e internacionais, foi promovida uma partilha online para validação das recomendações, com um Comité de Validação constituído por atores estratégicos, garantindo a sua aplicabilidade e alinhamento com as realidades locais.

Por fim, a **Fase VI** – Finalização e Entrega consistiu na revisão e validação do Estudo final, assegurando a integração de todas as contribuições e a coerência das recomendações.

Esse processo metodológico garante que o Estudo seja fundamentado em evidências e reflita percepções e necessidades de diversas partes interessadas, promovendo recomendações alinhadas com as prioridades, nacionais e internacionais, e realidades locais.

O CAPÍTULO 1 EM SÍNTESE

Cabo Verde enfrenta desafios complexos na interseção entre riscos climáticos e desigualdades de género. Embora o país tenha avançado na construção de resiliência climática e na igualdade de género, persistem disparidades críticas: as mulheres representam apenas 37,5% no parlamento (apesar da Lei da Paridade) e enfrentam menor participação económica (51,6% vs. 64,9% dos homens).

Os impactos climáticos diferenciam-se por género – as mulheres rurais, responsáveis por 65,6% das unidades produtivas informais, sofrem com escassez hídrica e insegurança alimentar, enquanto os homens, predominantes na pesca, são afetados pelo declínio dos stocks marinhos.

Este Estudo justifica-se pela necessidade de operacionalizar compromissos nacionais (como a NDC e o PNIG) através de ações concretas, propondo estratégias para:

- *Integrar a perspetiva de género nas políticas climáticas sectoriais (água, energia, agricultura);*
- *Fortalecer a resiliência através do empoderamento económico feminino e da participação equitativa;*
- *Produzir dados desagregados para monitorizar impactos distintos.*

A metodologia utilizada baseia-se no modelo ccGAP da IUCN, combinando análise documental, inquéritos em municípios-piloto e workshops participativos com atores-chave. Os resultados visam orientar um desenvolvimento climaticamente resiliente e socialmente inclusivo, transformando vulnerabilidades em oportunidades.

02.

Mecanismos e Políticas Relacionadas com Género e Mudanças Climáticas

2.1
Mecanismos Internacionais

A integração da dimensão de género nas políticas ambientais internacionais tem sido um processo gradual, refletindo um compromisso crescente por parte dos Estados e organizações internacionais em promover a igualdade de género na governança ambiental. Entre 2016 e 2024, diversas iniciativas - que vão desde a adoção de planos de ação específicos até ao reconhecimento formal do direito humano a um ambiente saudável (com foco nas Convenções do Rio – UNFCCC, UNCBD e UNCCD) -, refletem o fortalecimento deste compromisso internacional.

Simultaneamente, os compromissos regionais, notadamente através da Agenda 2063 da União Africana e das políticas da CEDEAO, sublinham a importância de uma abordagem coordenada e sensível ao género, especialmente no contexto de países com características semelhantes às de Cabo Verde, onde os desafios ambientais e sociais requerem soluções integradas e inclusivas.

A seguir, serão abordados os principais mecanismos e compromissos que têm impulsionado essa integração entre género e clima, desde os Planos de Ação das Convenções do Rio até os compromissos regionais africanos, passando por sinergias estratégicas nos fóruns globais previstos para 2025.

2.1.1 As Convenções do Rio (2016- 2024)

As convenções ambientais internacionais têm vindo a integrar progressivamente a dimensão de género nas suas políticas e mecanismos de implementação. No contexto das Convenções do Rio — a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (UNCBD) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) — foram estabelecidos planos e estratégias para promover a igualdade de género e garantir a participação equitativa das mulheres na ação ambiental e climática. Estes esforços refletem um compromisso crescente dos Estados e organizações internacionais em integrar uma perspetiva de género na governança ambiental global, promovendo soluções mais inclusivas e eficazes para os desafios ambientais.[1]

2.1.2 Os Planos de Ação em Matéria de Género e Clima da Convenção do Rio e a Agenda 2030 para os ODS

A relação entre as Convenções do Rio e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável evidencia a importância da abordagem intersectorial para alcançar a igualdade de género e a sustentabilidade ambiental. Os Planos de Ação para as Questões de Género adotados pela UNCBD, UNCCD e UNFCCC partilham objetivos estratégicos que convergem com os ODS, incluindo o empoderamento das mulheres na tomada de decisões ambientais, a mobilização de financiamento para políticas sensíveis ao género e o fortalecimento dos direitos das mulheres sobre a terra e os

1 Anexo I.

recursos naturais. Esta sinergia reforça a necessidade de ações coordenadas que garantam uma implementação mais eficaz e inclusiva das políticas ambientais globais.[2]

2.1.3 Sinergias Sensíveis ao Género Previstas nos Fóruns Mundiais em 2025[3]

Os fóruns mundiais previstos para 2025 oferecem oportunidades estratégicas para consolidar as sinergias entre género e meio ambiente no âmbito das Convenções do Rio. A 69ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW69) revisitará a Plataforma de Ação de Pequim à luz das MC e da degradação ambiental, enquanto o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) analisará o impacto das políticas ambientais na igualdade de género. A COP30 da UNFCCC será particularmente relevante, dado que marcará a renovação do Plano de Ação para as Questões de Género, consolidando compromissos para o financiamento e implementação de políticas climáticas sensíveis ao género.[4]

2.1.4 Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 da União Africana

A Agenda 2063 da União Africana estabelece um quadro estratégico de longo-prazo para o desenvolvimento sustentável do continente, incluindo a igualdade de género e a resiliência climática como pilares fundamentais. As iniciativas da Agenda têm como objetivo mitigar os impactos das MC sobre comunidades vulneráveis, promovendo soluções sustentáveis em setores como energia renovável, agricultura e gestão ambiental. A implementação dessas ações requer uma abordagem integrada que reconheça o papel central das mulheres na adaptação climática e no desenvolvimento sustentável em África.[5]

2.1.5 Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 da União Africana

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem avançado na formulação de políticas regionais que integram a perspetiva de género na ação climática. A Política da CEDEAO para a Integração do Género no Acesso à Energia (2017), a Estratégia de Género e Plano de Ação para a Redução do Risco de Catástrofes (2020-2030) e a Estratégia Climática Regional (2022-2030) são exemplos de esforços para promover a equidade de género na governança ambiental e no desenvolvimento sustentável da região. Essas iniciativas reforçam o compromisso regional em garantir que as mulheres e homens tenham um papel ativo e distinto na formulação e implementação de políticas ambientais.[6]

2 Anexo II.

3 Pendentes de aprovação, pelo que ainda podem ser alteradas.

4 Anexo III.

5 Anexo IV.

6 Anexo V.

Em síntese, o período entre 2016 e 2024 evidenciou uma evolução significativa na integração da dimensão de género nos mecanismos internacionais de governança ambiental, desde as Convenções do Rio até aos compromissos regionais africanos. A adoção de planos de ação específicos, o alinhamento com a Agenda 2030 e a previsão de sinergias em fóruns globais como a CSW69 e a COP30 demonstram um reconhecimento crescente do papel central da igualdade de género na resposta às crises climáticas e ambientais. Contudo, a eficácia destes mecanismos dependerá da sua operacionalização concreta, particularmente em contextos como o de Cabo Verde, onde a integração de políticas sensíveis ao género é crucial para enfrentar desafios ambientais e sociais interligados. A coerência entre os quadros globais, regionais e nacionais permanece, assim, um imperativo para garantir soluções inclusivas e sustentáveis.

2.2 Mecanismos e Políticas Nacionais

2.2.1 Quadro Institucional e Instrumentos de Política para Integração de Género na Ação Climática

Cabo Verde possui um sólido quadro institucional para abordar as questões de género e MC. Desde 2016, a responsabilidade pela coordenação das políticas de igualdade foi atribuída ao Ministério do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, que tutela o ICIEG, uma entidade governamental autónoma que desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres e autonomias em diversos níveis, com particular enfoque para a autonomia económica, autonomia do corpo e autonomia na tomada de decisões. Para reforçar estes esforços, em 2018 foi criada a Comissão Interministerial para a Transversalização da Abordagem de Género (Comissão de Género), presidida pelo ICIEG, que é responsável por acompanhar a integração da perspetiva de género nas políticas públicas e conta com representantes de vários setores governamentais e da sociedade civil.

Cabo Verde também assume compromissos internacionais na área da igualdade de género, tendo ratificado instrumentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África.

A nível nacional, o país registou avanços legislativos significativos, entre 2011 e 2020, com a aprovação de vários instrumentos jurídicos que reforçam a igualdade de género no país.

De entre as principais iniciativas legais, destacam-se:

- Lei nº. 84/VII/2011 de 10 de Janeiro, que regula as medidas para a efetivação do princípio da igualdade de género e o seu âmbito abarca o estabelecimento de medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género.
- O Decreto-Lei nº 47/2017 de 26 de Outubro, que estabelece as medidas de apoio social e escolar que garantam o acesso e permanência, com qualidade, das mães e pais no sistema de ensino.[7]

7 https://minedu.gov.cv/media/orientacao/2020/11/06/Decreto-Lei_47-2017_medidas_de_apoio_as_m%C3%A3es.pdf

- A Lei 68/IX/2019 de 28 de Novembro - Lei da Paridade-, que promove a representação equitativa entre homens e mulheres em cargos eletivos e decisórios e na constituição de conselhos diretivos/administrativos na administração pública.[8]
- O Decreto-Lei i n.º 41/2020, de 2 de Abril, que institui o Rendimento Social de Inclusão (RSI), com critérios de discriminação positiva para agregados familiares representados por mulheres;[9]

A revisão do Código Laboral de Cabo Verde (Lei n.º 32/X/2023), que reforça a conciliação entre trabalho e vida familiar, promovendo a igualdade de género através do aumento das licenças parentais, flexibilidade laboral e proteção contra discriminação relacionada a responsabilidades familiares.[10]

Adicionalmente, Cabo Verde tem adotado medidas específicas para proteger grupos vulneráveis, como pessoas dependentes, através de instrumentos como o Plano Nacional de Cuidados (2017), que visa redistribuir responsabilidades domésticas, promover a corresponsabilidade de género e valorizar os profissionais da área, garantindo o acesso a serviços de cuidado, sobretudo para a população mais pobre. Em 2025, foi aprovada a Estratégia para o Desenvolvimento e Institucionalização do Sistema Nacional de Cuidados para o período 2025-2030, cujo objetivo é consolidar este sistema como parte integrante da política pública, promovendo a inclusão social e a igualdade de género, com atenção a crianças, idosos e pessoas com deficiência. Alinhada aos ODS 5, 8 e 10, a Estratégia valoriza o trabalho de cuidado, contribui para a redução das desigualdades e fomenta o desenvolvimento humano e económico, por meio da corresponsabilização entre os setores público, privado e comunitário. A sua implementação assenta em eixos estratégicos de equidade de género, sustentabilidade, corresponsabilização e resiliência, sob coordenação do Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, em articulação com diversos parceiros.[11]

No campo da monitorização, o país tem também investido na produção de dados estatísticos sobre género, através do Observatório de Género de Cabo Verde, iniciativa desenvolvida em parceria com o Instituto Nacional de Estatística. Este mecanismo deve sistematizar indicadores-chave relativos à autonomia das mulheres nas esferas económica, física e de tomada de decisões, subsidiando políticas públicas com evidências estatísticas.

Como PEID, o país tem plena consciência das suas vulnerabilidades ambientais estruturais, que influenciam diretamente o dia-a-dia da população. Reconhecendo esta realidade, o país aderiu ativamente a acordos internacionais, nomeadamente às convenções do Rio 92, incluindo a UNFCCC. Esses compromissos catalisaram mudanças significativas no quadro legal e institucional nacional, destacando-se a adoção pioneira da Lei de Bases da Política Ambiental e a criação de normas sectoriais específicas. A ratificação do Acordo de Paris em 2017 marcou um novo patamar, consolidando a ação climática como prioridade transversal, com metas claras de mitigação, adaptação e gestão de riscos.

8 https://kiosk.incv.cv/Pesquisa/?di=2024-03-22&df=2024-03-22

9 https://kiosk-live.metatheke.com/Bulletins/View/45557

10 https://kiosk.incv.cv/1.1.82.4956/

11 https://boe.incv.cv/Bulletins/View?id=73866

Para operacionalizar esta visão, o Comité Interministerial para as Ações Climáticas (CIAC) foi instituído, garantindo a harmonização das políticas públicas com os objetivos nacionais e internacionais.

A estratégia nacional de combate às MC assenta nos seguintes princípios fundamentais:

- Sustentabilidade ambiental e gestão integrada dos recursos naturais;
- Crescimento económico harmonizado com a proteção ambiental;
- Segurança alimentar e adaptação aos riscos climáticos;
- Participação comunitária e inclusão social;
- Erradicação da pobreza como objetivo transversal.

Adicionalmente, o governo lançou o portal do clima, plataforma que consolida documentação e estatísticas, com o objetivo de informar e consciencializar a população sobre as MC.

Programa de Governo (2021-2026): Prioridades Climáticas e de Igualdade de Género

O **Programa de Governo** da X Legislatura 2021-2026, reconhecendo as MC como um desafio crucial e uma barreira ao desenvolvimento do país, destaca que Cabo Verde deve dedicar especial atenção a esta questão, adotando uma abordagem séria e abrangente que envolva não apenas entidades nacionais, mas também regionais e agências especializadas das Nações Unidas. O Programa está organizado em prioridades de governação, sendo a quarta prioridade aumentar a resiliência do país e diversificar a economia. Esta prioridade inclui o desenvolvimento do capital humano, a transição energética, a estratégia da água para a agricultura, a ação climática, o turismo sustentável, a economia azul, a economia digital e a indústria.

O Programa define um conjunto de ações com o objetivo claro de reduzir a exposição do país aos impactos das MC, tanto a nível ambiental, como social e económico. O Governo de Cabo Verde reconhece o estado de emergência climática global, enfatiza que as MC são uma realidade incontestável, com impactos inegáveis, e que Cabo Verde está particularmente exposto aos seus efeitos negativos. O país enfrenta riscos como o aumento da frequência e gravidade de eventos hidrometeorológicos, como cheias, inundações e secas, bem como a 21 possível subida do nível do mar, o que exige medidas urgentes e eficazes para mitigar esses impactos e garantir um desenvolvimento sustentável e resiliente.

No que respeita à igualdade de género, esta é apresentada como uma prioridade estratégica, transversal e integrada nas políticas públicas. Reconhecendo que a promoção da equidade entre homens e mulheres é essencial para o desenvolvimento sustentável do país, o governo delineia um conjunto de medidas concretas para enfrentar desigualdades, empoderar mulheres e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Um dos pilares fundamentais do Programa de Governo é a eliminação da pobreza extrema e a redução da pobreza absoluta, com especial atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade. O governo compromete-se a alargar o acesso das mulheres a rendimentos, cuidados, educação, formação, saúde e habitação condigna, promovendo a sua inclusão produtiva e autonomia económica. Nesse sentido, destaca-se o incentivo ao empreendedorismo feminino e à economia social e solidária como ferramentas para integrar as mulheres no mercado de trabalho formal. A educação é outro eixo prioritário, visto como um instrumento poderoso para des-

construir estereótipos de género e promover uma cultura de igualdade desde cedo. O programa aposta na universalização do acesso à educação de qualidade, capacitando jovens mulheres para que possam participar ativamente na construção do futuro do país. O combate à violência baseada no género também ocupa um lugar central nas políticas governamentais, através do compromisso com medidas preventivas e protetivas para vítimas de violência, além de campanhas de sensibilização que visem mudar atitudes discriminatórias enraizadas na sociedade.

A transversalidade da igualdade de género é amplamente promovida, sendo incorporada em áreas-chave como saúde, emprego, segurança social e habitação. O governo compromete-se a implementar orçamentos sensíveis ao género, garantindo que os recursos públicos sejam distribuídos equitativamente entre homens e mulheres. O programa sublinha ainda que a igualdade de género representa um motor para o desenvolvimento económico e sustentável, e que, ao ser integrada em todas as suas políticas públicas, Cabo Verde reafirma o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária para os homens e as mulheres.[12]

Por outro lado, o documento **Cabo Verde Ambição 2030** é um instrumento de planeamento estratégico de longo-prazo, elaborado pelo Governo de Cabo Verde, que define prioridades e metas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país até 2030. Estabelece áreas-chave e orienta a formulação e implementação de políticas públicas, possibilitando o acompanhamento dos progressos e promovendo o diálogo entre diversos setores. O documento evidencia compromissos claros com a igualdade de género e as MC, reconhecendo ambos como pilares do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. No domínio do género, prioriza a redução das desigualdades no mercado de trabalho e no rendimento, o fortalecimento da participação feminina em setores estratégicos no processo de participação política. No âmbito climático, aposta na resiliência do país, com ações coordenadas para mitigação e adaptação, incluindo a criação do Secretariado Nacional de Ação Climática. No entanto, a integração entre género e MC não é abordada explicitamente.

Clima e Igualdade de Género no PEDS II

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II)** de Cabo Verde aborda as MC e a igualdade de género como temas centrais e transversais para o desenvolvimento sustentável do país. No que diz respeito às MC, o PEDS II reconhece a vulnerabilidade de Cabo Verde aos seus impactos, como secas prolongadas, escassez de água, erosão costeira e eventos climáticos extremos, estabelecendo assim um pilar dedicado ao Clima. Para enfrentar esses desafios, propõe medidas de adaptação e resiliência, focadas em setores críticos como a agricultura, os recursos hídricos e as zonas costeiras. Isso inclui a promoção de infraestruturas resilientes, economia circular para promoção de práticas sustentáveis e a transição para energias renováveis, com o objetivo de reduzir a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de gases com efeito de estufa.

Além disso, o Plano destaca a importância da gestão de riscos, com a implementação de sistemas de alerta precoce e planos de contingência para minimizar os impactos de desastres naturais relacionados com o clima. O alinhamento das ações climáticas com políticas nacionais e internacionais, como a Contribuição Nacionalmente Determinadas (NDC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também é uma prioridade.

12 Governo de Cabo Verde. (2021). Programa de Governo e Moção de Confiança 2021-2026

O PEDS II estabelece, também, uma ligação clara entre as MC e a igualdade de género, reconhecendo que as mulheres são frequentemente mais afetadas pelos impactos climáticos, especialmente em contextos rurais, onde desempenham um papel central na gestão dos recursos naturais. Por isso, o Plano propõe a integração de uma perspetiva de género nas políticas climáticas, garantindo que as mulheres sejam incluídas e beneficiem das estratégias de adaptação e mitigação. Essa abordagem integrada tenciona não apenas fortalecer a resiliência climática do país, mas também promover a equidade social e o desenvolvimento sustentável, assegurando que todos os cidadãos, independentemente do género, possam contribuir e beneficiar dos avanços alcançados.

O PEDS II e o **Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2022-2026**[13] são os principais instrumentos que integram as perspetivas de género e clima. Em termos globais, o PNIG é o instrumento nacional orientador das políticas públicas para a igualdade de género em Cabo Verde. Embora o PNIG não apresente medidas diretas e específicas relacionadas às MC, ele cria um quadro favorável para a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas de Cabo Verde, promovendo a autonomia económica das mulheres, e a sua participação no processo de tomada de decisões.

Integração da Perspetiva de Género na Ação Climática: NDC e NAP

A **Contribuição Nacionalmente Determinada 2021-2030 (NDC)** e o Plano Nacional de Adaptação (NAP) também reconhecem a disparidade de género como uma lacuna a ser colmatada, propondo a integração de questões sociais e de género nos programas e projetos climáticos.

A **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)** atualizada de Cabo Verde, submetida em Abril de 2021, reflete o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável, a ação climática e a igualdade de género. Este documento reconhece a igualdade de género como um tema transversal, aprofundando o foco nesta questão em comparação com versões anteriores. A NDC alinha-se com vários instrumentos nacionais e internacionais que promovem a igualdade de género: "Ambição 2030" de Cabo Verde, PEDS II 2022-2026, ODS da ONU, incluindo o ODS 5 sobre igualdade de género, Acordo de Paris e ConvençãoQuadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A NDC prevê a integração da perspetiva de género nas políticas e ações climáticas, reconhecendo a importância de considerar as vulnerabilidades e capacidades distintas de mulheres e homens face às MC. Esta abordagem está alinhada com o PNIG 2022-2026, que visa garantir a igualdade efetiva de género em Cabo Verde.

O Plano Nacional de Adaptação de Cabo Verde (NAP) reconhece que as MC impactam grupos sociais de forma desigual, destacando a necessidade de integrar a perspetiva de género nas estratégias de adaptação. O plano aborda as vulnerabilidades distintas, observando que mulheres, especialmente em áreas rurais e de baixo rendimento, são mais afetadas devido a desigualdades sociais e económicas. Além disso, o NAP valoriza o papel das mulheres como agentes de mudança, promovendo seu empoderamento e participação ativa na tomada de decisões e implementação de projetos climáticos.

O NAP também integra a perspetiva de género em políticas públicas, garantindo igualdade de acesso a recursos, tecnologias e capacitação para homens e mulheres. Inclui ações de edu-

13 https://icieg.cv/wp-content/uploads/2025/01/PNIG.pdf

cação e sensibilização voltadas especificamente para mulheres, visando aumentar sua resiliência e desafiar estereótipos de género. O plano ainda considera interseccionalidades, como mulheres chefes de família ou idosas, que enfrentam desafios adicionais e estabelece mecanismos de monitorização e avaliação com foco em género, assegurando que os benefícios das ações de adaptação sejam distribuídos de forma equitativa, promovendo uma resiliência climática mais justa e eficaz.

Programa de Ação Climática (PAC 2021-2025)

O Programa de Ação Climática que integra o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2021–2025 entre Cabo Verde e o Luxemburgo tem como objetivo principal fortalecer a governança climática no país e apoiar a implementação das suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) e do Plano Nacional de Adaptação (NAP), trabalhando componentes como: estabelecimento de um sistema 24 nacional de governança, apoio à operacionalização do Quadro de Governança Climática, reforço da capacidade institucional e promoção da literacia climática.

O Programa também inclui um Plano de Comunicação que tem como objetivos o aumento da literacia climática da sociedade cabo-verdiana, a sensibilização e mobilização da sociedade civil através de instrumentos aceleradores da mudança de comportamentos, a promoção de formas inovadoras e inclusivas de participação da sociedade civil, e a utilização de veículos de comunicação simples, eficazes e credíveis.

O quadro abaixo sintetiza os principais documentos de Cabo Verde que orientam as políticas públicas de desenvolvimento sustentável, ação climática e igualdade de género, apresentando uma breve descrição de cada um.

2.2.2 Mapeamento dos Processos de Tomada de Decisão Relativos às Mudanças Climáticas e ao Género

A gestão e organização dos setores responsáveis pela implementação de políticas relacionadas às MC em Cabo Verde envolvem uma diversidade de atores, indo além do órgão diretamente responsável pela implementação de políticas ambientais.

Cabo Verde estabeleceu um Quadro de Governança Climática (QGC), aprovado pelo Conselho de Ministros em 7 de maio de 2024 e publicado no Boletim Oficial de 10 de maio, através da Resolução n.º 28/2024., que define um arranjo institucional que procura facilitar a implementação de um sistema de transparência mais robusto. Alinhado com as recomendações das NDC e do NAP, o QGC promove a participação ativa do governo central e local, do setor privado, da academia e da sociedade civil, reconhecendo que o envolvimento de múltiplas partes interessadas é essencial para 25 compreender e responder eficazmente aos impactos climáticos, desde a formulação de políticas e projetos até à sua implementação, monitorização e avaliação.[14]

14 https://portaldoclima.gov.cv/2024/05/14/resolucao-n-o-28-2024-define-quadro-de-governanca-climatica/

Quadro 2: Síntese de Documentos Estratégicos Nacionais: Desenvolvimento Sustentável, Ação Climática e Igualdade de Género.

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Programa de Governo da IX Legislatura 2021-2026	Define prioridades de governação, incluindo a resiliência ambiental e a diversificação económica, com medidas para mitigar os impactos das MC.
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) 2022- 2026	Estabelece estratégias de desenvolvimento sustentável, abordando a vulnerabilidade climática do país e propondo medidas de adaptação e resiliência.
Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) 2022-2026	Principal instrumento para orientar políticas públicas de igualdade de género, promovendo a inclusão social e económica das mulheres.
Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) 2021- 2030	Documento que reflete o compromisso do país com a ação climática e o desenvolvimento sustentável, alinhado com acordos internacionais.
Cabo Verde Ambição 2030	Plano estratégico de longo prazo que define as prioridades para um desenvolvimento sustentável e inclusivo até 2030.
Plano Nacional de Adaptação (NAP-CV)	Estabelece estratégias e medidas para reduzir a vulnerabilidade do país às MC, promovendo a resiliência nos setores mais expostos.
Programa de Ação Climática de Cabo Verde	Iniciativa nacional que visa acelerar a implementação de ações de mitigação e adaptação às MC, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento resiliente no país.
Fundo Climático e Ambiental	Aprovado em 2024, busca mobilizar e acelerar o financiamento de projetos e programas que promovam resiliência climática, conservação ambiental e transição para uma economia verde e azul.

Fonte: Elaboração própria.

Este Quadro oferece orientações práticas para a transição dos arranjos atuais para uma estrutura institucional capaz de exercer as funções necessárias à implementação da NDC e do NAP, contribuindo também para a execução do PEDS II. Entre essas funções estão: (i) tomada de decisão e definição de políticas, (ii) coordenação de planeamento e orçamentação, (iii) criação e gestão de conhecimento e sistemas de alerta precoce, (iv) diplomacia e negociação climática, (iv) mobilização e gestão de recursos, (v) implementação de ações, (vi) comunicação eficaz e (vii) transparência, incluindo monitorização e avaliação contínua.

A coordenação institucional para as questões relacionadas com as MC em Cabo Verde foi estabelecida em Maio de 2024, através do Decreto-Lei n.º 6/2024, de 8 de Janeiro, com a criação do Secretariado Nacional para a Ação Climática (SNAC). O SNAC é o órgão executivo responsável por coordenar e liderar a implementação da política de ação climática no país, funcionando sob tutela direta do membro do Governo responsável pela área das MC. No entanto, a sua composição, atribuições e modo de funcionamento ainda serão definidos por um diploma próprio, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 28/2024, de 13 de Junho.

Fonte: https://portaldoclima.gov.cv/2024/05/14/resolucao-n-o-28-2024-define-quadro-degovernanca-climatica/

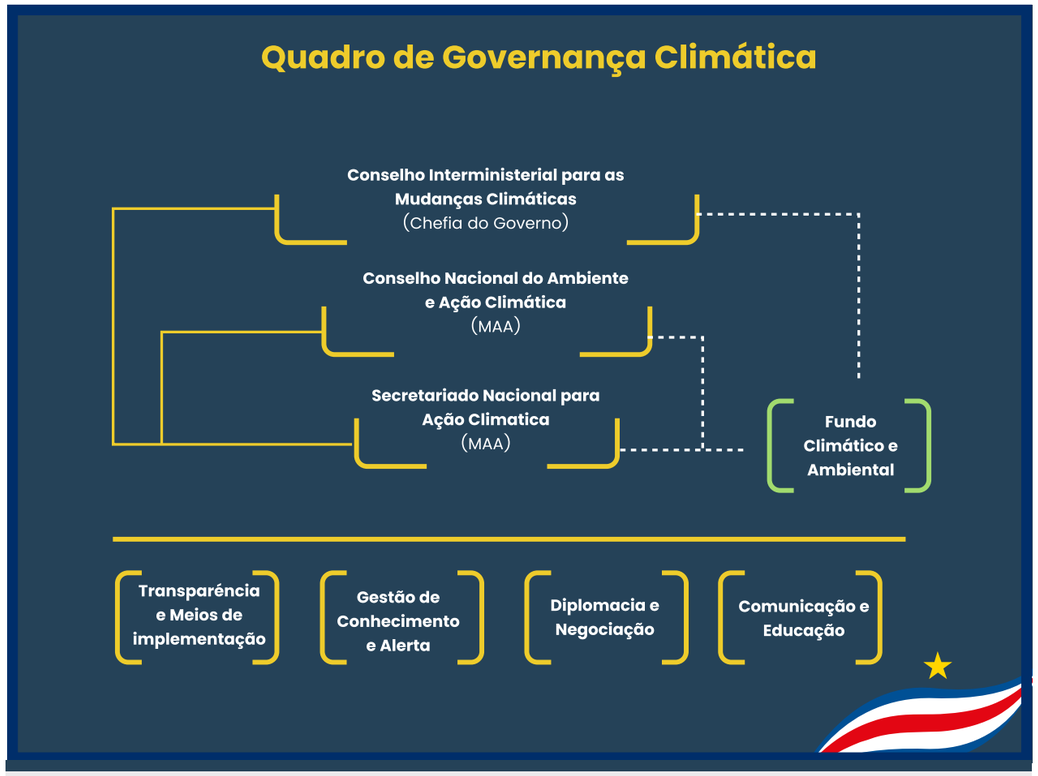

Figura 2: Quadro de Governança Climática

Entretanto, já está em funcionamento, o Conselho Interministerial para a Ação Climática (CIAC), formalmente criado pelo Decreto-Lei n.º 74/2021, de 28 de Outubro de 2021, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 31/2024, de 26 de Junho de 2024, e finalmente institucionalizado através da Resolução n.º 38/2024, de 10 de Maio de 2024, que define as suas competências, composição e funcionamento. O Conselho é presidido pelo Primeiro-Ministro, que assegura a coordenação intersectorial das políticas climáticas. Fazem parte deste conselho os membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas: Finanças; Inclusão e Desenvolvimento Social; Coesão Territorial; Negócios Estrangeiros e Cooperação; Educação e Ciência; Saúde; Turismo e Transportes; Mar; Agricultura; Ação Climática e Ambiente; Água e Energia e Ordenamento do Território.

Também está já em funcionamento o Sistema Nacional de Ação Climática (SNAC), criado para coordenar e unificar as medidas relacionadas com as MC. Em articulação com entidades como o CIAC, o SNAC visa enfrentar os desafios ambientais através de três pilares essenciais: harmonização das políticas climáticas nacionais para cumprir as metas da NDC e do NAP; integração transversal da ação climática em todos os setores económicos; e ampliação da capacidade de resposta aos impactos climáticos para promover desenvolvimento sustentável e resiliente.

A criação do SNAC representou um marco na institucionalização da resposta climática do país, centralizando a coordenação das políticas e garantindo uma abordagem mais coerente e eficaz. Um dos seus focos estratégicos é a mobilização de recursos, facilitando a captação de financiamentos para projetos de mitigação e adaptação, com particular ênfase no envolvimento do setor privado. Paralelamente, promove o alinhamento entre os diversos atores nacionais, incluindo setores públicos, autarquias locais e sociedade civil.

A atuação do SNAC baseia-se numa abordagem multi-sectorial que abrange todos os níveis de governação, desde as políticas nacionais até à ação local. Ao fomentar sinergias entre os diferentes intervenientes e otimizar a utilização de recursos, esta estrutura assegura que as iniciativas climáticas sejam implementadas de forma coordenada e alinhada com os objetivos nacionais. O modelo adotado permite não só cumprir os compromissos internacionais assumidos por Cabo Verde, mas também construir uma resposta mais robusta e integrada aos desafios climáticos atuais e futuros.

Neste contexto, as autarquias locais desempenham um papel fundamental, apesar de não terem competências específicas em matéria de MC. Os seus Estatutos atribuem-lhes responsabilidades em áreas estruturantes como desenvolvimento rural, urbanismo, ambiente e ordenamento do território - setores críticos para o combate climático. Esta competência indireta tem permitido uma participação crescente dos Municípios na implementação de políticas climáticas, particularmente na integração de medidas de adaptação e mitigação nos instrumentos de planeamento municipal. Para otimizar esta integração multi-sectorial, torna-se essencial identificar e priorizar os setores mais vulneráveis, analisando os seus desafios específicos e definindo intervenções institucionais adequadas para reforçar a resiliência e capacidade adaptativa. Esta abordagem estratégica fundamenta a tomada de decisão e amplia a coordenação entre atores.

A necessidade de coordenação multinível e multi-sectorial reflete-se igualmente no âmbito da governança para igualdade de género, onde Cabo Verde estruturou um sistema liderado pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS), que tutela o ICIEG e coordena a Comissão Interministerial para a 27 Transversalização da Igualdade de Género. Criado em 1994, o ICIEG funciona como órgão técnico central na implementação de políticas de género, incluindo a execução do Plano Nacional para a Igualdade de Género (PNIG 2022-2026) e a promoção de campanhas educativas. A Comissão Interministerial, composta por representantes de vários ministérios, assegura a integração da perspetiva de género em todas as áreas governamentais e integra Organizações da Sociedade Civil (ex. Plataforma das ONGs e estruturas académicas de pesquisa em género, CIGEF).

Esta arquitetura institucional assenta num sólido fundamento legal. Cabo Verde consagrou a igualdade de género no seu quadro legal, com a Constituição a servir de base complementada por legislação específica como a Lei contra a Violência Baseada no Género e a Lei da Paridade. Esta última revelou-se particularmente eficaz, impulsionando a representação parlamentar feminina- 37,5% dos candidatos eleitos nas legislativas de 2021 são mulheres (27 eleitas) e 62,5% são homens (45 eleitos)[15]. Contudo, os progressos não são uniformes: na presidência das câmaras municipais a participação feminina permanece limitada, pois, em 2024, das 22 Câmaras Municipais só 1 (Porto Novo) tem uma presidente (mulher). No setor empresarial, 71,3% das empresas

15 Relatório O impacto da implementação da Lei da Paridade nas Eleições legislativas de 2021 em Cabo Verde. Novembro de 2023.

continuam a ser geridas por homens[16] e a subrepresentação feminina torna-se particularmente evidente nos cargos de direção superior, com predominância masculina de 81,2% na Administração Local, 71,4% no Setor Público Empresarial e 61,8% na Administração Pública Indireta.[17]

Para superar estas assimetrias, o PNIG 2022-2026, alinhado com o Programa do VIII Governo e o PEDS II, estabelece como prioridade a promoção da participação feminina em posições de liderança. Este esforço é reforçado pela adesão a compromissos internacionais como a Agenda 2030, integrando instrumentos legais, mecanismos institucionais e políticas estratégicas num mesmo quadro de ação.

O CAPÍTULO 2 EM SÍNTESE

Este capítulo apresenta uma análise detalhada dos mecanismos internacionais e nacionais que articulam género e mudanças climáticas em Cabo Verde. A nível internacional, destaca-se o alinhamento do país com os principais quadros globais, incluindo as Convenções do Rio (UNFCCC, UNCBD e UNCCD), que têm vindo a incorporar progressivamente a dimensão de género nas suas políticas climáticas. Esta integração é reforçada pela Agenda 2030 e seus ODS, que estabelecem sinergias claras entre igualdade de género e ação climática. Regionalmente, Cabo Verde beneficia do enquadramento da Agenda 2063 da União Africana e das políticas da CEDEAO, que promovem abordagens sensíveis ao género em áreas como energia, gestão de riscos e adaptação climática.

No plano nacional, Cabo Verde desenvolveu uma arquitetura institucional robusta para lidar com estas questões. O ICIEG e a Comissão Interministerial para a Igualdade de Género desempenham um papel central na implementação de políticas, apoiados por instrumentos como o PNIG 2022-2026 e a NDC atualizada. Estes documentos reconhecem a importância da igualdade de género, embora a sua operacionalização prática ainda apresente desafios. A criação recente do SNAC representa um avanço na coordenação da ação climática, mas persistem lacunas na harmonização entre setores e na produção de dados desagregados por género.

Apesar dos progressos, identificam-se desafios significativos. A participação feminina em cargos de decisão permanece limitada, e os instrumentos políticos carecem frequentemente de metas específicas e indicadores mensuráveis para monitorar o impacto das ações climáticas nas desigualdades de género. A integração do género nos orçamentos sectoriais e a capacitação institucional emergem como áreas prioritárias para garantir que as políticas climáticas do país sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes na promoção da equidade.

16 https://ine.cv/wp-content/uploads/2024/08/homens-e-mulheres-em-cabo-verde-fatos-e-numeros-2024-corrigido.pdf

17 Estudo sobre Perfil de Género na Administração Pública em Cabo Verde, ICIEG- 2019.

03.

Análise de Políticas, Programas e Projetos sobre Mudanças Climáticas com Foco no Género em Cabo Verde

3.1
Perspetiva de Género nos Setores Mais Vulneráveis a Nível Climático

A integração da perspetiva de género na análise dos setores mais vulneráveis às MC em Cabo Verde revela-se fundamental para o desenvolvimento de políticas climáticas inclusivas e eficazes. A NDC do país, como documento orientador da ação climática, reconhece explicitamente que os impactos das MC afetam homens e mulheres de maneira distinta, devido às diferenças nos seus papéis sociais, responsabilidades e vulnerabilidades específicas.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC, 2014), os riscos climáticos resultam da conjugação entre fenómenos extremos e a vulnerabilidade social, com impactos significativos nos meios de subsistência, infraestruturas, serviços ecossistémicos e sistemas de governação. Em Cabo Verde, estes riscos manifestam-se particularmente através de secas prolongadas, tempestades intensas, acidificação dos oceanos, subida do nível do mar e precipitações extremas, que comprometem a estabilidade económica e os sistemas produtivos.

O NAP de Cabo Verde aborda estes desafios através de uma abordagem sectorial abrangente, focando em áreas críticas como ecossistemas e biodiversidade, recursos hídricos, agricultura, segurança alimentar, pescas, zonas costeiras, energia, infraestruturas, turismo e saúde. A presente análise concentra-se em setores prioritários identificados na NDC - nomeadamente **oceanos e zonas costeiras, agricultura e florestas, gestão da água, gestão de riscos e desastres, saúde, energia e turismo** - que representam tanto eixos estratégicos para a adaptação climática como domínios onde as desigualdades de género se manifestam de forma mais acentuada.

A seleção destes setores baseia-se em três critérios fundamentais: alinhamento com as metas da NDC (como adaptação costeira e segurança alimentar), coerência com os objetivos do NAP para redução de vulnerabilidades e a sua relevância socioeconómica face às dinâmicas de género nas atividades produtivas e de subsistência. Nestes domínios, os impactos climáticos diferenciam-se claramente em função do género, refletindo a divisão tradicional de papéis nas comunidades cabo-verdianas.

Ao adotar esta abordagem sectorial com perspetiva de género, Cabo Verde cumpre os seus compromissos internacionais (incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a UNFCCC e a - CEDAW), ao mesmo tempo em que promove a construção de políticas climáticas mais equitativas e eficazes. Esta integração permite reforçar a resiliência climática das comunidades e impulsionar um desenvolvimento sustentável e inclusivo em todo o arquipélago.

3.1.1 Oceanos e Zonas Costeiras

De entre os setores mais expostos aos impactos das MC em Cabo Verde, destacase o das pescas, que desempenha um papel vital na segurança alimentar, na economia e no sustento das comunidades costeiras do país. Vulnerabilidades como aumento do nível do mar, erosão costeira, redução dos recursos pesqueiros, degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros e destruição de infraestruturas costeiras, exigem intervenções institucionais e políticas específicas para garantir sustentabilidade e resiliência face às MC.

Cabo Verde, enquanto Estado arquipelágico, possui uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente 734.265 km², que corresponde a mais de 90% da sua superfície emersa. A sua linha costeira estende-se por cerca de 1.020 km, caracterizada por uma diversidade de paisagens que incluem praias de areia branca e negra, formações rochosas e escarpadas. Esta geomorfologia típica dos pequenos estados insulares representa uma vulnerabilidade significativa face às MC globais, exigindo atenção prioritária para mitigar os seus impactos na zona costeira.

Os efeitos das MC fazem-se sentir de forma particularmente intensa no setor das pescas e nas zonas costeiras, onde reside cerca de 80% da população caboverdiana. Estas comunidades enfrentam riscos crescentes, incluindo tempestades, ondas gigantes e inundações que danificam infraestruturas, habitats marinhos e atividades económicas essenciais, como a pesca artesanal e o turismo. Fenómenos extremos, como furacões, provocam impactos significativos nos ecossistemas recifais e nas infraestruturas costeiras, especialmente quando estas não estão adequadamente preparadas para resistir a tais eventos.

O setor das pescas em Cabo Verde apresenta uma estrutura organizada e regulamentada, sustentada por documentos estratégicos e legais que orientam a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos. Este enquadramento é essencial para garantir a governança do setor, promover a sustentabilidade e responder aos desafios impostos pelas MC.

A governação do setor é assegurada por um conjunto de instituições que atuam de forma integrada. O Ministério do Mar (MM) assume o papel de entidade responsável pela formulação e implementação de políticas públicas relacionadas com os recursos marinhos e a atividade pesqueira. O Instituto do Mar (IMAR) opera como órgão executivo, dedicando-se à pesquisa, monitorização e apoio técnico, fornecendo dados e recomendações cruciais para a gestão sustentável dos recursos. A Direção Nacional das Pescas e Aquacultura (DNPA) tem como função fiscalizar e regular as atividades pesqueiras, assegurando o cumprimento das normas e licenças estabelecidas. Para além destas entidades governamentais, as comunidades costeiras e associações de pescadores desempenham um papel ativo na gestão local dos recursos, colaborando com as instituições públicas para fomentar práticas sustentáveis e preservar os ecossistemas marinhos. Por outro lado, as zonas costeiras também se encontram sob a alçada do Ministério da Agricultura e Ambiente, entidade responsável pela gestão das áreas protegidas, que desempenham um papel fundamental na proteção e conservação dos recursos marinhos — especialmente aqueles não comerciais, mas igualmente essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico marinho. Nesse sentido, através da Direção 31 Nacional do Ambiente, o Ministério assume igualmente a responsabilidade pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos.

O ordenamento e a gestão costeira são regulados por diplomas específicos, como o que estabelece os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e Mar Adjacente (POOC_M), cujos objetivos incluem a minimização dos riscos de desastres e a redução dos impactos ambientais, sociais e económicos.

Em 2011, foi elaborada a "Análise das Instituições e Políticas de Pesca em Cabo Verde com Relação às Mudanças Climáticas", que destacou a necessidade de rever e adaptar as políticas de pesca para reforçar a resiliência climática, nomeadamente através do fortalecimento institucio-

nal. Esta análise serviu de base para a reestruturação do setor nos últimos anos, visando enfrentar os desafios impostos pelas MC.

O quadro legal do setor é ainda definido pela Lei de Bases da Pesca (Lei nº 66/VIII/2013), que estabelece os princípios gerais para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, promovendo a conservação dos ecossistemas marinhos e a pesca responsável. Complementarmente, a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Pescas (ENDSPS) define as prioridades e ações para o setor, com enfoque na sustentabilidade económica, social e ambiental, considerando os impactos das MC.

A Carta de Política para a Economia Azul em Cabo Verde e o Quadro de Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul foram adotados como instrumentos estratégicos fundamentais, visando o uso sustentável dos oceanos, o crescimento económico e o aumento da resiliência do setor face aos desafios climáticos.

Cabo Verde tem fortalecido a sua capacidade de gestão sustentável dos recursos pesqueiros face às MC através de uma estrutura institucional e política robusta. O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas estabelece medidas específicas para o setor das pescas, abrangendo desde a gestão sustentável e proteção dos ecossistemas marinhos até à melhoria de infraestruturas, monitorização científica e capacitação comunitária. Inclui ainda componentes críticos como gestão integrada de riscos, cooperação internacional e financiamento, com particular atenção à integração da perspetiva de género nas políticas de adaptação, reconhecendo o papel fundamental das mulheres nas atividades pesqueiras e na gestão costeira. As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) por sua vez, estão reconhecidas nas NDC de Cabo Verde como um dos instrumentos-chave para travar a degradação dos habitats naturais e a perda da biodiversidade marinha, através da adoção de políticas nacionais e planos de gestão que promovam a expansão da cobertura das AMP, promovendo soluções baseadas na natureza e a implementação efetiva dos seus mecanismos de monitorização e avaliação.

Em relação a igualdade de género, um avanço significativo foi a aprovação da Estratégia de Género no Setor das Pescas (EGSP) 2022-2026[1], que visa promover a equidade no setor através da redução de desigualdades e do equilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres. Esta estratégia concentra-se particularmente no subsetor da pesca artesanal e no reforço institucional para a igualdade de género, estabelecendo mecanismos claros de implementação, coordenação e avaliação. A EGSP salienta como fatores como classe social, pobreza, educação e acesso a recursos criam vulnerabilidades distintas face às MC, com as mulheres rurais e piscatórias em situação particularmente frágil devido a normas sociais rígidas e oportunidades limitadas.

Os primeiros resultados concretos desta estratégia foram apresentados em Março de 2025, pelo Ministério do Mar e pela FAO, destacando-se três iniciativas principais: uma auditoria participativa sobre igualdade de género, o desenvolvimento de um modelo de infraestrutura para mercados de peixe com perspetiva de género, e a produção de uma brochura com indicadores de género específicos para o setor. Estes avanços demonstram o compromisso do país em conciliar a adaptação climática com a equidade social, assegurando que as políticas pesqueiras considerem tanto a sustentabilidade ambiental como a justiça de género.

1 A Estratégia está integrada com o Programa de Governo para a X Legislatura (2021-2026), o PEDS II e o PNIG 2022-2026. Internacionalmente, a EGSP contribui para os ODS, especialmente o ODS 5 sobre igualdade de género, ealinha-se com as diretrizes da FAO, CEDAW, Declaração de Beijing e Agenda 2063 da União Africana.

3.1.2 Agricultura, Silvicultura e Floresta

O setor da agricultura, pecuária e florestas em Cabo Verde é considerado um acelerador do desenvolvimento económico e social, desempenhando um papel fundamental na segurança alimentar, no desenvolvimento rural e na sustentabilidade ambiental. O país enfrenta desafios significativos devido ao clima semiárido, caracterizado por chuvas irregulares, longos períodos de seca e desertificação progressiva. O setor agrícola representa cerca de 10% do PIB e emprega grande parte da população rural, sendo altamente dependente da água e dos recursos naturais. Os impactos das MC são evidentes na redução da produtividade agrícola, degradação dos solos e insegurança hídrica, afetando diretamente agricultores e criadores de gado.

As florestas em Cabo Verde, embora limitadas, desempenham um papel crucial na proteção dos solos, na conservação da biodiversidade e na regulação do ciclo hidrológico, sendo altamente vulneráveis a fenómenos como a desertificação, a seca prolongada e a degradação dos solos. Neste contexto, reforça-se a importância de ações coordenadas e estratégicas para garantir que o setor florestal possa enfrentar os desafios climáticos e continuar a fornecer serviços ecossistémicos essenciais, conforme refletido no documento "Construindo Capacidade de Adaptação e Resiliência do Setor Florestal em Cabo Verde".

De acordo com o estudo qualitativo para compreender o impacto dos desastres hidrometeorológicos nas famílias cabo-verdianas, os principais constrangimentos nas atividades produtivas são a falta de água e os altos custos da produção agrícola e pecuária, fatores que atravessam todos os níveis de rendimento. A debilidade dos sistemas produtivos, agravada pela escassez de água para abastecimento público e irrigação - resultado da seca prolongada desde 2017 - tem levado a uma diminuição drástica do rendimento das famílias rurais e a uma redução na produção hortofrutícola. Esta situação compromete o acesso físico e financeiro aos alimentos, 33 agravando as condições alimentares e nutricionais das populações rurais[2]. O compromisso com a resiliência do setor é fundamental para mitigar estes impactos e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

A produção agrícola em Cabo Verde é considerada precária devido à escassez de solos aráveis, às características geográficas e orográficas do arquipélago, e à crescente irregularidade climática, com secas prolongadas e chuvas torrenciais. Apesar destes constrangimentos, a agricultura envolve um terço dos agregados familiares e contribui, em média, com 8% para o PIB (PEDS II, 2022-2026). A população agrícola ativa distribui-se quase equitativamente por género (49,7% mulheres e 50,3% homens), mas persistem disparidades na posse e tipo de exploração. Das 45.400 explorações familiares, 87,5% destinam-se ao autoconsumo e apenas 3,3% têm produção comercializada. As mulheres gerem 24% das parcelas agrícolas, contra 76% sob gestão masculina. Na agricultura de sequeiro (predominante), as mulheres são maioria, enquanto no regadio (18,9% do total) representam 30% dos agricultores, face a 70% de homens.

A principal entidade que coordena as ações no setor é o Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), responsável pela formulação e implementação das políticas agrícolas, pecuárias e florestais. A Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) é um serviço central do MAA com funções de conceção, regulamentação, coordenação, execução e apoio direto ao/à

2 Análise do Impacto Social e na Pobreza do projeto "Política de Desenvolvimento de Gestão do Risco de Desastres com Opção de Desembolso Diferido Perante Catástrofes (Cat DDO)" — P160628

Ministro/a, nos domínios da agricultura e proteção das culturas, silvicultura, pecuária e saúde animal, saúde pública veterinária, engenharia rural e hidroagrícola, gestão de terras agrárias, bem como a extensão rural e qualificações dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais. A nível das MC, tem funções especiais como avaliação e integração de medidas de adaptação na gestão do setor. O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), tutelado pelo MAA e responsável pela investigação agrária, promove pesquisas sobre técnicas agrícolas adaptadas ao clima de Cabo Verde. A Águas de Rega tem como maior acionista o Estado de Cabo Verde e é responsável pela gestão das águas de rega utilizadas na agricultura, garantindo eficiência e sustentabilidade no uso dos recursos hídricos para a produção agrícola.

Estrategicamente, o NAP inclui medidas específicas para aumentar a resiliência da agricultura, pecuária e florestas, promovendo tecnologias sustentáveis. Por sua vez, o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional busca garantir o acesso a alimentos de qualidade diante dos desafios climáticos. O PEDS II incorpora o crescimento verde como um dos pilares para a sustentabilidade ambiental e social. Além disso, o Programa de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos visa melhorar o uso e a conservação da água, fator essencial para a agricultura. Para promover o desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais, que estão muito ligadas a agricultura, silvicultura e pecuária, foi concebido o Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER), que se encontra na sua terceira fase de implementação. A sua implementação está diretamente relacionada com os desafios climáticos que afetam a agricultura em Cabo Verde. O POSER-C (POSER CLIMA) concentra as suas ações de adaptação às MC nas populações rurais pobres, para aumento da promoção de oportunidades socioeconómicas rurais, priorizando a promoção da transição energética sustentável e a resiliência climática nas zonas rurais. Este programa representa um esforço significativo para analisar a vulnerabilidade de diversas comunidades rurais às MC e identificar, de forma participativa, medidas de adaptação que possam ser integradas nos PEDS regionais. Desde 2017, o Programa conta com uma componente de igualdade de género, operacionalizada através da parceria entre o POSER e o ICIEG, com o objetivo de promover o empoderamento económico das mulheres rurais. Esta colaboração tem-se materializado em ações de formação e sensibilização em igualdade de género, visando garantir o acesso equitativo das mulheres a oportunidades e recursos essenciais ao seu desenvolvimento socioeconómico.

Embora o POSER CLIMA não possua uma seção específica dedicada ao género, agricultura e MC, é possível identificar que reconhece implicitamente que as MC afetam diferentes grupos sociais de maneira desigual. Ainda, a metodologia participativa utilizada na identificação de medidas de adaptação sugere que se buscou ouvir as vozes de diferentes atores, incluindo mulheres, agricultores e outros membros das comunidades rurais. É importante destacar que a vulnerabilidade das mulheres à mudança do clima está muitas vezes ligada a atividades agrícolas. O relatório do POSER-C destaca a importância da agricultura como um setor-chave para a economia e subsistência das comunidades rurais em Cabo Verde. A análise da suscetibilidade da produção vegetal às condições climáticas nas ilhas de intervenção do POSER-C (Santiago, São Nicolau, Fogo e Brava) demonstra a preocupação com os impactos das MC na segurança alimentar e nos meios de vida dos agricultores. Apresenta ainda uma série de medidas de adaptação que visam fortalecer a resiliência do setor agrícola às MC. Essas medidas incluem a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, o uso eficiente da água, a diversificação de culturas e a gestão integrada dos recursos naturais.

Outros dados, designadamente do projeto REFLOR-CV (Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Setor Florestal em Cabo Verde) e o seu "Diagnóstico Social e de Género nas Comunidades"[3] oferecem um panorama fundamental para compreender as dinâmicas sociais e de género que influenciam a gestão dos recursos naturais e a resiliência das comunidades frente às MC em Cabo Verde. Neste projeto são analisados os papéis distintos de homens e mulheres no acesso e controlo dos recursos florestais, bem como as suas capacidades de influenciar a tomada de decisões e de beneficiar das oportunidades económicas, fornecendo uma base crucial para o desenvolvimento de estratégias de adaptação às MC mais equitativas e eficazes. O diagnóstico evidencia como as MC exacerbam as desigualdades de género existentes nas comunidades de Cabo Verde.

A escassez de água, agravada pelas MC, afeta desproporcionalmente as mulheres, que são as principais responsáveis pelo abastecimento de água para uso doméstico e criação de animais. O acesso limitado à terra para a agricultura e as dificuldades na obtenção de títulos de propriedade restringem a capacidade das mulheres para investir em práticas agrícolas sustentáveis e de se adaptarem às MC. Além disso, as mulheres são frequentemente excluídas das atividades florestais mais lucrativas devido a estereótipos de género e restrições à sua mobilidade, limitando as suas oportunidades de geração de rendimentos e a sua contribuição para a gestão sustentável dos recursos florestais. É destacada ainda a menor participação das mulheres na tomada de decisões relacionadas à gestão dos recursos naturais e às estratégias de adaptação às MC, o que impede que as suas necessidades e prioridades sejam devidamente consideradas.

3.1.3 Gestão de Riscos e Desastres

A exposição do país aos riscos climáticos, combinada com a fragilidade dos seus ecossistemas e sistemas socioeconómicos, exige uma abordagem proativa para a redução de riscos de desastres (RRD), para melhor se adaptar às MC. A crescente consciência dos impactos das MC em Cabo Verde tem reforçado a necessidade de construir uma resiliência nacional e comunitária.

De acordo com o World Risk Index 2024, Cabo Verde ocupa a 174ª posição (de entre 193 países), com um índice de risco de 1,17%. Esta classificação indica que Cabo Verde está entre os países com menor risco de desastres naturais a nível mundial. Este índice é calculado com base em componentes como: exposição a perigos naturais, suscetibilidade, capacidades de enfrentamento e capacidades de adaptação. A posição favorável de Cabo Verde no ranking sugere uma combinação de baixa exposição a eventos naturais extremos e uma resiliência social relativamente elevada, destacando uma capacidade de adaptação média .

3 Está alinhado com várias normas e acordos internacionais que reconhecem a importância da igualdade de géneroe da inclusão social na resposta às MC - os ODS, particularmente o ODS 5 (Igualdade de Género) e o ODS 13 (Ação Climática), que enfatizam a necessidade de integrar a perspetiva de género nas políticas e ações relacionadas com o clima. Além disso, o estudo está em consonância com a CEDAW e a Política de Igualdade de Género da FAO, que visam promover os direitos das mulheres e alcançar o desenvolvimento rural de forma equitativa e sustentável.

Os principais riscos de desastres naturais em Cabo Verde incluem secas, ciclones tropicais com inundações e deslizamentos, erupções vulcânicas, terramotos, erosão costeira, subida do nível do mar, além de epidemias e surtos que afetam a saúde pública e a economia.[4]

Entre os principais riscos que afetam Cabo Verde destacam-se as secas prolongadas, ciclones tropicais acompanhados de inundações e deslizamentos, a erosão costeira, a subida do nível do mar, bem como riscos geofísicos como erupções vulcânicas e sismos. A estes somam-se ameaças à saúde pública, como epidemias e surtos, que impactam significativamente a economia e o bem-estar das populações.

Esta conjugação de fatores sublinha a importância de desenvolver estratégias integradas que abordem simultaneamente as vulnerabilidades ambientais e socioeconómicas, promovendo uma resposta coordenada e eficaz aos desafios climáticos atuais e futuros. A construção de resiliência requer assim uma ação concertada a múltiplos níveis, desde políticas nacionais até intervenções locais.

A entidade responsável pela implementação das políticas de gestão de riscos e desastres em Cabo Verde é o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB), instituição que opera sob a tutela do Ministério da Administração Interna e tem como missão coordenar, planear e executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação face a desastres naturais e riscos associados, incluindo os relacionados com as MC. e está estruturada para atuar de forma integrada e multi-sectorial, envolvendo diversos atores nacionais e locais. O SNPCB trabalha em estreita colaboração com outras entidades governamentais, como o MAA, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) e ONGs para fortalecer a resposta aos riscos naturais associados às MC.

A atuação deste órgão face às MC passa pela monitorização dos fenómenos extremos com sistemas de alerta precoce, desenvolvendo planos de contingência, promovendo infraestruturas resilientes e práticas sustentáveis, capacitando comunidades, alinhando-se com políticas nacionais e coordenando respostas rápidas a emergências, tudo para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência de Cabo Verde.

Neste sentido, a Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (ENRRD), reconhece as MC como um desafio transversal que exige uma resposta integrada e proativa, focada na redução de vulnerabilidades, no fortalecimento da resiliência e na promoção de um desenvolvimento sustentável e adaptado ao clima. A Estratégia representa uma mudança de paradigma, substituindo a gestão reativa de desastres por uma abordagem proativa de gestão de riscos, com o objetivo de mitigar os fatores subjacentes ao risco, reduzir a exposição e vulnerabilidade das comunidades e ecossistemas, e institucionalizar a RRD como uma prioridade transversal nas políticas e planos nacionais, sectoriais e locais. O fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão de Riscos de Desastres é um dos pilares desta Estratégia, com mecanismos de coordenação multi-sectorial, financiamento adequado e capacitação institucional. A integração da gestão de RRD em instrumentos como o PEDSII, políticas sectoriais, ordenamento do território, códigos de construção e de gestão, promove a descentralização e o reforço das capacidades nacionais e locais. Essa integração envolve municípios, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e a

4 World Risk Index (WRI)

população em geral, levando a construção de uma sociedade resiliente, onde governos e comunidades estão capacitados para antecipar, prevenir, responder e se recuperar de desastres.

A ENRRD baseia-se no princípio da descentralização e da subsidiariedade e em dois pilares fundamentais: governos resilientes que são responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de políticas de RRD, com mecanismos institucionais robustos para coordenar programas multi-sectoriais, mobilizar recursos, avaliar riscos, promover educação pública e apoiar a investigação; e comunidades resilientes. que são populações informadas, capacitadas e organizadas, capazes de liderar iniciativas locais de RRD e promover a solidariedade e a autoajuda. Esta política afirma o compromisso de Cabo Verde com a cooperação internacional e a construção de uma cultura de prevenção e preparação para desastres, alinhada com os princípios constitucionais e as leis nacionais.

A ENRRD também está alinhada com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (SFA), que estabelece as prioridades globais para a redução do risco de desastres, reconhecendo a ligação intrínseca entre a redução do risco 37 de desastres, as MC e o desenvolvimento sustentável, conforme preconizado nos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas. Ao integrar a gestão do risco de desastres nos planos e políticas nacionais, a ENRRD contribui para a concretização destes compromissos internacionais e para a construção de um futuro mais seguro e resiliente para Cabo Verde.

No final de 2018, o Governo de Cabo Verde aprovou o Quadro de Recuperação pósdesastre (QRP) que incorpora a igualdade de género como um princípio fundamental para garantir uma recuperação inclusiva e equitativa. Reconhecendo que mulheres e grupos vulneráveis estão mais expostos aos impactos dos desastres, o QRP promove medidas específicas, como o fortalecimento da proteção social, o acesso a oportunidades de geração de rendimento, o microcrédito e a capacitação profissional. O documento reconhece ainda o papel central das mulheres como agentes de resiliência nas comunidades e defende a sua participação ativa nos processos de planeamento, implementação e monitorização das estratégias de recuperação.

Além disso, destaca a importância da recolha de dados desagregados por género na análise de necessidades pós-desastre, garantindo que as avaliações de risco considerem vulnerabilidades distintas. O documento também propõe o aproveitamento dos sistemas de proteção social para apoiar a recuperação, incluindo mecanismos de transferência de rendimento e seguros para pequenos negócios e trabalhadores autónomos, assegurando que a reconstrução reduza desigualdades e promova maior resiliência social e económica. A coordenação entre os diferentes setores governamentais, autoridades locais e organizações da sociedade civil é apontada como essencial para assegurar uma resposta integrada, inclusiva e sustentável.

A fragilidade ambiental, combinada com a vulnerabilidade socioeconómica de grande parte da população, especialmente das mulheres, exige uma preparação robusta para a gestão de processos de recuperação que promovam a resiliência. O Governo de Cabo Verde, alinhado com o Quadro de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, tem desenvolvido estratégias e planos de ação para a redução de riscos de desastres e recuperação pós-desastre. Projetos como o “Capacitação para Recuperação Resiliente – Fase 2”, financiado pelo PNUD, visam assegurar que os processos de recuperação sejam eficazes, sustentáveis e inclusivos, reconhecendo que mulheres e homens, juntamente com outros grupos vulneráveis, têm diferentes níveis de acesso e controlo sobre os recursos e ocupam posições distintas na estrutura socioeconómica.

Neste contexto, a análise de género torna-se fundamental para reunir informações essenciais sobre os papéis e responsabilidades de género, capacidades, vulnerabilidades e acesso a recursos em tempos de crise, desastres e recuperação. As desigualdades de género acentuam-se em situações de crise, tornando as mulheres mais vulneráveis devido ao menor acesso a recursos e poder de decisão, sendo, por esse motivo, crucial realizar análise de género, para identificar as diferentes necessidades e capacidades de mulheres e homens antes, durante e após uma emergência, permitindo respostas mais adequadas e equitativas. Neste âmbito, a recolha de dados desagregados por sexo e idade é fundamental para 38 alcançar a igualdade de género na concepção e implementação de ações e recomendações, apesar dos desafios identificados na produção dessas estatísticas em Cabo Verde. A importância da participação e do poder de decisão das mulheres, bem como o seu acesso a recursos, são reconhecidos como elementos-chave para garantir a sua autonomia e a de suas famílias e comunidades em situações de crise e desastre.[5]

3.1.4 Saúde

Os fenómenos causados pelas MC representam um grande desafio para a saúde pública em Cabo Verde, causando impactos como o aumento de doenças transmitidas por vetores (malária, dengue) devido à alteração nos padrões de precipitação e aumento da temperatura, surtos de doenças diarreicas, devido a escassez de água potável, insegurança alimentar, desnutrição, problemas respiratórios, devido à poluição do ar, stress e ansiedade provocados por eventos climáticos extremos, e a sobrecarga dos serviços de saúde, exigindo ações urgentes para fortalecer a resiliência do sistema de saúde e proteger a população.

Cabo Verde tem avançado na construção de um sistema nacional de saúde ecologicamente sustentável e resiliente, com a atualização do Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas (PNASMC- 2023-2027) e o desenvolvimento do roteiro do Ministério da Saúde para um sistema de saúde de baixo carbono e adaptado ao clima. Estas iniciativas são fundamentais para fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação da saúde pública face aos impactos das MC no país.

Além dessas iniciativas, destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Gestão de Resíduos Hospitalares, que visa garantir práticas mais sustentáveis e seguras no setor da saúde, bem como a realização de diversas atividades e a criação de espaços de diálogo e concertação sobre a vulnerabilidade do setor da saúde aos riscos climáticos. Estes instrumentos têm como objetivo reforçar as capacidades técnicas e operacionais no domínio das MC e saúde, promovendo uma abordagem integrada e proativa para enfrentar os desafios climáticos e garantir um sistema de saúde mais robusto e sustentável.

O PNASMC é o principal instrumento político que orienta as ações nesta área, visando fortalecer a resiliência do sistema de saúde. Entre suas prioridades estão a melhoria da vigilância e monitorização de doenças sensíveis ao clima, a melhoria da infraestrutura sanitária para resistir a eventos extremos, a promoção de práticas de higiene e saneamento e a capacitação dos profissionais de saúde para lidar com os desafios climáticos.

5 Carvalho, C. Capacitação para a Recuperação Resiliente – fase 2 Elaboração de análise das abordagens de género e integração do projeto Plano de Ação de Género "Promovendo a Igualdade em Contextos de Recuperação Pósdesastres".

Além disso, o setor da saúde trabalha em estreita colaboração com outras instituições, como o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) e a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), para garantir uma abordagem integrada e multi-sectorial.

Reconhecendo que as MC exacerbam as vulnerabilidades existentes e afetam de forma desigual diferentes grupos da população, o PNASMC[6] procura reforçar a resiliência do sistema de saúde, garantindo que este possa responder eficazmente às ameaças decorrentes das alterações no clima, com atenção particular às questões de género e aos grupos mais vulneráveis.

Embora o documento não dedique uma secção específica ao género, sublinha-se que a implementação do PNASMC deve considerar, na sua execução, os impactos distintos das MC em mulheres e homens. As mulheres, devido aos seus papéis sociais e económicos, enfrentam riscos específicos, como o aumento da carga de trabalho relacionada com o abastecimento de água e a segurança alimentar, o acesso limitado aos serviços de saúde reprodutiva e a maior vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. Para garantir que as ações de adaptação sejam equitativas e eficazes, é crucial integrar uma perspetiva de género em todas as fases do processo, desde a avaliação de vulnerabilidades até à implementação e monitorização de programas de saúde informados sobre o clima.

O Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) desempenha um papel fundamental na interseção entre saúde e MC por meio da abordagem "Uma Só Saúde", que integra as dimensões da saúde humana, animal e ambiental. Essa estratégia permite ao INSP fortalecer o sistema nacional de saúde, apoiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e garantir uma resposta eficaz a riscos sanitários agravados pelas MC, como o aumento de doenças vetoriais. Ao divulgar informações científicas relevantes, coordenar ações intersectoriais, promover formações técnicas e apoiar estruturas como o Centro Nacional de Operações em Emergências de Saúde Pública (CNOESP), o INSP contribui para a vigilância, prevenção e mitigação de impactos sanitários associados às mudanças ambientais, reforçando a resiliência do país face a ameaças complexas à saúde pública.

3.1.5 Água e Saneamento

As MC têm impactos significativos no setor da água e saneamento em Cabo Verde, um país que enfrenta sérios desafios relacionados com a escassez de água e a gestão de recursos hídricos. O aumento das temperaturas e a alteração dos padrões de precipitação estão a reduzir a disponibilidade de água, agravando a seca e a escassez de recursos hídricos. Esta redução afeta o abastecimento para consumo humano, agricultura e indústria, aumentando a competição pelos recursos e colocando pressão sobre os sistemas de distribuição. Além disso, o aumento das temperaturas médias leva a uma maior evaporação da água armazenada em reservatórios e barragens, reduzindo a eficiência dos sistemas de armazenamento e abastecimento e exigindo investimentos adicionais em infraestruturas para compensar essas perdas.

6 O PNASMC está alinhado com vários compromissos internacionais assumidos por Cabo Verde, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o Acordo de Paris e os ODS, em particular o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 5 (Igualdade de género). O Plano reconhece a importância de construir sistemas de saúde resilientes e com baixas emissões de carbono, tal como preconizado na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), e procura integrar as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a adaptação da saúde às MC.

Também eventos climáticos extremos, como inundações, podem contaminar as fontes de água com sedimentos, poluentes e resíduos, afetando a qualidade da água disponível. Esta degradação aumenta os custos de tratamento da água e pode levar a problemas de saúde pública, como surtos de doenças transmitidas pela água. As inundações e chuvas intensas também podem sobrecarregar os sistemas de drenagem e saneamento, causando transbordamentos e contaminação do ambiente, o que aumenta o risco de doenças e a degradação ambiental, exigindo investimentos em infraestruturas mais resilientes. Por outro lado, o aumento do nível do mar e a intrusão de água salgada nos aquíferos costeiros estão a reduzir a disponibilidade de água doce, especialmente em ilhas onde os recursos hídricos já são escassos, limitando as fontes de água potável.

As MC também colocam pressão adicional sobre as infraestruturas de água e saneamento, que já enfrentam desafios de manutenção e capacidade, aumentando os custos operacionais e exigindo investimentos significativos em infraestruturas resilientes. Para enfrentar esses desafios, Cabo Verde tem adotado e proposto, entre outras medidas, a gestão integrada dos recursos hídricos - que promove o uso eficiente da água - e a gestão sustentável dos recursos - envolvendo todos os setores e atores relevantes -, bem como novas tecnologias e utilização de energias renováveis (eólica e solar).

O investimento em infraestruturas resilientes, como barragens, sistemas de dessalinização e redes de distribuição, é essencial para resistir aos impactos climáticos. A reutilização de águas residuais tratadas para fins não potáveis, como a irrigação e a indústria, reduz a pressão sobre os recursos hídricos. A sensibilização e capacitação das comunidades sobre a importância da conservação da água e a gestão eficiente dos recursos são fundamentais para promover práticas sustentáveis.

A Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) é a entidade responsável pela regulação, planeamento e supervisão dos serviços de água e saneamento em Cabo Verde sob a coordenação do MAA, órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos e pela definição de políticas relacionadas à água e ao saneamento. Em colaboração com outras entidades dentro do mesmo ministério e diversas outras empresas privadas e municípios que fazem a gestão de água e saneamento nos diversos pontos do país, a ANAS busca fortalecer a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, promovendo infraestruturas resilientes, práticas inovadoras e ações de adaptação para enfrentar os desafios acrescidos pelas MC em Cabo Verde. Vários instrumentos nacionais têm levado em consideração as questões climáticas, nomeadamente o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS - 2015), que propõe uma abordagem integrada e resiliente para enfrentar os desafios deste setor, com foco na gestão sustentável dos recursos hídricos, na adaptação às MC e na garantia do acesso universal à água potável e saneamento adequado.

O PLENAS também reconhece a importância da igualdade de género e da resiliência climática na gestão dos recursos hídricos e saneamento, visando melhorar o acesso e uso efetivo dos sistemas de água e saneamento, principalmente para mulheres e crianças, que despendem tempo significativo na busca por água. Além disso, enfatiza a integração da perspetiva de género nos processos de decisão e gestão, promovendo uma representação equitativa de mulheres e homens nos órgãos de gestão. No contexto das MC, o documento reflete preocupação com a segurança do 41 abastecimento de água e a resiliência dos sistemas, com a gestão sustentável e integrada dos recursos hídricos (central para garantir as necessidades básicas das populações e das atividades económicas e sociais) e com foco na sustentabilidade ambiental. A implementação do PLENAS é monitorizada e avaliada continuamente, permitindo atualizações periódicas e uma avaliação abrangente do ponto de vista ambiental, social e de género.

Embora reconheça a importância da equidade de género no acesso à água e a necessidade de sistemas resilientes às MC, o PLENAS não analisa como as MC afetam desproporcionalmente mulheres e homens, nem como as questões de género podem influenciar a adaptação e mitigação das MC no setor de água e saneamento.

A "Estratégia Social e de Género para o Setor da Água e Saneamento (ESGAS) 2025- 2030"[7] visa integrar aspetos sociais e de género na gestão e desenvolvimento do setor de água e saneamento, definindo uma visão estratégica, objetivos, metas e medidas para garantir acesso igualitário aos serviços, independentemente de género, raça, condição física ou socioeconómica. A ESGAS deve ser complementar ao PLENAS, identificando um conjunto de objetivos e medidas que garantem a promoção dos valores sociais, incluindo equidade, diversidade e inclusão. Reconhece a importância da igualdade de género e da inclusão social no setor, focando-se em grupos vulneráveis como mulheres, crianças, idosos e grupos socioeconómicos desfavorecidos e promove o envolvimento e a participação de diversas partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, no desenho e implementação de projetos do setor. Valoriza ainda a capacitação e o desenvolvimento organizacional, promovendo conhecimentos e competências para a gestão dos sistemas de água e saneamento, com ênfase na equidade social e de género e as medidas preconizadas incluem a equidade na eficácia e acessibilidade física dos serviços, a potencialização do impacto social dos projetos através da inclusão e participação de todos os grupos, a melhoria da transparência e comunicação com o público, a promoção da qualidade dos serviços na perspetiva do consumidor, a garantia de saúde e bem-estar, através da qualidade da água e higiene sanitária, a promoção da equidade, diversidade e inclusão na progressão de carreira no setor e a disseminação dos valores do PLENAS e da ESGAS, através de ações de sensibilização e educação. A ESGAS realça a importância da sustentabilidade ambiental no setor, promovendo a otimização de recursos e a resiliência dos sistemas de água e saneamento e visa criar uma cultura de competência, segurança e equidade social e de género nas organizações do setor, considerando aspetos de monitorização e avaliação, para melhorar a sensibilidade aos aspetos sociais e de género e reduzir as iniquidades sociais.

3.1.6 Energia

O setor energético de Cabo Verde desempenha um papel crucial na mitigação dos impactos das MC, dada a sua histórica dependência de combustíveis fósseis importados, que geram emissões poluentes e expõem a economia às oscilações dos preços internacionais. Atualmente, as energias renováveis, como a eólica e solar, representam cerca de 20% da produção elétrica nacional, com metas estabelecidas para aumentar essa participação para 50% até 2030 e alcançar 100% até 2040. Para impulsionar essa transição, o país implementou programas estratégicos alinhados com a política energética da CEDEAO, incluindo o Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE) - documento orientador do setor e que inclui um eixo específico sobre género.

7 Alinhada com instrumentos nacionais e internacionais, como o Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania, o PEDS II, o Plano Nacional para a Igualdade de Género, a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Agenda 2063 da União Africana.

No âmbito da mobilidade, o governo tem promovido incentivos para a aquisição de veículos elétricos e a instalação de postos de carregamento, visando reduzir as emissões no setor de transportes. A governança do setor energético é coordenada pelo Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE), com a Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE) responsável pela formulação de políticas e a Agência de Regulação Económica (ARE) atuando como reguladora independente. A empresa pública EDEC lidera a produção e distribuição de energia, enquanto produtores independentes, como a Cabeólica, contribuem para a diversificação da matriz energética. Cabo Verde também sedia o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE), que promove o mercado de energias limpas na região.

A Política Energética da CEDEAO, atualizada para refletir as mudanças globais e regionais, integra a igualdade de género como componente essencial do desenvolvimento energético sustentável. Esta política visa proporcionar acesso universal à energia limpa e reduzir o uso de combustíveis tradicionais, como a lenha, que afetam desproporcionalmente a saúde das mulheres e crianças.

Em Cabo Verde, o Plano de Ação Nacional de Género no Acesso à Energia (PANGECV), aprovado em 2020, aborda as disparidades de género no setor, reconhecendo que famílias chefiadas por mulheres e residentes em zonas rurais enfrentam maiores dificuldades de acesso à energia moderna. O Plano busca aumentar a participação feminina no setor energético, promover a igualdade de oportunidades e eliminar estereótipos de género, com um orçamento estimado em 34.583.500$00, financiado pelo Orçamento do Estado e parceiros de cooperação.

A implementação do PANGE-CV é liderada pela DNICE em articulação com o ICIEG, alinhando-se com a Política Nacional de Igualdade de Género e os compromissos internacionais assumidos pelo país. Este enfoque reflete o reconhecimento de que a transição energética só será eficaz e justa se integrar as necessidades e capacidades distintas de homens e mulheres, garantindo que todos possam contribuir e beneficiar do desenvolvimento sustentável.

3.1.7 Turismo

O crescimento do turismo em Cabo Verde tem oscilado bastante durante a última década, tendo registado uma média de mais de 8% ao ano, com tendência crescente para uma taxa média de mais de 10% durante os últimos dois anos. Este acelerado ritmo de crescimento tem certamente um lado muito positivo que é a sua contribuição para o PIB, superior a 20%, com impacto no emprego que se situa nos mesmos valores, contribuindo assim de forma expressiva para o desenvolvimento económico do país. Por outro lado, sobretudo para as ilhas do Sal e da Boa Vista, este crescimento demasiado rápido tem originado grandes preocupações de ordem social e ambiental, revelando sobejamente que nessas duas ilhas o presente ritmo de crescimento do turismo está num claro rumo de insustentabilidade (GOPEDS Turismo,2018-2030 (MTT,2018).

A indústria do turismo enfrenta sérios riscos, já que a maioria das infraestruturas turísticas e portuárias está situada nas zonas costeiras, próxima ao nível do mar, especialmente nas ilhas planas. As alterações nos ecossistemas marinhos, como o aumento da temperatura e a acidificação dos oceanos, têm impactado a produção primária e consequentemente as áreas de pesca, essenciais para a alimentação e a economia local, assim como para atividades náuticas para o turismo de natureza.

O aumento do nível do mar e a erosão costeira tem sido uma ameaça à sustentabilidade das praias a nível nacional, um dos principais atrativos turísticos do país. Eventos climáticos extremos, como tempestades e inundações, podem danificar infraestruturas turísticas e interromper operações, enquanto a escassez de água, agravada pela seca, limita o abastecimento, prejudicando a qualidade dos serviços. O aumento das temperaturas também pode tornar algumas épocas do ano menos atrativas para os turistas, especialmente aqueles que procuram climas amenos. Além disso, as MC afetam a cultura, o património e a segurança alimentar, elementos importantes para a experiência turística. Para enfrentar esses desafios, Cabo Verde tem adotado medidas como a proteção das zonas costeiras, a promoção do turismo sustentável, o investimento em tecnologias para a gestão de água, entre outras ações, visando garantir que o setor turístico continue a ser um motor de desenvolvimento económico e social, mesmo face aos impactos climáticos.

O sistema institucional e político do setor do turismo em Cabo Verde está estruturado para promover o desenvolvimento sustentável, garantindo a coordenação entre os diferentes níveis de governação e os diversos atores envolvidos. Este setor colabora de forma estreita com o Ministério da Agricultura e Ambiente para assegurar que o crescimento turístico respeite os recursos naturais e as necessidades de preservação ambiental. A coordenação dessas ações é liderada pelo Ministério do Turismo e Transportes, que supervisiona entidades como o Gabinete do Desenvolvimento do Turismo, responsável pelo planeamento estratégico e atração de investimentos; o Departamento de Gestão das Zonas Turísticas, encarregado da gestão de infraestruturas e ordenamento do território; e o Instituto do Turismo de Cabo Verde (ITCV), que regula, fiscaliza e promove o setor turístico, garantindo a qualidade dos serviços e a sustentabilidade das atividades. Juntas, essas entidades trabalham para alinhar as políticas turísticas com as prioridades de desenvolvimento económico, preservação ambiental e inclusão social, visando um impacto positivo e duradouro no crescimento do país.

No período de 2016 a 2018, foi elaborado o Plano de Ação para a transversalização da abordagem de género no setor do turismo, com o objetivo de promover a participação plena e equitativa das mulheres, bem como o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão. A iniciativa, encomendada pela ONU Mulheres com o apoio do ICIEG, estruturou-se em três eixos estratégicos: (i) reforço institucional, (ii) formação e capacitação, e (iii) promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres. Contudo, fatores externos, nomeadamente o encerramento do escritório da ONU Mulheres no país, levaram à interrupção da sua implementação a partir de 2017. Em julho de 2021, com a assinatura de um memorando de entendimento, o ITCV e o ICIEG retomaram a execução do Plano de Ação, visando reforçar a participação e o papel das mulheres no setor do turismo em Cabo Verde, um domínio particularmente relevante no contexto das interações entre género e MC.[8]

Com a aprovação do GOPEDS-Turismo (Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde 2018-2030), que estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde, é reconhecido que o turismo tem crescido a um ritmo acelerado, contribuindo para o aumento do PIB e do emprego, mas tam-

8 Turismo em Cabo Verde Sensível ao Género: Garantir melhores e mais empregos seguros às mulheres, Banco Mundial, 2023

bém gerando preocupações sociais e ambientais, principalmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista, onde o fluxo turístico é mais intenso. O documento baseia-se nos cinco pilares do desenvolvimento sustentável do turismo: económico, social, ambiental, cultural e da paz e segurança, contudo não aborda explicitamente a questão de género ou as MC, mas reconhece a importância da sustentabilidade e a necessidade de mitigar os impactos negativos do crescimento do turismo.

Em resposta ao impacto da pandemia de Covid-19, que expôs a excessiva dependência de Cabo Verde no setor turístico, o Plano Operacional do Turismo (POT) 2022-2026 foi elaborado, visando a recuperação e o desenvolvimento sustentável do turismo no arquipélago. O POT não aborda diretamente a questão de género, deixando, contudo, implícito o papel crucial das mulheres no setor e a necessidade de igualdade de oportunidades e refere a sustentabilidade como um pilar fundamental, com projetos focados em saneamento básico, eficiência energética e estruturação do turismo em áreas protegidas, mostrando uma preocupação com a preservação dos recursos naturais. As MC, embora não explicitamente mencionadas, são indiretamente consideradas através das iniciativas de sustentabilidade ambiental, que podem contribuir para a mitigação e adaptação aos impactos climáticos.

3.2
Transversalização da perspetiva de género nas políticas climáticas

Na construção de respostas climáticas eficazes e equitativas, a consideração das dinâmicas de género exige a adoção de políticas sectoriais específicas e direcionadas. O Quadro 3 apresenta uma análise comparativa da integração da perspetiva de género e clima dos diversos setores analisados, destacando instrumentos e políticas relevantes, assim como a forma como abordam, ou não, as questões de género no contexto das MC.

Quadro 3: Análise Comparativa da Integração do Género em Políticas Climáticas por Setor.

SETOR	ANÁLISE NA PERSPETIVA DE GÉNERO	INSTRUMENTOS/ POLÍTICAS RELEVANTES	INTRUMENTOS INTEGRAM EXPLICITAMENTE QUESTÕES DE GÉNERO?
Oceanos e Zonas Costeiras	Mulheres e homens são afetados de forma distinta. As mulheres, envolvidas na pesca artesanal e processamento de pescado, enfrentam vulnerabilidades devido a normas de género que limitam acesso a recursos e oportunidades. A **Estratégia de Género no Setor das Pescas (EGSP) 2022- 2026** promove igualdade de direitos e oportunidades, reconhecendo a maior vulnerabilidade das mulheres aos impactos climáticos.	- Estratégia de Género no Setor das Pescas (EGSP) 2022-2026 - Lei de Bases da Pesca (Lei nº 66/ VIII/2013)	**Sim.** A EGSP 2022-2026 aborda explicitamente a vulnerabilidade distinta de mulheres e homens, promovendo igualdade de direitos e oportunidades. Menciona ações como auditorias de género e infraestruturas sensíveis ao género (e.g.: mercados de peixe)

SETOR	ANÁLISE NA PERSPETIVA DE GÉNERO	INSTRUMENTOS/ POLÍTICAS RELEVANTES	INTRUMENTOS INTEGRAM EXPLICITAMENTE QUESTÕES DE GÉNERO?
Agricultura, Silvicultura e Floresta	As mulheres rurais são mais vulneráveis devido ao seu papel central na agricultura de subsistência e à falta de acesso a recursos como terra e água. O **Diagnóstico Social e de Género nas Comunidades (projeto REFLORCV)** destaca a necessidade de integrar a perspetiva de género nas estratégias de adaptação climática.	- Diagnóstico Social e de Género nas Comunidades (REFLOR-CV) - POSER-Clima	**Sim.** REFLOR-CV identifica desigualdades no acesso a recursos. POSER integra explicitamente a questão do género nas suas ações e estratégias.
Gestão de Riscos e Desastres	As mulheres são mais vulneráveis em situações de desastre devido ao menor acesso a recursos e poder de decisão. A **Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (ENRRD)** reconhece a importância da análise de género para respostas equitativas e inclusivas.	- Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (ENRRD) - Observatório Nacional de Desastres	**Sim.** A ENRRD menciona explicitamente a necessidade de análise de género para respostas inclusivas, alinhada com o Quadro de Sendai (que exige enfoque em grupos vulneráveis, como mulheres).
Saúde	As MC exacerbam as vulnerabilidades das mulheres, especialmente na saúde reprodutiva e no aumento da carga de trabalho doméstico. O **Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas (PNASMC 2023-2027)** integra a perspetiva de género nas ações de adaptação	- Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas (PNASMC 2023-2027)	**Sim.** O PNASMC 2023- 2027 integra a perspetiva de género, destacando impactos distintos na saúde reprodutiva e carga de trabalho das mulheres. Alinha-se com ODS 5 e CEDAW.
Água e Saneamento	As mulheres são as principais responsáveis pelo abastecimento de água, tornando-as mais vulneráveis à escassez hídrica. A **Estratégia Social e de Género para o Setor da Água e Saneamento (ESGAS 2025-2030)** promove acesso equitativo e inclusão social.	- Estratégia Social e de Género para o Setor da Água e Saneamento (ESGAS 2025-2030) - Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS)	**Sim.** A ESGAS 2025- 2030 promove explicitamente acesso equitativo e inclusão, com metas para reduzir a carga horária das mulheres no abastecimento de água. O PLENAS também menciona género, mas de forma menos detalhada.
Energia	O **Plano de Ação Nacional de Género no Acesso à Energia em Cabo Verde (PANGE-CV)** aborda a integração de género no setor energético do país.	- Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE)	**Sim.** O PNSE incorpora explicitamente a inclusão e equidade de género como um dos seus eixos de intervenção e o PANGE-CV visa promover a igualdade de género no acesso e uso de serviços energéticos.

SETOR	ANÁLISE NA PERSPETIVA DE GÉNERO	INSTRUMENTOS/ POLÍTICAS RELEVANTES	INTRUMENTOS INTEGRAM EXPLICITAMENTE QUESTÕES DE GÉNERO?
Turismo	As mulheres têm um papel significativo no setor, mas enfrentam desigualdades no acesso a oportunidades económicas e de liderança. O **Plano Operacional do Turismo (POT 2022-2026)** reconhece implicitamente a necessidade de igualdade de género e sustentabilidade.	- Plano Operacional do Turismo (POT 2022-2026) - Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (GOPEDS-Turismo)	**Não.** O POT 2022-2026 e o GOPEDS-Turismo não abordam explicitamente o género, apenas sugerem implicitamente a necessidade de sustentabilidade e inclusão social.

Fonte: Elaboração própria.

A análise sistematizada no quadro acima revela padrões distintos de integração da dimensão de género. Observa-se uma evolução positiva em setores como zonas costeiras, gestão de riscos, saúde, água e saneamento e energia, onde existem instrumentos que abordam explicitamente as desigualdades de género e propõem medidas concretas para mitigá-las. Por outro lado, persistem lacunas importantes em áreas como a agricultura e, de forma mais acentuada, no turismo — setor marcado pela ausência quase total de referências à dimensão de género, apesar da expressiva participação feminina.

Esta leitura comparativa permite destacar boas práticas e avanços relevantes e identificar áreas críticas que requerem intervenções específicas para garantir uma abordagem mais equitativa e inclusiva na governança ambiental e climática do país.

Quadro 4: Lacunas na Transversalização de Género nas Políticas Climáticas por Setor

SETOR	ANÁLISE NA PERSPETIVA DE GÉNERO
Oceanos e Zonas Costeiras	**Poucas lacunas.** Há uma integração explícita do género na EGSP 2022-2026. No entanto, a **Lei de Bases da Pesca** não incorpora uma perspetiva de género, o que pode limitar a eficácia legal e institucional das medidas propostas na estratégia.
Agricultura, Silvicultura e Floresta	**Integração parcial e pouco sistemática.** O programa **POSER** inclui medidas direcionadas ao empoderamento económico das mulheres rurais e ao reforço da resiliência agrícola, mas a abordagem de género ainda não é transversal em todos os seus componentes. Apesar de reconhecer desigualdades estruturais, o programa carece de metas de género claras e mecanismos de monitorização específicos.
Gestão de Riscos e Desastres	A ENRRD integra o género, mas **não há evidência clara de transversalização em planos operacionais locais ou planos de emergência**, o que pode comprometer a implementação prática da abordagem de género nas respostas a desastres.
Saúde	**A integração é explícita no PNASMC 2023-2027.** Contudo, não se menciona **articulação com os serviços de saúde sexual e reprodutiva** nem com outras políticas de género e saúde, o que pode reduzir o impacto prático da proposta.
Água e Saneamento	**Boa integração no plano estratégico de género (ESGAS).** Contudo, o **PLENAS não apresenta ações concretas com enfoque de género**. A lacuna reside na **discrepância entre estratégia específica e o plano geral do setor**, dificultando a operacionalização transversal.
Energia	**A inclusão de género é positiva no PANGE-CV e no PNSE.**
Turismo	Este é o setor com **maior lacuna.** Nenhum dos instrumentos (POT ou GOPEDS-Turismo) trata a questão de género de forma explícita, apesar da participação significativa das mulheres no setor. Ausência de diagnóstico, metas ou ações específicas com enfoque de género.

Fonte: Elaboração própria.

Para além das desigualdades de género identificadas nos diferentes setores examinados, a análise revela que as políticas climáticas em Cabo Verde, embora tenham incorporado progressivamente a dimensão de género, ainda negligenciam outras formas de desigualdade estrutural. A literatura especializada sustenta que apenas uma abordagem interseccional - que articule género, deficiência, diversidade sexual, idade, classe e território - pode garantir justiça climática efetiva, exigindo a sua incorporação prática nos instrumentos de mitigação e adaptação.

O NAP CV reconhece corretamente a proteção dos grupos mais vulneráveis, - incluindo pessoas com deficiência, mulheres e famílias monoparentais -, como condição fundamental para uma resiliência climática efetiva. Este compromisso está igualmente estabelecido na legislação nacional, que prevê a proteção e segurança das pessoas com deficiência em situações de risco e emergência humanitária[9]. No entanto, entre o reconhecimento formal e a prática, persistem desafios concretos. A implementação prática dessas garantias ainda é insuficiente, tornando urgente a adoção de medidas de acessibilidade universal e de adaptação processual em todos os setores relevantes.

As pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras físicas, comunicacionais e sociais que limitam o acesso a ambientes seguros, informação acessível e serviços de emergência em situações de risco climático, como secas, tempestades ou subida do nível do mar. A complexidade do problema é ampliada quando consideramos as intersecções com outras dimensões de vulnerabilidade, como género, idade e condição socioeconómica. “As mulheres e os idosos com

9 Estratégia para a Inclusão da Pessoa com Deficiência (EIPcD) 2024-2030”, aprovado pela Resolução n.º 98/2024 de Cabo Verde.

deficiência, em particular, enfrentam desafios ainda maiores devido à maior vulnerabilidade e aos estigmas sociais", que agrava a sua exposição aos riscos climáticos.[10]

No caso da população LGBTQIA+, embora Cabo Verde tenha feito avanços em matéria de igualdade formal, a vulnerabilidade social e a discriminação persistem, o que pode agravar-se em contextos de crise climática. A marginalização pode dificultar o acesso a abrigos, serviços de saúde e informação durante eventos extremos, colocando estas pessoas em risco acrescido[11]. As recomendações dos estudos internacionais e nacionais apontam para a necessidade de políticas públicas que reconheçam explicitamente as vulnerabilidades das pessoas LGBTQIA+ em situações de emergência climática, garantindo proteção contra discriminação e acesso igualitário a todos os serviços de resposta e recuperação.

Os documentos oficiais analisados, como o NAP, não fazem referência direta à população LGBTQIA+ no que diz respeito a políticas de adaptação ou resposta às MC. Embora o país tenha avançado em matéria de igualdade formal e proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ noutras áreas, não existem, até ao momento, orientações ou recomendações explícitas nestes instrumentos estratégicos que abordem as necessidades ou vulnerabilidades específicas deste grupo face aos riscos climáticos. Assim, a integração das preocupações da população LGBTQIA+ nas estratégias nacionais de resiliência climática em Cabo Verde permanece uma lacuna identificada, sendo uma dimensão que poderá beneficiar de maior atenção em futuras revisões de políticas públicas e planos de adaptação. Isto é, a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas, quando presente, permanece ancorada numa lógica binária e heteronormativa, ignorando a diversidade de identidade de género e orientações sexuais.

3.3
Planeamento e Financiamento

Uma governança climática reforçada em Cabo Verde implica a institucionalização de mecanismos eficazes e eficientes que promovam a construção de literacia climática e o desenvolvimento de competências técnicas, essenciais para melhorar a mobilização de financiamento climático e impulsionar a ação climática. Neste contexto, o setor de planeamento e financiamento desempenham um papel central, uma vez que a capacidade de agilizar o acesso a recursos financeiros, sobretudo face às suas limitações, é determinante para o sucesso das estratégias de adaptação e mitigação. Trata-se de utilizar os fundos e fontes de financiamento mais adequados, alinhados com as metas nacionais e o contexto local, com o objetivo de fortalecer a resiliência climática e promover um desenvolvimento socioeconómico e ambiental de baixo carbono, em consonância com as prioridades estabelecidas na NDC e no NAP.

Esta governança depende criticamente da estrutura institucional financeira do país, que envolve atores como o Ministério das Finanças, o Banco de Cabo Verde e outras entidades responsáveis pela gestão de recursos públicos e privados, destacandose o papel do Ministério da Agricultura e Ambiente e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional. Essa integração é fundamental para garantir que os fluxos financeiros sejam direcionados para projetos e iniciativas que contribuam para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para

10 Resolução n.º 98/2024 de Cabo Verde

11 Estudo Diagnóstico sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBTI em Cabo Verde, CNDHC, 2020.

a adaptação aos impactos climáticos, assegurando que o país avance de forma sustentável e resiliente face aos desafios globais.

Por forma a centralizar e gerir recursos financeiros, procurando garantir que Cabo Verde alcance os seus objetivos climáticos e ambientais de forma eficiente e sustentável (através de fontes nacionais e/ou internacionais), foi formalmente criado o **Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde** através da Lei n.º 44/X/2024, aprovada pela Assembleia Nacional em 23 de Dezembro de 2024 e publicada no Boletim Oficial a 27 de Dezembro de 2024[12], tendo entrado em vigor no dia seguinte da publicação. Contudo, carece ainda de operacionalização através de mecanismos e instrumentos de implementação[13]. Este Fundo é um mecanismo financeiro dedicado a apoiar a implementação de políticas, projetos e iniciativas relacionadas com a adaptação às MC, a mitigação dos seus efeitos e a proteção ambiental no país. De entre os seus objetivos destacam-se não apenas o financiamento de Projetos Climáticos e Ambientais e a Mobilização de Recursos, mas também a Implementação das Políticas Nacionais, a Promoção de Sinergias Multi-sectoriais e o Fortalecimento da Capacidade Institucional.

A plena operacionalização deste Fundo exige a integração transversal da perspetiva de género em todos os processos de orçamentação climática, assegurando que a alocação de recursos considere as necessidades diferenciadas de homens e mulheres. Esta exigência alinha-se com o Artigo 7º do Acordo de Paris, de que Cabo Verde é signatário. O país pode aceder a fundos internacionais como o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) e os Fundos de Investimentos Climáticos (CIF), que exigem a inclusão de critérios de género nas propostas de financiamento. A nível global, só uma pequena percentagem do financiamento climático nos Países Menos Desenvolvidos é direcionada explicitamente para a igualdade de género, apesar do impacto desproporcional das MC sobre as mulheres. O documento "Orçamentação e Financiamento para o Género e para as Mudanças Climáticas em África – Ilações do programa IBFCCA"[14] , corrobora a importância da integração do género nos orçamentos e financiamento para combater as MC em África, sendo que este tema é particularmente relevante para Cabo Verde, dado o seu elevado grau de vulnerabilidade aos impactos das MC e os desafios significativos que enfrenta em matéria de igualdade de género.

De acordo com o "Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País: Cabo Verde 2025", do Banco Mundial, embora Cabo Verde tenha um bom desempenho em indicadores de género, os investimentos no capital humano feminino não se traduzem em igualdade de oportunidades económicas. É necessário abordar as barreiras que impedem as mulheres de participar plenamente na economia, promovendo a igualdade de acesso a recursos, empregos e oportunidades de liderança e é crucial fortalecer o papel das mulheres na redução do risco de desastres e no mapeamento participativo de riscos, reconhecendo a sua vulnerabilidade específica e a sua capacidade de liderança na adaptação às MC.

Embora não seja um programa de financiamento climático específico, iniciativas como o **Programa de Inclusão Social e Produtiva (PISP)**, que beneficia especialmente famílias chefiadas por mulheres, é exemplo de uma ação com potencial de fortalecer a resiliência climática atra-

12 Cabo Verde (2024). Lei n.º 44/X/2024 – Cria o Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde. Boletim Oficial, I Série, N.º 123. Disponível em https://kiosk.incv.cv/1.1.123.6143/

13 https://www.google.com/url?q=https://kiosk.incv.cv/1.1.123.6143/&sa=D&source=docs&ust=1750774905377593&usg=AOvVaw32KfywuclgEvFw5yo-AXjO

14 O programa IBFCCA (Inclusive Budgeting and Financing for Climate Change in Africa), ou Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Mudanças Climáticas em África, é uma iniciativa que visa adotar uma abordagem inclusiva e sensível às questões de género na orçamentação e no financiamento das MC em África. Lançado em outubro de 2020, o programa colabora com mais de 20 governos africanos com o objetivo de reforçar a integração da perspetiva de género na orçamentação para o clima.

vés da promoção de práticas de Agricultura Sensível ao Clima e do apoio à transição verde. No entanto, o financiamento para a proteção social responsiva a choques continua escasso, dependendo da declaração formal de situações de contingência ou desastre. O apoio existente neste âmbito é o **Rendimento Social de Inclusão Emergencial (RSIE)**, direcionada a situações de emergência, incluindo desastres ambientais, atribuída prioritariamente à representante feminina dos agregados familiares.

Em termos de fundos específicos para resposta a desastres naturais, o país dispõe de dois fundos: o **Fundo Nacional de Emergências (FNE)** e o **Fundo Soberano de Emergência**. O FNE atua como um mecanismo de contingência, destinado a financiar ações de resposta rápida para assistência às populações afetadas, com prioridade para ajuda em espécie, embora admita transferências monetárias em situações excecionais. A sua ativação requer a declaração oficial de estado de alerta, contingência ou calamidade. Por sua vez, o Fundo Soberano de Emergência financia exclusivamente programas e ações previamente aprovadas no Orçamento do Estado, assumindo a natureza de dívida pública. Nenhum destes fundos emergenciais incorpora critérios de género nos seus mecanismos de gestão e operacionalização.

Em Janeiro de 2023, o Governo aprovou o **Fundo MAIS** (Decreto-Lei nº 3/2023), com o objetivo de financiar projetos, ações e medidas de proteção aos grupos mais vulneráveis, como crianças, adolescentes, agregados familiares, idosos e pessoas com deficiência, alinhado com a meta da Estratégia Nacional para Erradicação da Pobreza extrema (ENEPE) 2022- 2026. Embora priorize os agregados familiares dos grupos 1 e 2 do Cadastro Social Único, o fundo também inclui agregados do grupo 3 que possam ter sua condição de vida agravada por choques externos, como secas, crises alimentares, pandemias e desastres naturais (Artigo 3, alínea b).[15]

Ainda é de destacar o **Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (FSST)**, criado em 2013, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 61/2016 e suas alterações e orientado por diretivas de investimento aprovadas em Conselho de Ministros. A legislação define a gestão, aplicação das receitas, fiscalização e áreas prioritárias de investimento do FSST em Cabo Verde, incluindo a capacitação de recursos humanos, requalificação urbana e criação de infraestruturas que beneficiem tanto turistas quanto comunidades locais. O FSST é alimentado principalmente pela Taxa de Contribuição Turística, paga por hóspedes em estabelecimentos de alojamento, e os recursos são repartidos entre projetos municipais, iniciativas governamentais e promoção do destino.

O **Fundo do Ambiente** é um instituto público cuja estrutura e funcionamento foram redefinidos pelo Decreto-Legislativo no 14/97, de 1 de Julho, Este diploma regulamenta disposições previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente e estabelece os princípios orientadores da gestão ambiental em Cabo Verde. A sua finalidade principal é apoiar políticas ambientais que contribuam de forma adequada para a proteção do ambiente contra todas as formas de degradação, como o fim de proteger e valorizar os recursos naturais, no combate às MC, na luta contra a poluição de diversa natureza e origem, e na melhoria das condições de vida das populações no respeito pelo equilíbrio do meio ambiente. A missão do Fundo consiste na mobilização e alocação de recursos financeiros para projetos que reforcem a resiliência ambiental, travem a degradação dos ecossistemas e favoreçam práticas sustentáveis, promovendo assim um modelo de desenvolvimento equilibrado e duradouro a nível municipal e nacional. O Fundo não integra explicitamente questões de género no seu âmbito de atuação e não menciona igualdade de género, inclusão social ou medidas específicas para mulheres e grupos vulneráveis, focando-se exclusivamente em critérios técnicos e ambientais.

15 O Fundo MAIS é alimentado pelo acréscimo na taxa turística efetivada em 2022, no valor de 50 cêntimos por cada dormida nos hotéis e outras taxas que advêm do processo de desalfandegação de pequenas encomendas; taxa nas privatizações de empresas públicas e doações de parceiros internacionais.

Quadro 5: Género no Financiamento Climático em Cabo Verde

INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO	INTEGRA EXPLICITAMENTE QUESTÕES DE GÉNERO?
Fundo Climático e Ambiental de Cabo Verde	Apoia iniciativas climáticas e ambientais, com referência à promoção da igualdade de género	**Não é possível aferir.** Ainda não operacionalizado e carece, à data, de mecanismos e instrumentos concretos de implementação.
Fundo Soberano de Garantia ao Investimento Privado de Cabo Verde (FSGIP)	Garante financiamentos para projetos com sustentabilidade económica, social e ambiental. Está em processo de transformação para também atuar como fundo climático.	**Não.** Sem referência direta a critérios de género, mas apoia projetos com impacto positivo nas mulheres.
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo (FSST)	Financia capacitação, infraestrutura urbana/social e requalificação de zonas turísticas.	**Parcialmente.** Sem menção direta, mas pode ter impacto indireto nas mulheres.
Fundo Nacional de Emergência (FNE)	Financia respostas rápidas a desastres naturais mediante declaração oficial.	**Não.** Sem referência à inclusão de género.
Fundo Soberano de Emergência	Financia exclusivamente programas do Orçamento do Estado com caráter de dívida pública	**Não.** Não menciona critérios de género.
Fundo MAIS	Prioriza agregados vulneráveis no Cadastro Social Único no âmbito da erradicação da pobreza extrema.	**Sim.** Inclui vulneráveis, mas sem critérios específicos de género. No entanto, mais de 70% são consignados para o RSI e nesta prestação há foco nas mulheres.
Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo	Define a gestão, aplicação das receitas, fiscalização e áreas prioritárias de investimento do Fundo em Cabo Verde, incluindo a capacitação de recursos humanos, requalificação urbana e criação de infraestruturas que beneficiem tanto turistas quanto comunidades locais.	**Não.** O FSST financia ações de promoção, desenvolvimento e manutenção de serviços ligados ao turismo, bem como capacitação e qualificação de recursos humanos para o setor, mas não especifica metas, critérios ou prioridades de género.
Fundo do Ambiente	Financia projetos de proteção ambiental, combate à poluição e desenvolvimento sustentável, conforme Decreto-Regulamentar n.º 3/2012.	**Não.** Foca-se exclusivamente em critérios técnicos e ambientais, sem exigências ou incentivos para projetos com impacto em equidade de género

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode verificar, o país já deu passos importantes, como a criação do Fundo Climático e Ambiental e a adoção de compromissos internacionais, mas persistem lacunas entre o enquadramento político e a implementação prática. A eficácia da governança climática está condicionada à operacionalização de mecanismos financeiros que adotem uma abordagem transformadora de género e que garantam que mulheres e homens beneficiem equitativamente de todas as fases do financiamento climático, desde a conceção dos projetos até à alocação de recursos.

Iniciativas como o PISP ilustram o potencial de ligar inclusão social e resiliência climática. Contudo, torna-se urgente reforçar a articulação entre os setores da proteção social, agricultura e meio ambiente. Este esforço deve incluir o fortalecimento da capacidade dos pequenos empreendedores do setor primário, oferecendo-lhes ferramentas específicas, como acesso a tecnologias agrícolas sustentáveis, formação em práticas de Agricultura Sensível ao Clima, e apoio técnico para a diversificação das atividades produtivas. Além disso, é essencial promover o acesso a financiamento verde, que possibilite a adoção de soluções inovadoras para mitigar os impactos das MC, aumentar a produtividade e melhorar o rendimento, enquanto se contribui para a segurança alimentar das famílias.

Da mesma forma, no setor das pescas, as condições de trabalho e a resiliência climática dos trabalhadores exigem uma abordagem integrada. De acordo com os dados do V RGP 2021, 95% dos 135 tratadores de pescado são homens, com uma idade média de 37 anos, e 82% deles dependem da pesca como principal fonte de rendimento. No entanto, 63% dos tratadores não possuem escolaridade formal e apenas 11% estão inscritos na Segurança Social. Por outro lado, entre as 1.881 vendedoras de pescado, 86% são mulheres, com uma idade média de 42 anos. Assim como os homens, 91% delas têm a pesca como sua principal fonte de rendimento. Essas mulheres enfrentam uma maior vulnerabilidade educacional, com a maioria possuindo apenas o ensino primário e 18% sendo analfabetas. Além disso, apenas 14% estão regularmente inscritas na Segurança Social.

Esses dados revelam a necessidade urgente de promover políticas públicas que integrem o setor pesqueiro na agenda de resiliência climática, com foco na inclusão social e na equidade de género. Isso implica oferecer às comunidades pesqueiras, em especial às mulheres e os demais grupos menos favorecidos, acesso a formação técnica em práticas pesqueiras sustentáveis, apoio financeiro e a inclusão em sistemas de segurança social, garantindo que tenham as ferramentas necessárias para se adaptar às MC, melhorar os seus rendimentos e contribuir para a segurança alimentar das suas famílias.

Só através desta abordagem integrada Cabo Verde poderá garantir que a transição para uma economia verde e resiliente seja verdadeiramente inclusiva, com ferramentas que permitirão aos pequenos operadores do setor primário, nomeadamente, agricultores e pescadores, adaptarem-se mais eficazmente às MC, ao mesmo tempo que fortalecem a resiliência das suas comunidades, cumprindo simultaneamente as metas climáticas e os objetivos de igualdade consagrados nas políticas nacionais e internacionais.

3.4
Lacunas na Integração Explícita de Género nas Políticas Climáticas: Ambição 2030, PEDS II, PNIG, PAC, NDC, NAP-CV

Tendo sido analisados, na secção anterior, os setores-chave vulneráveis às MC em Cabo Verde, assim como as políticas existentes com foco na integração da perspetiva de género, importa agora avaliar de que forma esses instrumentos se articulam - ou não - numa estratégia coerente e transversal de ação climática sensível ao género. A seguir, examina-se criticamente a integração entre género e ação climática em documentos estruturantes como o PEDS II, o PNIG e o NAP-CV, identificando lacunas e oportunidades para uma abordagem mais transversal. Enquanto a secção anterior detalha *o que existe,* esta análise questiona como essas políticas são efetivamente operacionalizadas.

Esta análise revela-se particularmente importante quando aplicada à "**Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde - Ambição 2030".** Embora este documento abrangente, elaborado de forma participativa, defina a visão e os objetivos de desenvolvimento sustentável do país até 2030, verifica-se que, apesar de reconhecer a importância de ambos os temas, não apresenta uma análise detalhada da relação entre género e MC, nem propõe medidas específicas para abordar os impactos distintos sobre mulheres e homens.

O **PEDS II** reconhece que, apesar dos progressos alcançados, persistem desigualdades de género em Cabo Verde, nomeadamente no acesso ao emprego, na disparidade salarial e na representação política. O objetivo estratégico é "Promover a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas" e as ações propostas incluem a implementação de políticas públicas para promover a igualdade de género em todas as áreas, incluindo educação, saúde, emprego e participação política, o fortalecimento dos mecanismos de combate à violência de género e garantia do acesso das vítimas à justiça e ao apoio social, bem como a promoção do empoderamento económico das mulheres, através do acesso ao crédito, à formação profissional e ao apoio ao empreendedorismo e ainda do incentivo à participação das mulheres na tomada de decisões, nomeadamente nos órgãos de poder político e económico. No respeitante a MC, o PEDS II reconhece a extrema vulnerabilidade de Cabo Verde aos efeitos das MC, nomeadamente a seca, a subida do nível do mar, a erosão costeira e a degradação dos ecossistemas, definindo como objetivo primordial o aumento da resiliência do país aos efeitos das MC e a promoção de uma economia de baixo carbono. As ações propostas incluem a implementação de medidas de adaptação às MC, como a gestão eficiente dos recursos hídricos, a proteção das zonas costeiras e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, incluem a promoção da transição para uma economia de baixo carbono, através do aumento da produção de energias renováveis, da eficiência energética e da mobilidade sustentável. Prevê-se, também, o fortalecimento da capacidade institucional para lidar com as MC, através da criação de mecanismos de financiamento, da capacitação dos recursos humanos e da sensibilização da população para os riscos das MC, promovendo a adoção de comportamentos sustentáveis.

Embora o PEDS II reconheça a importância da igualdade de género e da ação climática, a integração entre estes dois eixos é limitada, pois não há uma análise específica de como as

MC afetam de forma distinta mulheres e homens, nem são propostas medidas específicas para abordar estes impactos. No entanto, algumas das ações propostas no âmbito da igualdade de género, como o empoderamento económico das mulheres, podem contribuir indiretamente para a resiliência climática. Da mesma forma, algumas das ações propostas no âmbito das MC, como a promoção de energias renováveis, podem criar oportunidades de emprego para as mulheres.

Em termos de igualdade de género, o documento reconhece-a como um dos pilares essenciais para o desenvolvimento do capital humano, com o objetivo de garantir que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e direitos, independentemente do seu género. A Transversalidade do género foi garantida a 100%, ou seja, todos os programas do PEDS II têm, pelo menos, um produto ou ação específico que contribui para a promoção da igualdade e equidade de género, conforme cada sector. Contudo, são reconhecidos os desafios que as mulheres enfrentam, como a discriminação no acesso ao emprego, a disparidade salarial e a violência de género e as ações propostas incluem o fortalecimento das políticas públicas para promover a igualdade de género, o empoderamento económico das mulheres, o combate à violência de género e a promoção da participação das mulheres na política e na tomada de decisões.

No PNIG, por seu turno, as medidas relacionadas com as MC são abordadas de forma indireta, no contexto da autonomia económica das mulheres e do desenvolvimento sustentável:

1. Autonomia económica das mulheres: O PNIG reconhece que as mulheres em Cabo Verde enfrentam desafios como maior carga de trabalho não remunerado, pobreza, trabalho no setor informal e menor acesso à segurança social e financiamento. Nesse sentido, o Plano visa promover o empoderamento económico das mulheres, o que pode incluir o acesso a empregos verdes e a oportunidades de negócios sustentáveis, contribuindo para a resiliência climática. No Objetivo estratégico 1., relacionado com a integração total de mulheres no processo de aceleração do crescimento económico do país, em especial no desenvolvimento da economia azul, transição energética, preservação do meio ambiente e desenvolvimento rural, está prevista uma ação de promoção do aumento da resiliência frente às MC, especialmente nos setores mais vulneráveis (agricultura, pastorícia).

2. Desenvolvimento sustentável: O PNIG está alinhado com o PEDS 2022-2026 e a Agenda 2030, o que implica a consideração de questões ambientais e climáticas nas políticas e ações de igualdade de género. Embora o documento não detalha medidas específicas de ação climática, ele estabelece uma base para a integração da perspetiva de género em todas as políticas, incluindo as relacionadas às MC.

3. Ações transversais: O PNIG preconiza a institucionalização plena da transversalização da abordagem de género, o que implica que todas as áreas de intervenção do Plano – da educação e formação à saúde e à tomada de 55 decisões – devem integrar essa perspetiva. . Dado o impacto distinto das MC sobre diversos grupos sociais, incluindo as diferenças entre mulheres e homens, a relação entre género e clima deve ser considerada na implementação do Plano.

4. Governança e participação política: O PNIG destaca o empoderamento político das mulheres como fator essencial para uma governança climática mais eficaz, promovendo maior participação feminina na liderança pública, privada e social. Esta abordagem, alinhada com a Lei da Paridade, visa garantir que as decisões sobre MC incorporem perspetivas de género e sejam mais inclusivas, fortalecendo assim a resposta nacional aos desafios climáticos.

5. O **Programa de Ação Climática** (PAC) não se concentra exclusivamente na igualdade de género, no entanto, alguns aspetos relacionados podem ser identificados, tais como a abordagem inclusiva, buscando uma implementação inclusiva das políticas climáticas, o que implicitamente inclui a consideração de questões de género; o aumento da literacia climática da sociedade caboverdiana, o que pode beneficiar homens e mulheres de forma equitativa: a sensibilização distinta, visando consciencializar as partes interessadas sobre os efeitos das MC, considerando género e faixa etária; e ainda a participação equitativa através da promoção de formas inclusivas de participação da sociedade civil nas ações climáticas, o que pode proporcionar oportunidades iguais para mulheres e homens.

Embora a **NDC** demonstre um compromisso com a igualdade de género, a implementação efetiva dessas metas requer esforços contínuos e monitorização adequada. As relações de género devem ser incluídas como questões transversais no debate dos impactos, mitigação e adaptação às MC. Isto implica considerar as mulheres não apenas como vítimas das MC, mas como agentes capazes de contribuir efetivamente para o enfrentamento da crise climática.

Para garantir a eficácia das estratégias de mitigação e adaptação às MC em Cabo Verde, é crucial promover a participação equitativa de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão, implementar medidas que atendam às necessidades específicas de género e monitorizar o progresso através de indicadores sensíveis ao género.

O **NAP-CV**[16] alinha-se com vários documentos e normas internacionais relevantes para as MC e o desenvolvimento sustentável. O NAP deriva o seu mandato da Estratégia Nacional de Desenvolvimento "Cabo Verde Ambição 2030" e está alinhado com as NDC de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Paris, que define os compromissos do país para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e adaptar-se aos impactos das MC. Além disso, o NAP partilha princípios com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, enfatizando a importância da equidade social, igualdade de direitos, e participação inclusiva. Adicionalmente, o NAP ancora-se nos princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), nomeadamente a sustentabilidade, a transparência e a cooperação institucional.

No que respeita à integração da perspetiva de género, o NAP CV reconhece a importância da equidade social com ênfase nos grupos mais vulneráveis e na igualdade de direitos como princípios orientadores. Embora as ações estratégicas e os indicadores específicos para promover a igualdade de género não sejam explicitamente detalhados, o NAP prevê a desagregação por sexo em alguns indicadores, permite monitorizar a participação e os benefícios alcançados por mulheres e homens nas ações de adaptação. Esta abordagem, embora carecendo de maior detalhe, pode contribuir para informar e ajustar as políticas e ações de adaptação, garantindo que estas atendam às necessidades específicas de mulheres e homens, e promovam uma sociedade mais resiliente e equitativa face às MC.

O Plano de Comunicação do Programa de Ação Climática, aprovado pela resolução nº. 55/2023 (BO I Série Nº. 84 de 10 de Agosto de 2023), tem como objetivo principal aumentar a literacia climática da sociedade cabo-verdiana e apoiar a implementação da estratégia climática do país.

16 Ministério da Agricultura e Ambiente, 2021. Plano Nacional de Adaptação de Cabo Verde. Direção Nacional do Ambiente, Praia. República de Cabo Verde

O plano visa sensibilizar e mobilizar a sociedade civil através de instrumentos aceleradores da mudança de comportamentos, formas inovadoras e inclusivas de participação da sociedade civil e de veículos de comunicação simples, eficazes e credíveis. Embora o plano mencione a promoção de iniciativas que integrem "uma multiplicidade de públicosalvo, da sociedade civil, em particular grupos vulneráveis", não há referência específica às questões de género ou à comunicação distinta para homens e mulheres. Esta lacuna é notável, considerando que a integração da perspetiva de género nas estratégias de mitigação e adaptação às MC pode aumentar a sua eficácia. As mulheres e homens têm papéis e responsabilidades diferentes em relação ao meio ambiente, e as suas necessidades e perspetivas devem ser consideradas para enfrentar os desafios climáticos de forma mais abrangente e equitativa. A celebração de um protocolo entre o Programa de Ação Climática e o ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género) representa uma medida estratégica para superar a lacuna identificada no Plano de Comunicação no que diz respeito à integração da perspetiva de género.

Este acordo possibilita:

- Adotar uma abordagem interseccional nas campanhas de sensibilização climática, garantindo o reconhecimento e a resposta aos impactos diferenciados das MC sobre mulheres e homens;
- Elaborar materiais e campanhas de comunicação com enfoque de género, utilizando linguagem inclusiva e representações diversificadas para melhor alcançar diferentes públicos;
- Reforçar as capacidades institucionais, transformando a integração de género de uma referência pontual num eixo operacional efetivo nas estratégias de mitigação e adaptação;
- Aproveitar a expertise do ICIEG em educação para a cidadania e direitos humanos, facilitando a inclusão de grupos marginalizados nos debates sobre clima;
- Fomentar uma participação equilibrada de mulheres e homens nos processos decisórios sobre políticas climáticas, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

Desta forma, o protocolo surge como uma oportunidade estratégica para harmonizar os objetivos climáticos nacionais com os compromissos em matéria de igualdade de género.

Esta sinergia é particularmente relevante quando consideramos que, de acordo com o "Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País: Cabo Verde 2025", do Banco Mundial, Cabo Verde enfrenta desafios significativos relacionados com as MC que exigem uma abordagem multifacetada, com foco na resiliência social, desenvolvimento de competências, saúde pública e redução das desigualdades de género

O sistema de proteção social de Cabo Verde, embora relativamente avançado, precisa de ser aperfeiçoado para responder de forma mais eficaz aos choques climáticos. É crucial melhorar a coordenação entre os programas, aumentar a capacidade de resposta do sistema e otimizar o Cadastro Social Único (CSU) com a inclusão de mapas de risco. O Programa Nacional de Transferência de Emergência deve ter mecanismos de ativação mais definidos e critérios

de elegibilidade precisos, promovendo o financiamento proativo para a redução de riscos e a preparação da comunidade, fortalecendo o papel das mulheres na gestão de desastres.

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências, o sistema educativo de Cabo Verde deve ser adaptado para integrar as MC e a sustentabilidade em todos os níveis de ensino. A formação profissional deve equipar os jovens e adultos com habilidades práticas para setores vulneráveis, como a agricultura, a pesca, o turismo e as energias renováveis. É fundamental personalizar a formação para atender às necessidades específicas de cada ilha, promovendo práticas como a agricultura sustentável e a gestão de ecossistemas costeiros, com foco nas energias renováveis e soluções baseadas na natureza (NBS). O desenvolvimento de habilidades digitais e a aprendizagem ao longo da vida são essenciais para facilitar a adaptação dos trabalhadores.

Por fim, as MC contribuem para a criação de condições ambientais mais favoráveis à proliferação de vetores como o Aedes aegypti, o que, consequentemente, tem levado ao aumento de doenças como a dengue e a chikungunya em Cabo Verde. Embora Cabo Verde tenha sido certificado como livre de malária, o risco de reintrodução permanece uma preocupação. Estratégias de saúde pública robustas e medidas de adaptação climática são necessárias para proteger a população, incluindo o reforço da resiliência do sistema de saúde, a melhoria dos sistemas de alerta precoce e a formação dos profissionais de saúde em questões relacionadas com as MC.

3.5 Sumário da Análise Documental

A análise documental realizada identificou padrões e lacunas críticas na integração das dimensões de género nas políticas climáticas cabo-verdianas, conforme demonstram os seguintes resultados, organizados por eixos temáticos:

1. Contexto e Justificação

- **Relevância do Género e Mudanças Climáticas:** A revisão documental evidencia a importância da igualdade de género para o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática em Cabo Verde. Destaca que as MC podem exacerbar as desigualdades existentes, afetando de forma distinta mulheres e homens.
- **Compromissos Internacionais:** Cabo Verde está alinhado com vários instrumentos internacionais que promovem a igualdade de género e a ação climática, como os ODS, o Acordo de Paris e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

2. Objetivos e Metas

- **Objetivos de Género Explícitos:** Embora alguns documentos, como o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG), tenham objetivos específicos para promover a igualdade de género, a maioria dos documentos relacionados com as MC não define objetivos de género explícitos.

- **Metas Mensuráveis:** A revisão documental demonstra que as metas mensuráveis relacionadas com a igualdade de género e as MC são escassas. A falta de indicadores sensíveis ao género dificulta a monitorização do progresso e a avaliação da eficácia das ações.

3. Ações e Medidas

- **Ações Indiretas**: Muitas das ações propostas nos documentos analisados podem contribuir indiretamente para a igualdade de género e a resiliência climática. Por exemplo, o empoderamento económico das mulheres, a promoção de energias renováveis e a gestão sustentável dos recursos naturais podem beneficiar tanto mulheres como homens.
- **Ações Específicas:** A Estratégia de Género no Setor das Pescas (EGSP), o Plano de Ação Nacional de Género no Acesso à Energia em Cabo Verde (PANGE) e a Estratégia para o Desenvolvimento e Institucionalização do Sistema Nacional de Cuidados 2025-2030 representam avanços significativos, pois definem ações específicas para minimizar as desigualdades e a discriminação nos setores da pesca, energia e cuidados, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres.
- **Integração Sectorial:** A integração da perspetiva de género nas políticas climáticas sectoriais ainda é limitada. A maioria dos documentos não aborda de forma detalhada como as MC afetam de forma distinta mulheres e homens em setores específicos, como a agricultura, a água ou a energia. 59

4. Recursos e Financiamento

- **Recursos Dedicados:** A revisão documental não fornece informações detalhadas sobre os recursos financeiros dedicados à implementação de ações relacionadas com a igualdade de género e as MC.
- **Integração do Género no Orçamento:** Não há evidências de que a perspetiva de género seja integrada no orçamento das políticas e programas relacionados com as MC. 5. Monitorização e Avaliação
- **Indicadores Sensíveis ao Género:** A maioria dos documentos não utiliza indicadores sensíveis ao género para monitorizar o progresso e avaliar a eficácia das ações. A falta de dados desagregados por género dificulta a análise do impacto das políticas e programas em mulheres e homens.
- **Participação das Mulheres:** A revisão documental não fornece informações detalhadas sobre a participação das mulheres em Cabo Verde. No entanto, a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão relacionados com as MC é essencial para garantir que as suas necessidades e prioridades sejam tidas em conta.

6. Capacidade Institucional

- **Capacitação:** A análise documental evidencia a necessidade de fortalecer a capacidade institucional para integrar a perspetiva de género nas políticas e programas relacionados com as MC, incluindo a formação de técnicos e decisores políticos, bem como o desenvolvimento de ferramentas e metodologias para a análise de género.

- **Coordenação:** A coordenação entre os diferentes ministérios e agências governamentais também se revela, a partir da análise documental, como uma necessidade fundamental para garantir a coerência e a eficácia das ações. Para tal, será importante estabelecer mecanismos de coordenação intersectorial que promovam a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas, o que não se verifica, por ora, a partir da revisão documental.

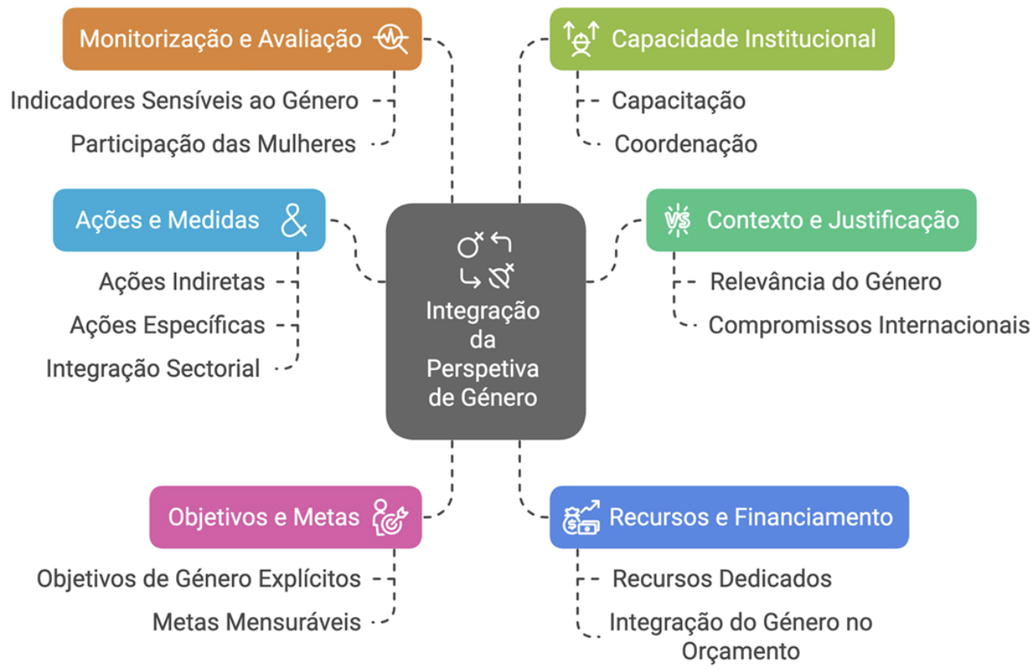

Figura 3: Integração das Dimensões de Género nas Políticas Climáticas

Fonte: Elaboração própria.

A análise documental evidencia, assim, avanços na integração da igualdade de género nas políticas de Cabo Verde, mas também revela lacunas significativas, particularmente no que diz respeito à definição de metas mensuráveis, alocação de recursos e monitorização de impactos com indicadores sensíveis ao género. Além disso, a ausência de objetivos explícitos e a insuficiente integração orçamental enfraquecem a implementação das ações e dificultam a avaliação do seu impacto. Embora Cabo Verde demonstre compromisso com a igualdade de género e a ação climática através de instrumentos estratégicos alinhados com o quadro internacional, a integração efetiva destas dimensões nas políticas nacionais ainda é limitada.

Apesar de avanços pontuais, como a Estratégia de Género no Setor das Pescas, persistem lacunas na coordenação institucional e na capacitação técnica. Para fortalecer a resiliência cli-

mática e a equidade, é crucial priorizar a transversalização do género nos planos sectoriais, assegurar financiamento específico e promover a participação ativa das mulheres na tomada de decisão.

O CAPÍTULO 3 EM SÍNTESE

Este capítulo analisa como as políticas climáticas de Cabo Verde integram a perspetiva de género, considerando os impactos distintos que as mudanças climáticas têm sobre homens e mulheres. O país, altamente vulnerável a fenómenos como secas, subida do nível do mar e eventos climáticos extremos, reconhece na sua NDC e no NAP a necessidade de abordagens sensíveis ao género para garantir respostas mais eficazes e equitativas.

Nos oceanos e zonas costeiras, setor crítico para a economia e segurança alimentar, as mulheres desempenham um papel central na pesca artesanal e no processamento de pescado, mas enfrentam barreiras no acesso a recursos e oportunidades. A Estratégia de Género no Setor das Pescas (2022-2026) representa um avanço significativo, promovendo igualdade através de medidas como auditorias de género e infraestruturas adaptadas, como mercados de peixe inclusivos.

Na agricultura, silvicultura e floresta, as mulheres rurais são particularmente vulneráveis devido à sua dependência da agricultura de subsistência e ao acesso limitado a terra e água. O Diagnóstico Social e de Género do projeto REFLOR-CV identificou desigualdades, mas o PNA ainda não integra explicitamente o género nas suas estratégias de adaptação.

A gestão de riscos e desastres também evidencia disparidades, já que as mulheres, com menor acesso a recursos e poder de decisão, são mais afetadas em situações de crise. A Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres incorpora uma abordagem de género, alinhada com o Quadro de Sendai, mas é necessário reforçar a participação feminina na tomada de decisões.

No setor da saúde, o Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas (2023-2027) aborda impactos distintos, como a carga de trabalho das mulheres e os riscos para a saúde reprodutiva. Já no acesso à água e saneamento, a Estratégia Social e de Género (2025-2030) visa reduzir a carga feminina no abastecimento doméstico, promovendo infraestruturas mais equitativas.

A energia e o turismo, setores económicos estratégicos, apresentam avanços e lacunas. O Plano de Ação Nacional de Género no Acesso à Energia busca maior inclusão, enquanto o turismo, apesar da sua importância, carece de políticas explícitas que considerem as desigualdades de género.

Quanto ao financiamento climático, Cabo Verde criou o Fundo Climático e Ambiental, mas a sua operacionalização ainda é limitada. Programas como o Programa de Inclusão Social e Produtiva beneficiam mulheres rurais, mas fundos de emergência, como o Fundo Nacional de Emergências, não incorporam critérios de género.

A análise de documentos estratégicos (Agenda Ambição 2030, PEDS II, PNIG) mostra que, embora o país reconheça a importância da igualdade de género, faltam medidas concretas para lidar com os impactos climáticos distintos. O PAC e a NDC mencionam o género, mas carecem de metas mensuráveis e financiamento específico.

Em síntese, Cabo Verde demonstra um compromisso político com a integração do género nas políticas climáticas,

04.

Análise da Percepção Pública sobre Mudanças Climáticas e Dinâmicas de Género

4.1
Perspetiva Comunitária

Os diálogos comunitários, realizados através de rodas de conversa em cinco municípios (Mosteiros, Brava, Praia, Boa Vista e Ribeira Brava), seguiram um roteiro estruturado em seis dimensões de análise[1]. O objetivo foi identificar percepções sobre os impactos diferenciados das MC em homens e mulheres, analisando os seus efeitos nos diversos domínios da vida. As discussões refletem as preocupações mais imediatas e livremente mencionadas pelos participantes, sem direcionamentos prévios, o que não exclui a existência de outras questões que possam não ter emergido nos debates. No total, foram ouvidas 38 pessoas, 11 homens e 27 mulheres, procurando representatividade no sentido de incluir diversos representantes de distintos grupos sociais - mulheres, homens, jovens, pessoas com deficiência, entre outras (tendo sido convidadas associações que trabalham em seu benefício).

Quadro 6: Descrição dos Participantes nas Rodas de Conversa por Município

MUNICÍPIO	RIBEIRA BRAVA	PRAIA	MOSTEIROS	BRAVA	BOA VISTA	TOTAL
Total de participantes	10	12	5	5	5	**37**
Homens	2	4	2	1	1	**10**
Mulheres	8	8	3	4	4	**28**
Entidades Públicas	3	3	4	3	2	**13**
Sociedade Civil	4	3	5	2	3	**15**

Fonte: Elaboração própria.

Os pontos a seguir apresentam a perspetiva das pessoas auscultadas nas rodas de conversa com instituições e associações locais, abordando: a percepção dos impactos das MC nos diferentes setores; as experiências distintas de homens e mulheres face aos efeitos climáticos; a identificação dos grupos mais vulneráveis; a análise da capacidade de resiliência e adaptação; e a participação nas decisões estratégicas. As recomendações apresentadas pelos participantes nas rodas de conversa, com vista a uma resposta climática mais inclusiva e equitativa, foram integradas no Guia de Boas Práticas para a Integração de Género na Resposta aos Desafios Climáticos em Cabo Verde (vide Capítulo 6).

1 Percepção Geral sobre impactos das Mudanças Climáticas; Percepção Geral sobre Mudanças Climáticas e Género; Vulnerabilidades e Grupos mais Afetados; Percepção sobre Resiliência e Adaptação; Participação e Tomada de Decisão; Conclusão e Recomendações.

4.1.1 Impactos das Mudanças Climáticas por Setor

Os resultados da análise qualitativa das contribuições obtidas nas rodas de conversa evidenciam clara consciência comunitária acerca dos impactos multi-sectoriais das MC - nos domínios ambiental, económico, social e de saúde pública, com destaque para os setores da agricultura e da pesca. Os interlocutores identificaram potencial para a implementação de medidas de mitigação no setor agrícola; contudo, na área das pescas identificam desafios mais complexos devido à escassez de soluções viáveis.

- Na **agricultura**, a escassez de água – decorrente da diminuição e intensidade irregular das chuvas – tem comprometido a produção, impulsionado o êxodo rural (relatado em todas as ilhas) e favorecido a proliferação de pragas. Apesar dos desafios, existe otimismo quanto a soluções como barragens, dessalinização e controlo de pragas.
- A **pesca** é vista como o setor mais vulnerável, com alterações nos ventos, aumento da temperatura e redução da quantidade e qualidade do pescado. Os ventos dificultam as saídas ao mar, forçando deslocações para áreas mais distantes, enquanto a diminuição do tamanho dos peixes agrava a crise. Os participantes demonstram ceticismo quanto à possibilidade de mitigação no curto prazo.
- No **plano ambienta**l, foram relatadas a redução de espécies marinhas, a proliferação de aves e caprinos que degradam a vegetação, e alterações na temperatura da areia, que afetam o tempo de incubação e o sexo dos filhotes de tartarugas marinhas. Também se registou a diminuição da largura das praias em certas épocas, ameaçando infraestruturas costeiras devido à erosão e às inundações.
- Na **mobilidade inter-ilhas,** os ventos mais intensos e maior agitação marítima, tornaram as ligações irregulares e inseguras, afetando o transporte de pessoas e produtos essenciais.
- Na **saúde pública**, foi reportado o aumento de problemas respiratórios atribuídos à bruma seca, à poeira local e a partículas vindas do deserto, com suspeitas de casos de cancro de pulmão ligados às condições climáticas.

Os participantes também apontaram que os efeitos das MC são agravados por fatores humanos, como:

- a **ganância**, que leva à sobre-exploração dos recursos naturais e agrava a degradação ambiental;
- a **falta de conhecimento**, que dificulta a adopção de práticas sustentáveis devido à ausência de consciencialização;
- **políticas inadequadas**, nomeadamente a inexistência de medidas eficazes para lidar com os efeitos das MC, o que agrava os problemas enfrentados pelas comunidades.

De forma unânime, reconhece-se que as MC impactam o quotidiano, com testemunhos, sobretudo sobre agricultores e pescadores que apontam para o aumento do calor e altera-

ções nos padrões climáticos que afetam diretamente os meios de subsistência. A crise nos setores agrícola e pesqueiro impulsiona a imigração em busca de melhores condições, com efeitos sociais profundos sobre famílias e comunidades.

4.1.2 Impactos em Homens e Mulheres

A percepção geral é de que tanto homens como mulheres são afetados pelas MC, uma vez que as famílias dependem economicamente de ambos. Contudo, a forma como vivenciam estes impactos varia conforme o setor de atividade e os seus papéis sociais.

Os homens, mais envolvidos na pesca (captura), agricultura e pecuária, enfrentam diretamente a escassez de recursos e os desafios produtivos no campo e no mar. Já as mulheres, responsáveis pela gestão doméstica e pela venda de produtos, lidam sobretudo com efeitos indiretos, como escassez de alimentos, aumento de preços e maior sobrecarga familiar.

Quadro 7: Diferença de Impacto por Género

Fonte: Elaboração própria.

As mulheres são consideradas detentoras de maior conhecimento prático e responsabilidade ambiental, associada à sua participação ativa em ações de sensibilização e gestão de recursos essenciais como água e alimentos. Embora o conhecimento ambiental não dependa exclusivamente do género, observa-se maior envolvimento feminino em práticas sustentáveis, com exemplos notáveis de ativismo, como na ilha da Boa Vista.

Essas diferenças, moldadas também pelo contexto específico de cada ilha, evidenciam a necessidade de políticas públicas inclusivas e sensíveis ao género para uma resposta mais equitativa aos efeitos das MC.

4.1.3 Grupos Mais Afetados

Os participantes das rodas de conversa concordam que as MC agravam desigualdades já existentes, atingindo de forma mais severa aqueles em maior situação de fragilidade. As **mulheres rurais** surgem como as mais vulneráveis, por dependerem da agricultura e da pesca, acumularem mais tarefas domésticas e terem dificuldade de acesso a água e alimentos – fatores que também elevam o risco de violência com base no género, por terem de se expor a situações de deslocação mais frequente para sítios de difícil acesso ou ermos. Nas **zonas urbanas**, refere-se que as mulheres enfrentam infraestruturação precária, perda de rendimentos, migração masculina e falta de emprego, vivendo uma "tripla vulnerabilidade" entre trabalho, família e escassez de oportunidades, com impacto na sua saúde física e mental. **Mulheres com deficiência, idosos e crianças** sofrem riscos acrescidos devido à exclusão social, falta de acessibilidade e maior vulnerabilidade à violência. Idosos sofrem com a dificuldade de adaptação, sobretudo devido ao aumento do calor, que impacta a saúde e qualidade de vida. Crianças e jovens ficam expostos a riscos devido à emigração dos adultos, resultando em abandono e maior exposição a adversidades.

Quadro 8: Diferença de Impacto por Género

Fonte: Elaboração própria.

4.1.4 Resiliência e Adaptação

Esta dimensão revela o papel crucial de todos na gestão dos recursos naturais, com uma ênfase particular no papel das mulheres, sobre as quais a percepção é de que demonstram uma maior resiliência atribuída à sua capacidade de gestão diária. As mulheres demonstram uma notável aptidão na gestão de água, energia e terra, com ênfase na poupança e no uso duradouro desses recursos. Essa competência resulta da experiência prática na gestão familiar, e não de características biológicas ou inatas. Em muitas famílias cabo-verdianas, as mulheres ainda são responsáveis pela gestão dos recursos domésticos, enquanto os homens contribuem com o rendimento. Esse modelo reflete a maior atenção feminina ao uso sustentável, dada a importância atribuída à preservação e ao entendimento prático desses bens.

Em contrapartida, identifica-se entre os homens níveis mais baixos de escolarização e práticas financeiras menos sustentáveis, o que pode limitar a sua capacidade de adaptação.

No entanto, as mulheres enfrentam barreiras significativas que limitam a sua resiliência diante das MC. A falta de acesso a recursos financeiros e programas de apoio complexos e pouco acessíveis limita a sua capacidade de adotar práticas adaptativas. Além disso, a dependência económica em relação aos homens reduz a sua autonomia para decisões resilientes. A parca propriedade de terra é outro obstáculo importante que restringe o seu poder de ação no setor agrícola, sobretudo na prática do regadio.

Embora não se possa afirmar categoricamente que as mulheres sejam mais resilientes ou melhores gestoras que os homens em todos os contextos, há evidências de que a sua experiência prática e acuidade sobre necessidades familiares as tornam fundamentais na adaptação aos desafios climáticos. Isso reforça a necessidade de maior inclusão feminina nos debates climáticos e processos decisórios, considerando que a sua contribuição ainda é subvalorizada. Sem essa inclusão, o potencial feminino para práticas sustentáveis continuará a ser negligenciado.

4.1.5 Participação e Tomada de Decisão

Esta dimensão revela uma disparidade significativa entre homens e mulheres na ocupação de cargos de liderança e na influência sobre decisões estratégicas, especialmente em temas climáticos. Embora as mulheres ocupem posições técnicas e intermediárias, elas são excluídas das decisões finais, tradicionalmente dominadas por lideranças masculinas, devido a barreiras estruturais, como a organização patriarcal da sociedade cabo-verdiana.

Há consenso de que as mulheres deveriam ser mais ouvidas, especialmente em fóruns municipais e ambientais, onde as suas vozes são frequentemente silenciadas. Apesar de possuírem experiência prática relevante e visão coletiva, elas continuam sub-representadas em cargos de liderança.

Apesar das mulheres terem características como empatia e capacidade de promover mudanças de mentalidade, a sua presença nos níveis superiores de decisão é escassa. A sua ausência em cargos de decisão final - como presidência, governo, assembleias, autarquias ou direções de fundos - reflete uma desigualdade estrutural nas decisões políticas e estratégicas, o que perpetua uma lacuna na representatividade, limita a diversidade de perspetivas políticas e fragiliza a resposta às MC.

A presença feminina é notável em cargos técnicos e intermédios, como coordenação em ONGs, universidades e ministérios, onde elaboram análises e recomendações fundamentadas. No entanto, essas contribuições são frequentemente desconsideradas nos níveis superiores de decisão, 67 independentemente do género dos técnicos. Como resultado, as políticas públicas tendem a ser moldadas por lógicas populistas e interesses políticos, afastando-se de soluções baseadas em evidências. Acredita-se que, para uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades da população, o maior envolvimento das mulheres nesses espaços decisórios não é suficiente por si só. É essencial que, ocupando esses cargos, as mulheres possuam uma consciência crítica de género (representação qualitativa), pois, caso contrário, mesmo com a sua presença (representação quantitativa), as dinâmicas de poder e as práticas discriminatórias podem ser perpetuadas, sem gerar mudanças substanciais.

A exclusão das mulheres nos altos níveis hierárquicos não é apenas uma questão de desigualdade de género, mas um obstáculo significativo para políticas climáticas eficazes e equitativas. No entanto, não basta garantir maior representatividade feminina nesses espaços; é fundamental que as mulheres possuam uma consciência crítica de género. É essencial promover iniciativas que assegurem uma verdadeira inclusão feminina, combater o machismo estrutural, valorizar as suas contribuições e criar mecanismos que garantam a sua participação ativa nas decisões estratégicas.

4.1.6 Principais *Insights* dos Diálogos Comunitários

Os diálogos comunitários revelaram não apenas impactos climáticos diferenciados por género, mas um sistema de desigualdade auto-reforçado, onde:

- A vulnerabilidade feminina é estrutural, não contingente: A tripla carga das mulheres rurais – dependência de setores climático-sensíveis, responsabilidades domésticas ampliadas e exclusão decisória – expõe como as MC intensificam assimetrias pré-existentes, em vez de criar novas.
- A resiliência é sexualizada: A exaltação da capacidade adaptativa feminina mascara a falta de compensação material (apenas 22% das mulheres rurais têm acesso a terras) e política (58,5% de sub-representação em decisões).
- As soluções técnicas são insuficientes: Propostas como dessalinização ou barragens (citadas em 45% das discussões) ignoram o cerne do problema – a distribuição desigual de poder e recursos que determina quem beneficia das adaptações.

O Quadro 9 resume os principais resultados da análise qualitativa realizada, abrangendo os impactos sectoriais, os grupos mais afetados e as vulnerabilidades resultantes identificadas.

Quadro 9: Impactos por Setor, Grupos Mais Afetados e Vulnerabilidades resultantes

SETOR/DIMENSÃO	IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	GRUPOS MAIS AFETADOS	VULNERABILIDADES RESULTANTES
Agricultura	• Redução das chuvas e aumento da escassez de água • Perda de produtividade agrícola • Êxodo rural e proliferação de pragas	• Agricultores (homens e mulheres) • Mulheres rurais	• Insegurança alimentar • Perda de rendimentos • Sobrecarga de tarefas para mulheres • Vulnerabilidade à pobreza
Pesca	• Alterações nos ventos e aumento da temperatura do mar • Diminuição da quantidade e qualidade dos peixes • Dificuldade nas saídas ao mar	• Pescadores (predominantemente homens) e famílias dependentes	• Redução do rendimento familiar • Migração forçada • Dificuldade de adaptação a curto-prazo
Saúde Pública	• Aumento de problemas respiratórios (bruma seca, poeira) • Suspeitas de casos de cancro de pulmão	• Idosos • Crianças • Pessoas com deficiência • Mulheres	• Fragilidade física agravada • Dificuldade de acesso a serviços de saúde • Exclusão social
Infraestruturas e Mobilidade	• Erosão costeira e inundações • Diminuição da largura das praias • Dificuldade nas ligações inter-ilhas	• População costeira • Mulheres responsáveis por abastecimento doméstico • Pessoas com deficiência • População das Ilhas periféricas	• Deslocação forçada • Isolamento geográfico • Falta de acesso a bens essenciais
Gestão de Recursos Naturais	• Escassez de água e alimentos • Desorganização na gestão do lixo urbano	• Mulheres (gestoras domésticas) • Famílias de baixo rendimento	• Aumento da carga doméstica feminina • Exposição à violência e doenças • Exclusão dos processos formais de gestão
Educação e Consciencialização	• Maior envolvimento feminino em atividades de sensibilização e cursos ambientais	• Mulheres jovens • Estudantes e ativistas	• Baixo reconhecimento institucional • Pouca tradução do conhecimento técnico em políticas públicas
Participação e Tomada de Decisão	• Sub-representação feminina nos espaços de decisão estratégica • Machismo estrutural	• Mulheres técnicas e lideranças comunitárias	• Políticas menos inclusivas e eficazes • Invisibilização de contribuições femininas relevantes
Resiliência e Adaptação	• Capacidade prática feminina para gerir recursos • Falta de acesso a crédito, terras e programas de apoio	• Mulheres rurais • Mulheres com filhos • Mulheres sem autonomia financeira • Idosos • Pessoas com deficiência	• Baixa capacidade de adaptação formal • Limitação na implementação de soluções locais

Fonte: Elaboração própria.

Os dados empíricos revelaram uma consciência plena das comunidades sobre os impactos climáticos, mas também divisões profundas na forma como homens e mulheres os experienciam e lhes respondem. Assim, mostram que:

1. A crise climática é multidimensional, afetando setores vitais como agricultura (escassez hídrica, pragas) e pesca (redução de stocks, ventos extremos), com efeitos em cascata sobre segurança alimentar, saúde e migração. As mulheres rurais emergem como o grupo mais vulnerável, enfrentando uma tripla carga: dependência de recursos naturais degradados, responsabilidades domésticas ampliadas e exclusão de decisões políticas.

2. A resiliência tem rosto feminino, mas é sistematicamente subvalorizada. As mulheres demonstram maior capacidade adaptativa (gestão hídrica, poupança de recursos) devido ao seu papel histórico na administração familiar, mas esbarram em barreiras estruturais: falta de acesso à terra, 69 crédito e espaços de poder. Paradoxalmente, embora sejam as principais gestoras dos recursos no quotidiano, a percepção é de que estão ausentes em 58,5% dos cargos decisórios climáticos[2] .

3. As políticas existentes falham na interseccionalidade. Mesmo quando incorporam género formalmente (65,9% das instituições afirmam fazê-lo), carecem de mecanismos para traduzir representação em influência real. Prova disso é que 37,5% dos inquiridos consideram-nas "pouco eficazes", destacando a desconexão entre planeamento central e necessidades locais.

Em síntese, os diálogos comunitários expõem um Cabo Verde numa encruzilhada: as comunidades já possuem o diagnóstico e os agentes de mudança (especialmente mulheres), mas o sistema político ainda não os ouviu verdadeiramente. A verdadeira adaptação climática exigirá não apenas novas políticas, mas uma **reconfiguração dos processos decisórios** com justiça epistémica, garantindo que os saberes e necessidades das comunidades – especialmente das mulheres – deixem de ser marginalizados.

2 58,5% dos inquiridos neste Estudo afirmaram que os homens participam mais do que as mulheres nos processos decisórios relacionados com as MC em Cabo Verde

4.2
Perspetiva Institucional

Para aprofundar a percepção institucional sobre MC e género, e de forma complementar às rodas de conversa comunitárias, procedeu-se à aplicação de um inquérito *online* (via Google Forms)[3] a um universo de aproximadamente 161 instituições, abrangendo todos os municípios do país. Foram recolhidas 41 respostas, a maioria de ONGs e associações comunitárias (31,7% e 22%, respetivamente), com a seguinte distribuição por género: 61% do género feminino e 39% do género masculino.

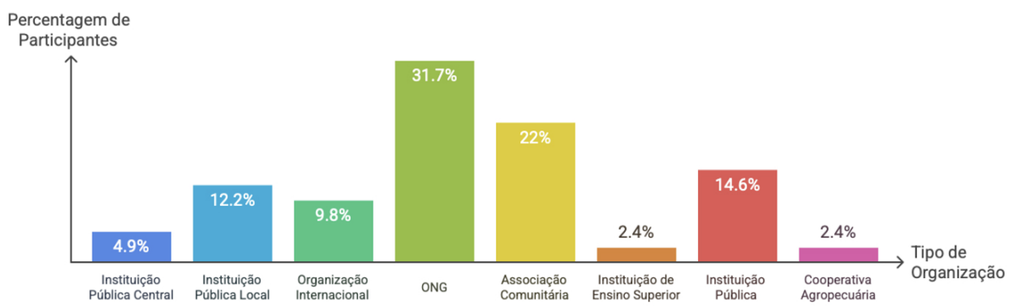

Gráfico 1: Distribuição das Respostas ao Inquérito Por Tipo de Organização

Fonte: Elaboração própria.

Registaram-se variações na adesão, com destaque para a cidade da Praia (26,8% das respostas), seguida da Brava (19,5%), São Filipe (17,1%), Ribeira Brava (14,6%) e São Vicente (12,2%), com maior envolvimento nas ilhas de Santiago, Fogo, Brava e São Vicente.

O perfil institucional dos inquiridos revela uma diversidade sectorial significativa, com a participação de instituições de várias áreas, incluindo género, MC, saúde, gestão de riscos, turismo, saneamento e energia, evidenciando a transversalidade da temática analisada.

3 Ver Anexo I.

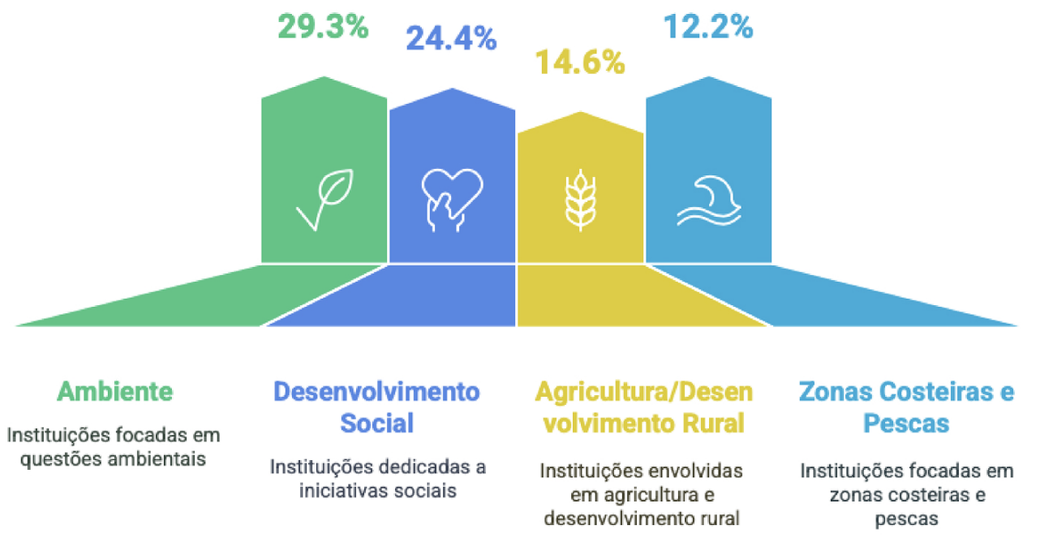

Figura 4: Representação Sectorial das Respostas ao Inquérito

Fonte: Elaboração própria.

O perfil das instituições inquiridas permite avaliar o grau de integração da perspetiva de género e das MC nos seus instrumentos orientadores, refletindo o nível de compromisso institucional com a promoção da igualdade de género e a resposta aos desafios climáticos.

No que respeita à perspetiva de género**, 65,9%** das instituições afirmam integrá-la nos seus instrumentos orientadores, com a seguinte distribuição:

- **46,4%** implementam programas específicos de género;
- **39,3%** utilizam programas estratégicos;
- **28,6%** baseiam-se em diretrizes institucionais.

Relativamente à fase de implementação desses instrumentos:

- **53,6%** estão em execução;
- **21,4%** encontram-se em fase de planeamento;
- **14,3%** ainda não foram implementados.

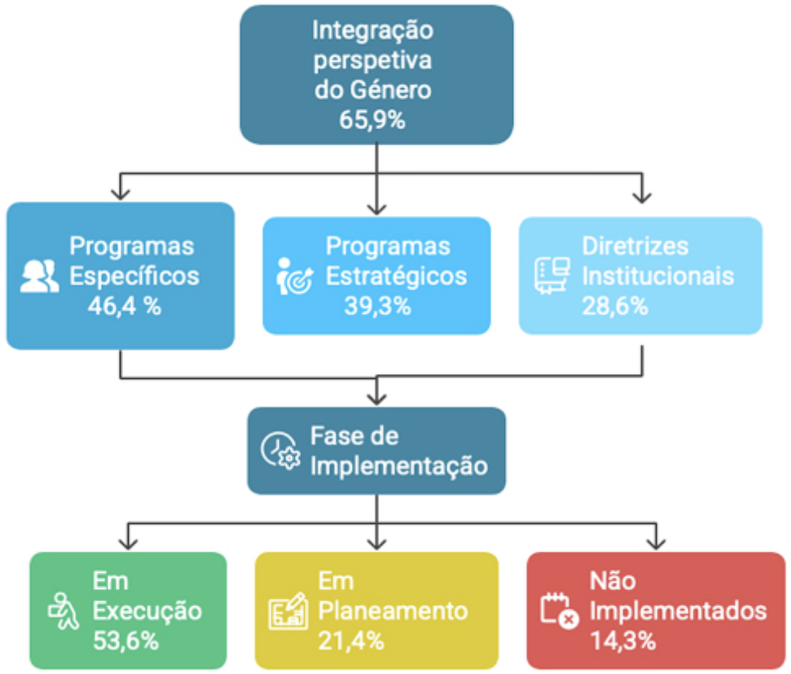

Figura 5: Integração e Implementação da Perspetiva de Género em Instituições

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à integração das MC nos instrumentos institucionais, **69%** das instituições referem possuir diretrizes ou planos específicos, distribuídos da seguinte forma:

- **57,1%** adotam planos estratégicos;
- **38,1%** seguem diretrizes políticas;
- **23,8%** desenvolvem programas específicos.

Em termos de implementação destes instrumentos sobre MC:

- **45,5%** estão em execução;
- **18,2%** encontram-se em fase de planeamento;
- **18,2%** estão em avaliação e monitorização;
- **18,2%** ainda não iniciaram a implementação.

Figura 6: Integração e Implementação da Perspetiva das MC em Instituições

Fonte: Elaboração própria.

A maioria das instituições demonstra um compromisso formal relevante com a integração das temáticas de género (65,9%) e MC (69%) nos seus instrumentos orientadores, o que indica que estes temas fazem parte das agendas institucionais, pelo menos em termos programáticos e estratégicos.

A seguir, destacam-se as principais percepções dessas instituições sobre impactos económicos e sociais das MC, vulnerabilidade diferenciada, capacidade de resiliência e adaptação de mulheres e homens e ações necessárias para reduzir essas disparidades.

4.2.1 Impactos Gerais das Mudanças Climáticas

Em relação aos impactos mais destacados, estes são: escassez de água potável (80,5%), impactos na agricultura (75,6%), degradação dos ecossistemas marinhos (63,4%), aumento das desigualdades sociais (53,7%), aumento das temperaturas e ondas de calor (48,8%), e aumento do nível do mar (43,9%).

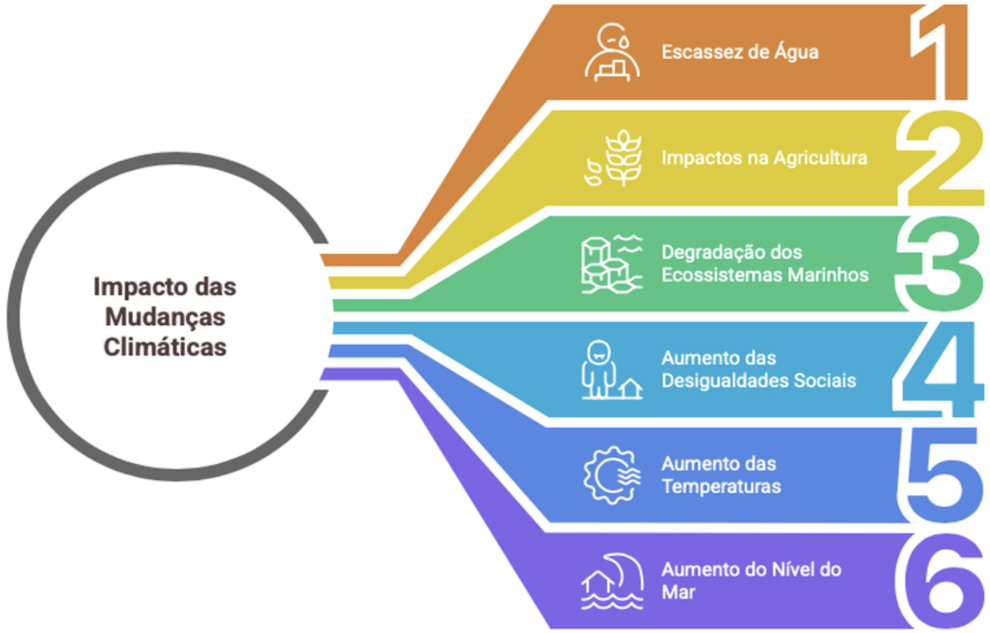

Figura 7: Principais Impactos das Mudanças Climáticas

Fonte: Elaboração própria.

Sobre os impactos diferenciados por género, os dados recolhidos indicam que 48,8% dos inquiridos reconhecem que as MC afetam homens e mulheres de forma distinta. Este dado está em consonância com as conclusões obtidas nas rodas de conversa realizadas, nas quais foi evidente a percepção coletiva sobre essa assimetria.

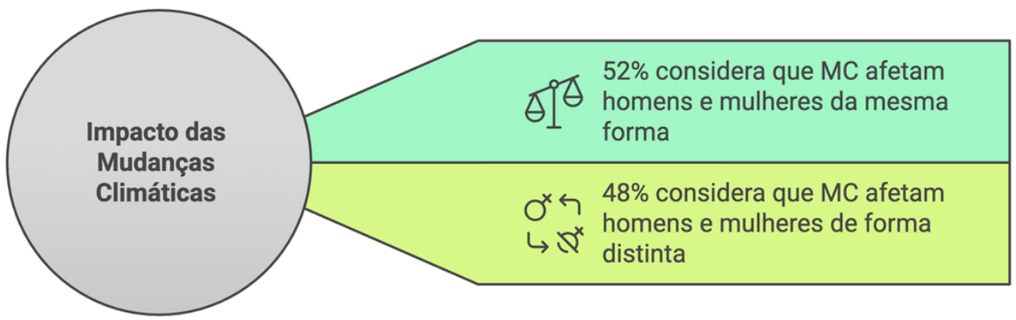

Figura 8: Impacto das Mudanças Climáticas em Homens e Mulheres

Fonte: Elaboração própria.

As MC manifestam-se de forma distinta consoante o contexto local. Em primeiro lugar, a localização geográfica determina o tipo e a intensidade dos impactos: zonas rurais isoladas, com fraca infraestrutura e serviços, vivem secas e erosão mais severas, enquanto áreas urbanas enfrentam pressão sobre sistemas de abastecimento hídrico e maior insegurança alimentar. Em segundo lugar, o estatuto socioeconómico e o acesso a recursos potenciados - como crédito, formação e tecnologias - condicionam a capacidade de resposta: famílias com menor rendimento e sem acesso a redes de apoio têm muito menos margem para se adaptar.

4.2.2 Vulnerabilidades e Desigualdades de Género

Os dados recolhidos indicam que 48,8% dos inquiridos reconhecem que as MC afetam homens e mulheres de forma distinta, um dado que se alinha com as conclusões das rodas de conversa realizadas, nas quais foi evidente a percepção coletiva sobre essa **desigualdade de género.**

Em primeiro lugar, as MC manifestam-se de maneira diferenciada de acordo com o contexto local. A localização geográfica é um fator determinante, já que zonas rurais isoladas, com infraestrutura e serviços limitados, enfrentam secas e erosão mais intensas, enquanto as áreas urbanas lidam com a pressão sobre os sistemas de abastecimento de água e uma maior insegurança alimentar. Em segundo lugar, o estatuto socioeconómico e o acesso a recursos — como crédito, formação e tecnologias — são fundamentais para a capacidade de adaptação das comunidades. Famílias com menores rendimentos e sem acesso a redes de apoio enfrentam maiores dificuldades em lidar com os impactos das MC, possuindo menos recursos e alternativas para responder aos desafios impostos pelas MC.

Nesse contexto, as mulheres, especialmente as chefes de família rurais, enfrentam uma série de vulnerabilidades agravadas pelas MC. A seguir são detalhadas as cinco dimensões críticas desta vulnerabilidade diferenciada:

1. Vulnerabilidade acrescida das mulheres, especialmente chefes de família rurais

- Mulheres chefes de família em zonas rurais perdem mais do que homens durante ondas de calor e inundações.
- A dependência da agricultura de subsistência torna as mulheres mais vulneráveis à seca, degradação do solo e insegurança alimentar.
- Muitas famílias rurais são chefiadas por mulheres, que dependem fortemente da agricultura para o sustento.

2. Desigualdades no acesso a recursos e poder de decisão

- As mulheres têm menos acesso à terra, ao crédito, ao financiamento, a tecnologias e à educação, dificultando a sua adaptação às MC.
- As mulheres têm menos poder de decisão e menor representação em processos políticos e estratégias de mitigação/adaptação.

3. Aumento da carga de trabalho e riscos para a saúde.

- A escassez de água e de alimentos aumenta a carga de trabalho das mulheres, responsáveis pelo abastecimento doméstico e cuidados familiares.
- As mulheres estão mais expostas a doenças, vírus e bactérias devido ao seu papel de cuidadoras e à busca de recursos básicos.
- Os homens têm maior probabilidade de sucumbir a doenças relacionadas ao calor, especialmente em setores dominados por homens.

4. Impactos económicos e sociais desproporcionais

- Ondas de calor e inundações intensificam as desigualdades salariais entre homens e mulheres, prejudicando desproporcionalmente os setores com maior presença feminina, enquanto limitam a capacidade de recuperação económica das mulheres — sobrecarregadas com tarefas de cuidado e com menos acesso a recursos financeiros.
- As mulheres têm menos oportunidades de integração social e económica, especialmente em setores dominados por homens.
- Em situações de crise, como desastres naturais, as mulheres enfrentam maior vulnerabilidade económica, social e risco de violência de género ou exploração.

5. Efeitos sobre educação e ciclo de pobreza

- Quando falta água ou alimentos, as mulheres e raparigas dedicam mais tempo a tarefas domésticas, reduzindo o tempo para educação ou trabalho remunerado.

A pobreza é agravada entre mulheres chefes de família, perpetuando o ciclo de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade climática específica das mulheres rurais insere-se num contexto mais amplo de **grupos particularmente expostos aos impactos das MC em Cabo Verde**, que incluem os agricultores, pescadores, mulheres e crianças, todos dependentes de atividades diretamente afetadas pelos impactos climáticos, como seca, chuvas irregulares e aumento da temperatura do mar. Estes grupos enfrentam insegurança alimentar e redução de rendimento, agravados pela escassez de recursos e serviços básicos, como saúde, educação e financiamento para adaptação. A migração em massa de adultos do meio rural também deixa crianças e idosos em situação de abandono, com riscos de insegurança alimentar e falta de cuidados, enquanto as mulheres assumem responsabilidades adicionais, ampliando sua carga física e emocional. Além disso, a exclusão social, a falta de acessibilidade e a exclusão geográfica exacerbam ainda mais a vulnerabilidade desses grupos.

A população rural, composta por homens, mulheres e jovens, destaca-se como a mais vulnerável às MC.

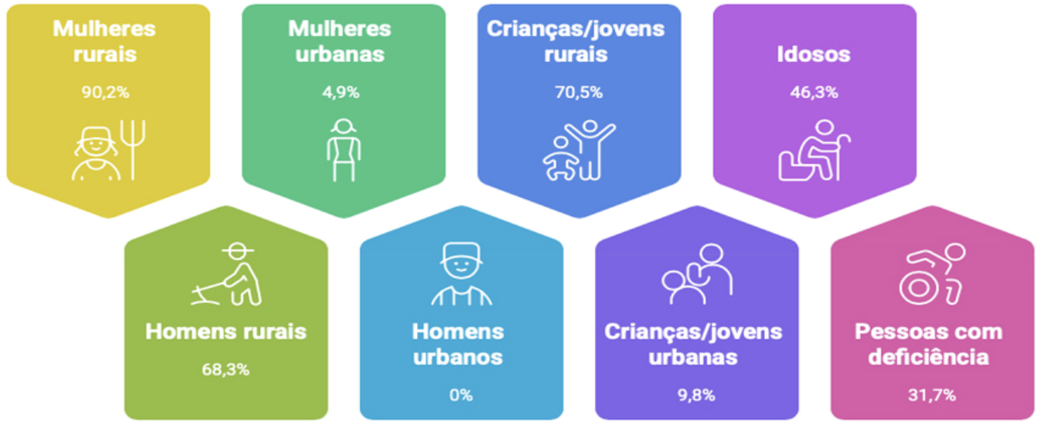

Figura 9: Grupos sociais mais vulneráveis às MC

Fonte: Elaboração própria.

Quando se questionam os motivos, a análise de conteúdo das respostas permite concluir que:

1. Dependência de atividades sensíveis ao clima: Grupos como agricultores, pescadores, mulheres e crianças têm rendimentos dependentes de atividades diretamente afetadas por MC, como agricultura, pesca e criação de gado. Secas, chuvas irregulares e aumento da temperatura do mar afetam a sua subsistência, gerando insegurança alimentar e redução de rendimento.

2. Acesso limitado a recursos e serviços básicos: Há relatos de dificuldades no acesso a bens essenciais, serviços de saúde, educação e financiamento para adaptação. As mulheres rurais enfrentam sobrecarga de trabalho doméstico e menor acesso a crédito. Pessoas com deficiência encontram barreiras em planos de emergência não adaptados.

3. Desigualdades socioeconómicas estruturais: A vulnerabilidade é agravada por baixos rendimentos, habitações precárias e exclusão geográfica. As crianças são forçadas a abandonar a escola para auxiliar na subsistência, limitando oportunidades futuras e os idosos sofrem com o isolamento e maior suscetibilidade a doenças agravadas pelo calor extremo.

4. Migração e desagregação familiar: A migração em massa de adultos deixa crianças e idosos em situação de abandono, com riscos de insegurança alimentar e falta de cuidados. As mulheres assumem responsabilidades adicionais, ampliando a sua carga física e emocional.

5. Exclusão de políticas públicas: Mesmo em planos de emergência, grupos com deficiência enfrentam falhas de acessibilidade. Comunidades rurais têm participação limitada nas decisões climáticas, resultando em medidas inadequadas.

6. Ciclo de pobreza e vulnerabilidade: A perda de colheitas e rendimentos reduz o acesso a tecnologias de adaptação, perpetuando a dependência de atividades 76 vulneráveis. Mulheres, crianças e idosos são particularmente afetados, com a possibilidade de impactos na saúde mental (aumento de stress e VBG) e física (desnutrição e doenças).

7. Fatores transversais: A vulnerabilidade é amplificada pela exclusão geográfica (zonas rurais isoladas), infraestruturas precárias (estradas, saneamento) e ecossistemas frágeis. A falta de educação climática e de alternativas económicas diversificadas limita a capacidade de adaptação.

4.2.3 Resiliência e Capacidade de Adaptação

Em termos de percepção sobre resiliência e adaptação aos impactos das MC, 36,9 % dos inquiridos consideram as mulheres 'muito capazes' e 39,0 % 'capazes' de se adaptarem. Já em relação aos homens, 61,0 % avaliam-nos como 'capazes' e 24,4 % como 'pouco capazes'.

Figura 10: Resiliência e Capacidade de Adaptação por Género

Fonte: Elaboração própria.

Os apoios mais úteis para fortalecer a resiliência das mulheres às MC são a participação em processos de decisão (41,5%) e o acesso a crédito e recursos financeiros para atividades sustentáveis (41,5%).

Para os homens, destacam-se o acesso a crédito (34,1%) e a formação para adaptação às MC (34,1%).

Quanto à participação, 58,5% dos inquiridos afirmam que os homens participam mais do que as mulheres nos processos decisórios relacionados com as MC em Cabo Verde. As respostas indicam que persistem barreiras estruturais que sobrecarregam as mulheres com trabalho do-

méstico, limitando a sua participação em espaços de poder. Além disso, as suas intervenções são avaliadas com mais rigor, refletindo vieses enraizados.

Na temática Educação e Sensibilização, os inquiridos consideram que o nível de sensibilização da população cabo-verdiana sobre a relação entre género e MC é baixo, com 68,3% dos inquiridos a afirmarem que a população está pouco sensibilizada. Dados do relatório estatístico "Ambiente e mudanças climáticas- IMC 2024", publicado em Abril de 2025 demonstram que a proporção da população masculina (72%) que já ouviu falar nas MC foi superior à da população feminina (65%), indicando uma lacuna de género em relação à sensibilização.

Na Avaliação das Políticas Existentes, 53,7% dos inquiridos afirma conhecer iniciativas, políticas ou programas nacionais sobre as MC com perspetiva de género, destacando-se o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, embora com poucas respostas sobre outros documentos. Em relação à eficácia dessas iniciativas, os resultados mostram uma divisão: 37,5% considera-as eficazes e 37,5% as avalia como pouco eficazes, indicando uma percepção polarizada.

Quanto aos desafios na integração da perspetiva de género nas políticas climáticas, os principais obstáculos são: o baixo número de mulheres em cargos de decisão (63,4%), a falta de formação técnica sobre o tema (61%) e a escassez de financiamento para projetos de género (48,8%).

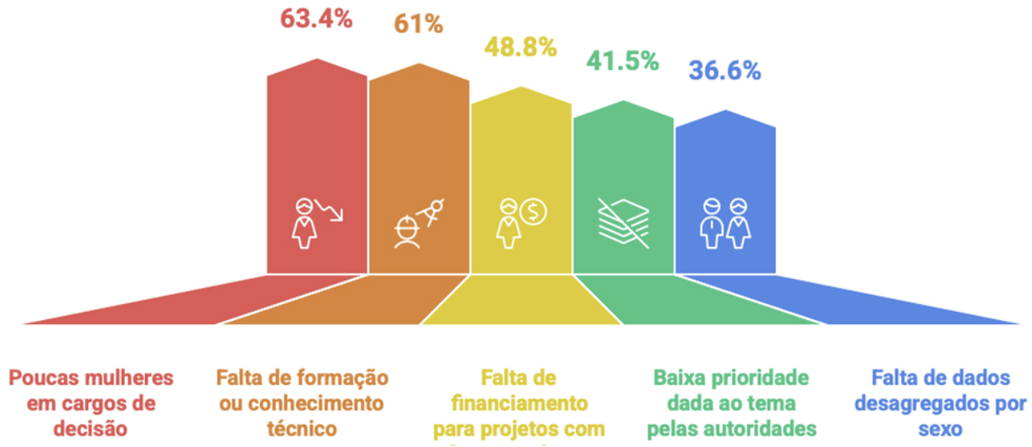

Figura 11: Desafios na integração da perspetiva de género nas políticas climáticas

Fonte: Elaboração própria.

As principais percepções qualitativas extraídas da análise das respostas abertas incluem os seguintes pontos:

1. Participação comunitária e consulta aos beneficiários: destaca-se a necessidade de ouvir ativamente as comunidades, especialmente rurais, antes de formular políticas, criticando-se a desconexão entre as leis e a realidade local. Propõe-se que os decisores "saiam do escritório" para compreender os desafios de género e que as sugestões dos beneficiários sejam incorporadas, evitando que estudos fiquem apenas na teoria.

2. Abordagem inclusiva e equitativa: recomenda-se garantir igualdade de oportunidades para homens e mulheres nas ações climáticas, combatendo a ideia de que empoderar mulheres desfavorece os homens. Defende-se a integração de género em todas as fases das políticas, com participação de todos os atores.

3. Fortalecimento institucional e financiamento: propõe-se:

- Indicadores de género em planos nacionais de adaptação e mitigação; 78
- Financiamento climático sensível ao género, com fundos específicos para mulheres em setores como energias renováveis e agricultura sustentável;
- Parcerias com ONGs e organismos internacionais para troca de boas práticas e acesso a recursos.

4. Capacitação e sensibilização: as respostas enfatizam:

- Formação contínua para líderes comunitários e decisores políticos sobre a interseção entre género e clima;
- Programas educativos nas escolas e comunidades para consciencializar sobre desigualdades;
- Campanhas práticas que envolvam homens e mulheres em diálogos sobre co-responsabilidade doméstica durante crises climáticas.

5. Dados desagregados e monitorização: considera-se necessário recolher dados desagregados por género para avaliar o impacto distinto das políticas e ajustar as estratégias de acordo com as necessidades identificadas. Há também críticas à falta de monitorização eficaz das iniciativas existentes.

6. Proteção de recursos naturais e gestão sustentável: sugere-se:

- Regulamentação rigorosa do uso de recursos naturais, especialmente em zonas costeiras e encostas;
- Projetos simples e eficazes adaptados à capacidade limitada de organizações locais;
- Envolvimento das mulheres na gestão de ativos naturais, reconhecendo a sua sensibilidade na tomada de decisões.

7. Desafios e contradições: as evidências indicam que políticas focadas exclusivamente nas mulheres podem gerar resistência de grupos masculinos, o que exige estratégias de sensibilização e mecanismos de inclusão para evitar polarizações. A capacidade limitada das organizações locais para implementar projetos complexos recomenda a simplificação das metodologias e a criação de estruturas de apoio técnico permanente. Além disso, existe uma lacuna entre a formulação normativa e a realidade dos públicos-alvo, com a falta de processos consultivos resultando em normas desconectadas das necessidades concretas. Isso exige maior articulação entre legisladores e comunidades para superar as resistências culturais, fragilidades institucionais e dissonâncias normativas.

As contribuições apontam para três eixos prioritários:

- Diálogo comunitário como base para políticas realistas;
- Equidade de género integrada em financiamentos, monitorização e parcerias;
- Educação prática para transformar consciencialização em ação.

A ênfase na simplicidade das soluções e no respeito pelas dinâmicas locais surge como fator crítico para o sucesso das estratégias climáticas em Cabo Verde.

4.2.4 Principais *Insights* dos Resultados do Inquérito Online

Os resultados do inquérito traçam um cenário paradoxal em Cabo Verde: enquanto há um reconhecimento institucional da crise climática e das suas assimetrias de género (evidenciado pela integração formal destas dimensões em políticas e planos), persiste uma lacuna crítica entre a teoria e a prática. A elevada perceção de impactos distintos (como a vulnerabilidade agravada das mulheres rurais) não se traduz em mecanismos eficazes de mitigação, revelando um défice de operacionalização – apenas 53.6% das iniciativas estão em execução, e 37.5% são consideradas pouco eficazes.

O inquérito confirma uma discrepância entre reconhecimento institucional e ação efetiva:

- Políticas cegas ao género: Apesar de 65.9% das instituições afirmarem integrar género em instrumentos, apenas 37.5% das iniciativas são consideradas eficazes – sinalizando que a inclusão formal não altera relações de poder.
- O mito da representação numérica: a presença feminina em cargos técnicos (evidenciada em 41% das respostas) não se traduz em influência real, pois decisões estratégicas permanecem sob domínio masculino (63.4% apontam lideranças maioritariamente masculinas). Estes dados revelam que género não são só leis de quotas, mas sim redistribuição de autoridade epistémica (ex.: valorizar saberes femininos na gestão hídrica).

Este descompasso aponta para três desafios estruturais:

1. Governança fragmentada: A predominância masculina em cargos de decisão (63.4% dos inquiridos identificam-na como barreira) limita a incorporação de perspetivas femininas nas políticas climáticas, mesmo quando as mulheres são reconhecidas como mais resilientes e conhecedoras dos contextos locais.

2. Financiamento desalinhado: A escassez de recursos direcionados a projetos sensíveis ao género (48.8%) perpetua ciclos de dependência, especialmente em setores críticos como agricultura e gestão hídrica, onde as mulheres já desempenham um papel central sem acesso equitativo a crédito ou terra.

3. Participação performativa: Apesar da retórica inclusiva, os processos consultivos frequentemente falham em traduzir as vozes comunitárias em ações concretas, como evidenciado pela desconexão entre os planos nacionais e as necessidades locais relatadas.

Contudo, a solução não reside apenas em aumentar numericamente a presença feminina. A mera existência de mulheres em cargos de decisão não garante, por si só, políticas climáticas sensíveis ao género. A **sensibilidade ambiental e de género** – e não apenas o sexo dos decisores – é o fator crítico para uma governança eficaz. Por exemplo, mesmo em instituições com representação feminina, a falta de formação técnica (61% dos inquiridos destacam-na como barreira) e a ausência de mecanismos que obriguem à integração sistemática da perspetiva de género (como indicadores vinculativos ou orçamentos sensíveis ao género) resultam em políticas "cegas" às desigualdades. Casos emblemáticos, como a exclusão de mulheres rurais do desenho de projetos de gestão hídrica – apesar de serem as principais gestoras deste recurso –, mostram como lógicas institucionais arraigadas podem neutralizar a representação numérica. Assim, a qualidade da participação feminina (com poder real de influência) e a capacitação de todos os atores – homens e mulheres – em interseccionalidade climática são tão ou mais importantes do que quotas de género. Isto exige:

- **Critérios de mérito ampliados** que valorizem competências em justiça ambiental e género na seleção de líderes;
- **Ferramentas de prestação de contas,** como auditorias de género a políticas climáticas, para garantir que a representação se traduz em mudanças concretas.

As seguintes abordagens também podem ser consideradas como estratégias eficazes para avançar:

- **Cooperação intersectorial:** integrar ministérios do Ambiente, Género e Finanças para desbloquear fundos climáticos com critérios de género vinculativos.
- **Liderança feminina local:** valorizar o conhecimento prático das mulheres rurais através de plataformas de decisão descentralizadas (ex.: conselhos municipais paritários).
- **Indicadores de impacto real:** monitorizar não apenas a existência de políticas, mas os seus efeitos materiais na redução de desigualdades (ex.: acesso a água, rendimento agrícola feminino).

O inquérito revela, assim, uma janela de oportunidade: Cabo Verde tem a consciência do problema e os agentes capazes de o resolver – falta agora traduzir esse capital institucional e comunitário em ações coordenadas e fiscalizáveis. A alternativa é o agravamento de crises sobrepostas: climáticas, sociais e de género.

4.3
Integração de Percepções Comunitárias e Institucionais

Os resultados das rodas de conversa e do inquérito online revelam uma convergência clara: as MC em Cabo Verde constituem uma crise multidimensional, com impactos diferenciados por género, setor e território. Enquanto as rodas de conversa destacaram as **vozes comunitárias** – expondo vulnerabilidades estruturais e resiliências locais –, o inquérito *online* confirmou **lacunas institucionais** na tradução dessas realidades em políticas eficazes.

Os resultados deste estudo revelam um Cabo Verde na encruzilhada entre o reconhecimento dos impactos climáticos e a implementação de respostas eficazes. A análise cruzada dos dados demonstra que as MC funcionam como um amplificador de desigualdades pré-existentes, expondo falhas estruturais na governação ambiental e social do país.

As comunidades demonstram uma percepção clara dos efeitos diferenciados por género - enquanto os homens enfrentam desafios diretos na produção pesqueira e agrícola, as mulheres arcam com as consequências indiretas através da sobrecarga de trabalho doméstico, gestão da escassez e limitações no acesso a recursos decisórios. Esta assimetria é particularmente evidente no meio rural, onde a maioria das mulheres não têm titularidade de terras, apesar de serem as principais gestoras dos recursos naturais no quotidiano.

Embora o foco da análise incida nas desigualdades de género (numa perspetiva heteronormativa binária), é importante reconhecer, como já referido, que outras formas de vulnerabilidade estrutural - como deficiência, idade, identidade de género e orientação sexual - coexistem e interagem com estas dinâmicas. No entanto, os dados recolhidos nas rodas de conversa e no inquérito online não permitem uma análise desagregada suficientemente robusta sobre esses subgrupos. Por rigor metodológico, estas categorias não são aprofundadas nesta secção. Ainda assim, a literatura internacional e as boas práticas em matéria de justiça climática sublinham a importância de integrar estas dimensões na formulação de políticas públicas inclusivas e interseccionais. Esta preocupação será retomada no Guia de Acão para a Integração do Género na Acão Climática (capítulo 6), com propostas concretas de recomendações para garantir que a resiliência climática seja efetivamente inclusiva.

O inquérito institucional expõe o paradoxo cabo-verdiano: embora 65,9% das organizações declarem integrar género em suas políticas climáticas, apenas 37,5% destas iniciativas são consideradas eficazes na prática. Esta desconexão sugere que a inclusão formal não se traduz em redistribuição real de poder ou recursos. A predominância masculina nos cargos de decisão perpetua um ciclo vicioso onde as necessidades específicas das mulheres, particularmente rurais, são sistematicamente negligenciadas nos projetos de adaptação.

Os dados apontam para uma oportunidade transformadora: Cabo Verde possui um capital humano subutilizado na construção da resiliência climática. As mulheres demonstraram capacidades adaptativas superiores em gestão de recursos, organização comunitária e implementação de soluções locais. Contudo, este potencial esbarra em barreiras estruturais - desde a exclusão dos processos decisórios até a falta de acesso a financiamento direcionado.

A solução exigirá mais do que ajustes marginais. É necessária uma reengenharia dos sistemas de governança climática que: (1) reconheça formalmente os saberes locais como base para políticas públicas; (2) estabeleça mecanismos vinculativos para a participação equitativa nos processos decisórios; e (3) direcione recursos de forma a compensar as assimetrias históricas no acesso a ativos produtivos. O desafio não é apenas técnico, mas sobretudo político - requerendo uma ruptura com modelos tradicionais de planeamento centralizado que têm perpetuado, em vez de corrigir, as desigualdades de género expostas pela crise climática.

O CAPÍTULO 4 EM SÍNTESE

O capítulo 4 demonstra de forma clara como as mudanças climáticas em Cabo Verde estão a aprofundar desigualdades estruturais, com impactos que variam consoante o género e o setor de atividade. Através de rodas de conversa realizadas em 5 ilhas e inquéritos online aplicados a 161 instituições (obtendo-se 41 respostas), foi possível identificar padrões preocupantes. As mulheres rurais emergem como o grupo mais vulnerável, enfrentando uma tripla carga que inclui a gestão de recursos escassos como água e alimentos, o aumento das responsabilidades domésticas e uma sistemática exclusão dos processos de decisão. Apesar de serem as principais gestoras dos recursos no quotidiano, as mulheres estão em minoria na formulação de políticas climáticas.

Agricultura e pesca são os setores mais afetados, com secas prolongadas a provocarem êxodo rural e degradação dos ecossistemas marinhos a reduzir os stocks de peixe, o que tem efeito cascata na segurança alimentar, na saúde e nos padrões migratórios das comunidades. Curiosamente, 75,9% dos participantes reconhecem maior capacidade adaptativa das mulheres, particularmente na gestão hídrica e práticas sustentáveis, mas este conhecimento local raramente é incorporado nas políticas públicas. As mulheres enfrentam barreiras estruturais, como o limitado acesso à terra e dificuldades no acesso a crédito.

A análise da governança climática revela uma contradição preocupante. Embora 65,9% das instituições afirmem integrar a perspetiva de género nos seus instrumentos, 37,5% destas políticas são consideradas ineficazes. A predominância masculina nos cargos de decisão perpetua abordagens que não respondem às necessidades reais no terreno. Como soluções, o estudo aponta para a implementação de quotas paritárias acompanhadas de formação obrigatória em género (tanto para homens como para mulheres), a criação de linhas de microcrédito verde específicas - medida prioritária para 41,5% das mulheres inquiridas - e auditorias de género vinculativas.

Os caminhos propostos passam por uma verdadeira justiça epistémica que valorize saberes tradicionais femininos, particularmente no desenho de políticas de gestão hídrica e agrícola. A abordagem deve ser territorializada, com planos de ação específicos para cada ilha, focados na modernização do setor pesqueiro e no desenvolvimento de culturas resilientes. As rodas de conversa emergem como metodologia privilegiada, com 83% dos participantes a considerá-las eficazes na captação das necessidades locais. Em conclusão, Cabo Verde vive um momento decisivo, em que reconhecer as mulheres como agentes da adaptação climática, e não mera vítimas vulneráveis, pode ser crucial para respostas mais eficazes e justas.

05.

Políticas Climáticas Inclusivas: Aprendendo com Experiências Internacionais

A integração da perspetiva de género nas políticas climáticas exige um alinhamento estratégico entre políticas públicas, cooperação institucional e mecanismos de financiamento. Em Cabo Verde, onde os desafios incluem desde limitações na capacidade institucional para aceder a fundos climáticos até sistemas frágeis de monitorização, a adoção de boas práticas internacionais pode oferecer soluções adaptáveis.

Este capítulo apresenta experiências globais inspiradoras e caminhos possíveis para Cabo Verde avançar na integração da igualdade de género na ação climática, reconhecendo que:

- Cada contexto é único - As soluções devem ser adaptadas à realidade insular, às dinâmicas socioculturais e aos setores prioritários do país (água, agricultura, energia);
- O conhecimento local é fundamental
- As estratégias devem valorizar o papel das mulheres rurais e das comunidades locais como agentes de adaptação climática;
- A governança inclusiva é chave
- Requer-se a participação ativa de todos os atores (governo, OSC, setor privado) no desenho e implementação de políticas.

Esta abordagem reconhece que Cabo Verde precisará de desenvolver as suas próprias soluções, mas que pode beneficiar significativamente das lições aprendidas noutros países e contextos.

5.1
Benchmarking de Boas Práticas Internacionais

O quadro abaixo sintetiza diversos instrumentos internacionais - diagnósticos, recomendações, planos de ação e guias de recursos - voltados para a integração da perspetiva de género nas políticas de adaptação e mitigação das MC, com o objetivo de inspirar soluções para Cabo Verde.

Os diagnósticos, oriundos de países como Chile e Espanha, identificam lacunas e oferecem recomendações para uma abordagem interseccional de género, enquanto as recomendações, elaboradas por organizações como ONU Mulheres e a CMNUCC, enfatizam a necessidade de processos e estratégias que reforcem a inclusão do género em instrumentos como as Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Paralelamente, os planos de ação desenvolvidos em contextos como Equador, República Centro-Africana, Peru, Guatemala, República Dominicana, Benim e Zimbábue, delineiam estratégias para garantir que as políticas climáticas sejam inclusivas e equitativas. Por fim, os guias de recursos e manuais de formação disponibilizam ferramentas práticas para incorporar essa dimensão, servindo como referência para a implementação de soluções inovadoras e adaptadas ao contexto cabo-verdiano.

Quadro 10: Referências Globais sobre Género e Mudanças Climáticas

	TÍTULO	ANO	PAÍS	BREVE RESUMO	LINK
Diagnóstico	Diagnóstico das lacunas de género para a adaptação às mudanças climáticas	2021	Chile	Diagnóstico detalhado das lacunas de género no setor silvio-agropecuário chileno fornecendo recomendações para a sua abordagem no contexto das MC	Antecedentes prévios para lineamientos de enfoque de género interseccional
	Género e mudanças climáticas. Um diagnóstico de situação	2020	Espanha	Diagnóstico da relação entre género e MC em Espanha, incluindo análise política e propostas de ação	https://unemg.org/images/emgdocs/UN_sws/SWFS_Synthesis_Report.pdf
Recomendações	Promoção de processos de NAP sensíveis ao género - Relatório de síntese	2024	NAP Global Network	Relatório sobre como reforçar a integração da perspetiva de género nos planos nacionais de adaptação às MC (NAP).	Womens world banking
	Reforçar a Contribuição Nacionalmente Determinadas em função do género	2024	ONU Mulheres, CMNUCC	Documento que propõe estratégias para melhorar a inclusão do género na Contribuição Nacionalmente Determinadas (NDC).	IUCN-monitoring-framework-digital
	Igualdade de género e inclusão social nos planos de ação nacionais e nas NDC	2021	ONU Mulheres, CMNUCC	Proposta de estratégias para garantir a inclusão social e a equidade de género nos planos climáticos nacionais.	https://ndcpartnership.org/sites/default/files/2023-09/genderresponsivendcactionplanspracticalguide-march-2021-es_0.pdf
	Estratégia de integração das considerações de género nas mudanças climáticas em apoio à Contribuição Nacionalmente Determinadas.	2020	Guatemala	Estratégia para a integração das considerações de género nas MC em apoio ao Acordo Ministerial 11-2020 sobre a Contribuição Nacionalmente Determinadas (NDC)	undp-ndcsp-guatemala-gender-analysis.pdf
Planos de Ação	Plano de Ação do Equador sobre Género e Mudanças Climáticas	2024	Equador	Plano estratégico para a integração de uma perspetiva de género na mitigação e adaptação às MC no Equador.	
	Estratégia Nacional de Género e Mudanças Climáticas para a República Centro-Africana	2023	República Centro-Africana	Estratégia nacional que visa guiar a integração das questões de género nas ações de adaptação e mitigação das MC no país, promovendo a igualdade de género e a inclusão social nas políticas climáticas	

	TÍTULO	ANO	PAÍS	BREVE RESUMO	LINK
Plano de Ação	Plano de Ação sobre Género e Mudanças Climáticas (GCCAP) - Peru	2023	Perú	Estratégia do Peru para garantir a igualdade de género nas políticas de atenuação e adaptação às MC	
	Plano de Ação sobre Género e Mudanças Climáticas Guatemala	2023	Guatemala	O plano nacional da Guatemala incorpora a abordagem de género na luta contra as MC	
	Plano de Ação sobre Género e Mudanças Climáticas	2023	República Dominica -na	Plano de ação da RD para reforçar a equidade de género nas políticas climáticas.	
	Plano de Ação sobre Género e Mudanças Climáticas Benim	2022	República do Benim	Plano visa integrar a perspetiva de género nas políticas e estratégias nacionais de MC, garantindo que tanto homens quanto mulheres participem e se beneficiem igualmente das iniciativas climáticas	
	Mudanças Climáticas Plano de ação para o género	2022	Zimbábue	Plano que visa assegurar que as políticas e programas de MC no Zimbábue sejam sensíveis às questões de género, promovendo a igualdade e a inclusão de todos os géneros nas ações climáticas	
	Um manual de gestão para a integração da perspetiva de género na ação climática	2021	Chile	Guia para incorporar uma perspetiva de género na política climática chilena	
	Estratégia Nacional da Costa do Marfim sobre Género e Mudanças Climáticas	2020	Costa do Marfim	A estratégia define a visão da Costa do Marfim sobre questões de género relacionadas às MC, conforme os ODS	
	Plano de Ação Nacional sobre Género e Mudanças Climáticas	2020	Nigéria	O plano nacional aborda as questões de género no contexto das MC, visando garantir que as políticas e programas climáticos sejam inclusivos e equitativos para todos os géneros	
Guias de Recursos	Guia de Recursos sobre Género e Mudanças Climáticas	N/A	Diversas organi -zações	Compilação de recursos e ferramentas para a implementação da perspetiva de género na ação climática	3
	Manual de formação sobre género e mudanças climáticas	2009	ONU Mulheres, FAO	Manual de formação para profissionais sobre a relação entre género e MC e a forma de a abordar em políticas e projetos	

Fonte: Elaboração própria.

O benchmarking internacional acima apresentado demonstra que a integração efetiva da perspetiva de género nas políticas climáticas é não apenas viável, mas também amplamente reconhecida como estratégica para uma ação climática mais justa e eficaz. As experiências analisadas — desde diagnósticos sectoriais até planos de ação concretos — oferecem um repertório valioso de abordagens adaptáveis ao contexto cabo-verdiano, destacando-se:

1. A necessidade de diagnósticos interseccionais que identifiquem vulnerabilidades específicas;

2. A importância de vincular género a instrumentos como NDC e NAP; e

3. A utilidade de guias práticos para capacitação institucional.

Cabo Verde pode capitalizar estas lições, adaptando-as à sua realidade insular e às dinâmicas locais de género, para desenvolver políticas climáticas que não apenas protejam os grupos mais vulneráveis, mas também potenciem o papel das mulheres como agentes de mudança. A implementação destas boas práticas exigirá, contudo, compromisso político, financiamento direcionado e mecanismos robustos de monitorização, garantindo que a igualdade de género seja um pilar tangível da transição climática do país.

5.2
Ferramentas para Implementação

As principais recomendações em termos de implementação, coligidas a partir das diversas experiências analisadas e sistematizadas no quadro acima, dão conta de um manancial de práticas que podem ser resumidas da seguinte forma:

1. Abordagem participativa e inclusiva: O guia da IUCN recomenda que as abordagens participativas incluam, para além de organizações de mulheres, grupos tradicionalmente marginalizados, como comunidades indígenas, jovens, idosos e pessoas com deficiência. No contexto de Cabo Verde, é importante assegurar a representação ativa de grupos em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, como mulheres rurais, jovens das comunidades rurais e pessoas com deficiência. Recomenda-se, por isso, a criação de plataformas de diálogo multi-sectorial e a realização de consultas públicas a diferentes níveis (nacional, regional e local). Como ilustrado no relatório do PNUD/Guatemala – que enfatiza o papel das mulheres rurais e indígenas na ação climática –, Cabo Verde pode adotar estratégias similares, focando nas mulheres rurais, bem como identidades de género tradicionalmente excluídas e comunidades locais.

2. Análise de género abrangente: O documento do PNUD propõe uma análise que examine: (i) Diferenças de género no acesso e controle de recursos naturais, (ii) Padrões de tomada de decisão a nível doméstico e comunitário, (iii) Impactos distintos das MC em homens e mulheres e (iv) Barreiras específicas que as mulheres enfrentam na adaptação e mitigação climática. O guia da IUCN sugere o uso de ferramentas como o Gender Analysis Matrix (GAM) para estruturar esta análise.

3. Alinhamento com políticas nacionais e internacionais: O guia para planos de ação de NDC, sensíveis ao género, recomenda:

- Mapear todas as políticas nacionais relevantes (não apenas climáticas, mas também de igualdade de género);
- Identificar sinergias com os ODS, especialmente o ODS 5 (Igualdade de Género);
- Alinhar com os compromissos da UNFCCC, incluindo o Plano de Ação de Género de Lima;
- Considerar as NDCs existentes.

4. Indicadores específicos de género: A IUCN propõe indicadores em diferentes níveis:

- Indicadores de processo (ex: número de mulheres que participam nas consultas);
- Indicadores de resultado (ex: aumento no acesso de mulheres a recursos produtivos);
- Indicadores de impacto (ex: redução na disparidade de rendimento entre homens e mulheres em setores afetados pelo clima);
- Recomenda-se que os indicadores sejam SMART (Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e Temporais).

5. Orçamentação sensível ao género: O guia para NDCs sugere:

- Realizar uma análise de género do orçamento climático existente;
- Estabelecer metas específicas para alocação de recursos para atividades focadas em género;
- Criar mecanismos de rastreamento para monitorizar gastos relacionados a género;
- Capacitar funcionários do governo em orçamentação sensível ao género.

6. Capacitação institucional: O documento da UNDP sobre a Guatemala recomenda:

- Formações sobre integração de género para funcionários de ministérios relevantes;
- Criação de pontos focais de género em instituições-chave;
- Desenvolvimento de ferramentas e guias práticos para integração de género;
- Intercâmbio de experiências com outros países.

7. Abordagem sectorial: O guia para NDCs propõe analisar questões de género em setores como:

- Energia: acesso a energia limpa, participação de mulheres em decisões energéticas;
- Agricultura: acesso a terra, crédito e tecnologias agrícolas resilientes ao clima;
- Água: gestão de recursos hídricos, participação em comitês de água;
- Florestas: participação em programas REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), acesso a produtos florestais nãomadeireiros.

8. Monitorização, avaliação e aprendizagem contínua: O *framework* da IUCN sugere:

- Estabelecer uma linha de base com dados desagregados por género;
- Realizar avaliações participativas regulares;
- Criar mecanismos de feedback para beneficiários;
- Utilizar os resultados da monitorização para ajustar estratégias.

9. Promoção da liderança feminina: Todos os documentos recomendam:

- Estabelecer metas para a participação de mulheres em órgãos decisórios climáticos;
- Criar programas de mentoria e capacitação para líderes femininas;
- Apoiar redes de mulheres envolvidas na ação climática;
- Promover modelos femininos em ciência e tecnologia climática.

10. Consideração de conhecimentos tradicionais: Por exemplo, o documento da Guatemala - respeitadas as diferenças em relação ao contexto cabo-verdiano, onde se trabalha com comunidades rurais em vez de indígenas - enfatiza:

- Documentar e valorizar práticas tradicionais de adaptação climática;
- Integrar conhecimentos indígenas em sistemas de alerta precoce;
- Promover diálogo entre conhecimento científico e tradicional;
- Proteger direitos de propriedade intelectual de comunidades indígenas.

EXEMPLO DE BOA PRÁTICA: INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO NA AÇÃO CLIMÁTICA NA REPÚBLICA DOMINICANA (2023)

A República Dominicana adotou abordagens práticas e inovadoras para integrar a perspetiva de género nas suas estratégias climáticas para setores-chave do país:

- **Turismo Sustentável** – Inclusão da dimensão de género nas políticas para um turismo mais resiliente e inclusivo.
- **Resiliência Costeira** – Participação ativa das mulheres em iniciativas para fortalecer a proteção das zonas costeiras.
- **Microfinanças Verdes** – Criação de programas específicos para apoiar mulheres em atividades económicas sustentáveis.
- **Saúde e Bem-Estar** – Consideração dos impactos psicológicos das mudanças climáticas nas mulheres, promovendo apoio e mitigação de riscos.

Esta abordagem demonstra como a incorporação da igualdade de género pode fortalecer a resiliência climática e promover um desenvolvimento mais inclusivo.

Fonte: Elaboração própria com base em *"Plan de acción género y cambio climático República Dominicana (pagcc-rd) 2018"*

A análise de práticas internacionais e regionais revela que a efetiva integração da perspetiva de género nas políticas climáticas exige uma abordagem multidimensional e sistémica. Em Cabo Verde, onde os impactos das MC agravam desigualdades pré-existentes, é urgente adotar medidas concretas que assegurem a equidade de género como pilar central da ação climática.

Dessa análise, resultam as seguintes recomendações:

- Reforçar a participação inclusiva através de plataformas de diálogo multisectorial que envolvam mulheres rurais, jovens, idosos e pessoas com deficiência, garantindo que vozes marginalizadas influenciem decisões climáticas.
- Implementar análise de género robustas, utilizando ferramentas como a Gender Analysis Matrix (GAM), para mapear disparidades no acesso a recursos, padrões de decisão e impactos distintos das MC.
- Desenvolver indicadores SMART sensíveis ao género, desde participação em consultas até redução de disparidades económicas, para monitorizar progressos e ajustar estratégias.
- Adotar orçamentação sensível ao género, com metas claras de alocação de recursos e capacitação de funcionários públicos para rastrear gastos com enfoque de género.
- Investir em capacitação institucional, incluindo pontos focais de género em ministérios-chave e formação contínua sobre integração de género em políticas climáticas.
- Promover liderança feminina em órgãos decisórios climáticos, com programas de mentoria e apoio a redes de mulheres na ciência e ação climática.
- Valorizar conhecimentos tradicionais, integrando práticas locais de adaptação em sistemas de alerta precoce e políticas públicas, enquanto se protegem os direitos dos grupos mais vulneráveis.

Para Cabo Verde, as prioridades poderão incluir, por exemplo:

- O reforço da parceria com o LuxDev, e estabelecimento de parcerias com outras agências internacionais, como o UNDP e a IUCN, para facilitar o acesso a financiamento e à troca de boas práticas.
- Usar programas, como o Acelerador Global da OIT, do qual Cabo Verde participa, para criar empregos verdes, alinhando desenvolvimento sustentável, inclusão e liderança climática com redução de vulnerabilidades.
- A produção de dados desagregados por género (nomeadamente através da atualização do Observatório de Género), fornece uma base sólida para o desenvolvimento de políticas climáticas informadas e mais eficazes. Esta produção de dados é crucial para analisar impactos diferenciados das MC, medir progressos em NDCs/NAP e direcionar recursos a grupos vulneráveis.

O CAPÍTULO 5 EM SÍNTESE

Este capítulo apresenta um conjunto de estratégias fundamentais para assegurar a integração efetiva da perspetiva de género nas políticas e ações climáticas de Cabo Verde. Partindo de um benchmarking internacional, identifica boas práticas adotadas por países como Chile, Espanha, Equador, Costa do Marfim, Nigéria e República Dominicana, que desenvolveram instrumentos específicos como planos de ação sectoriais, diagnósticos de género e mecanismos de monitorização com indicadores desagregados.

A análise demonstra que a abordagem mais eficaz combina três dimensões principais: participação ativa dos grupos vulneráveis nos processos decisórios, produção e análise de dados desagregados por género, e alocação de recursos específicos através de orçamentos sensíveis ao género. Destacam-se ainda a necessidade de fortalecer a liderança feminina nas instituições climáticas e valorizar os conhecimentos tradicionais das comunidades locais.

Como principal recomendação, sugere-se a elaboração de um Plano Nacional de Ação Climática Sensível ao Género, que articule as políticas existentes com metas mensuráveis e mecanismos de prestação de contas. Este plano deverá incluir componentes sectoriais específicos (como acesso equitativo a água e energia), sistemas de monitorização robustos e processos participativos que envolvam atores locais, organizações de mulheres e comunidades rurais.

A implementação destas estratégias requer um compromisso político renovado, aliado a parcerias internacionais para financiamento e capacitação técnica. A integração transversal da perspetiva de género nas políticas climáticas não só contribuirá para maior equidade social, como fortalecerá a eficácia das medidas de adaptação e mitigação face às mudanças climáticas em Cabo Verde.

06.

Estratégias para a Integração Efetiva da Perspetiva de Género nas Políticas e Ações Climáticas

A transversalização efetiva da perspetiva de género nas políticas climáticas requer uma abordagem holística que considere:

- Análises de género sistemáticas sobre acesso, benefícios e controle de recursos;
- Inclusão de objetivos específicos para igualdade de direitos e oportunidades;
- Reconhecimento das diferentes situações de base entre homens e mulheres.

Portanto, a transversalização da perspetiva de género implica, de um modo global, a realização de análise de género com foco no acesso, benefício e controle por parte de homens e mulheres em todas as ações e áreas da vida, bem como a inclusão de objetivos e ações com o fim específico da igualdade de direitos e oportunidades, tomando em consideração a situação de base de homens e mulheres.

Por esse motivo, as estratégias e os métodos para integração da perspetiva de género nas políticas climáticas, devem incluir:

- **Abordagem participativa e multi-sectorial:** uma das práticas fundamentais é envolver diversos atores-chave no processo de elaboração dos planos, incluindo representantes do governo, da sociedade civil, do setor privado, de organizações de mulheres e de especialistas em género e MC. Esta abordagem garante que as políticas reflitam necessidades reais e promovam soluções equitativas.
- **Transversalização e orçamentação sensível ao género e o clima:** é crucial integrar objetivos de igualdade e justiça entre os géneros em todas as áreas políticas, planos de ação e medidas relacionadas com o desenvolvimento sustentável e as MC, com particular atenção à sua operacionalização nos produtos do PEDS. Isso implica realizar análises sistemáticas com base no género, estabelecer indicadores e critérios de avaliação sensíveis ao género e desenvolver ferramentas práticas.
- **Recolha e análise de dados desagregados por género:** a utilização de dados desagregados por sexo é essencial para identificar disparidades nos impactos climáticos e monitorizar resultados. Isso permite uma avaliação mais precisa da situação de mulheres e homens em relação às MC.
- **Capacitação e liderança feminina:** fortalecer a participação e a liderança das mulheres em ações relacionadas com as MC e o diálogo é fundamental. Para isso, é essencial promover a sua participação ativa nos momentos-chave da política nacional e internacional, com especial enfoque na diplomacia climática a nível internacional
- **Alinhamento com políticas internacionais:** é importante alinhar os planos nacionais com acordos internacionais, como o Plano de Ação de Lima sobre Género (LWPG) e o Acordo de Paris, entre outros, para garantir coerência e acesso a financiamento.
- **Análise de impacto de género em setores prioritários:** avaliar como as políticas sectoriais afetam homens e mulheres de forma distinta é crucial para mitigar riscos específicos de género.
- **Monitorização e revisão contínua:** estabelecer metas claras e rever periodicamente os planos é essencial para garantir a eficácia das ações e permitir ajustes conforme necessário.

- **Educação e sensibilização:** implementar programas de educação climática que visem a sensibilização da sociedade como um todo, e em particular mulheres, jovens e grupos marginalizados, é uma prática importante para fortalecer a capacidade das instituições climáticas de integrar considerações de igualdade de género.

Cabo Verde tem a oportunidade de se tornar um exemplo na integração pioneira de género e clima, transformando vulnerabilidades em resiliência coletiva. Para materializar este potencial, propõem-se as seguintes recomendações-chave.

6.1 Guia de Ação para a Integração de Género na Resposta aos Desafios Climáticos em Cabo Verde

Com base nas análises apresentadas, seguem-se recomendações específicas para fortalecer a integração do género na cooperação institucional e nas políticas públicas e relacionadas às MC em Cabo Verde. Neste sentido, estas recomendações, em conjunto, constituem um Guia de Ação para a integração da perspetiva de género no combate aos desafios climáticos.

Este Guia propõe um conjunto de boas práticas estruturadas em setores, alinhados com vulnerabilidades e prioridades nacionais, e ancorados nos compromissos internacionais de Cabo Verde, nomeadamente a NDC, o PNIG e o NAP. As recomendações aqui apresentadas resultam da análise documental realizada, *benchmarking* internacional e diálogos com atores-chave.

Contudo, para que tais recomendações possam produzir mudanças estruturais e duradouras, é fundamental reconhecer que, face ao contexto nacional acima descrito, soluções eficazes exigem rupturas paradigmáticas, tais como:

- Reconhecer o conhecimento ecológico feminino como base para políticas (ex.: mulheres rurais como peritas em gestão hídrica);
- Descentralizar o poder, criando quotas vinculativas em conselhos locais e fundos climáticos com critérios de género;
- Combater não só a desigualdade de género, mas a desigualdade epistémica – o machismo estrutural que descredibiliza as vozes femininas mesmo quando presentes nas instituições.

As recomendações a seguir estão organizadas em torno de quatro áreas-chave de intervenção que se revelam estratégicas para uma resposta climática inclusiva e transformadora em Cabo Verde: (i) Políticas e Cooperação Institucional (6.1); (ii) Emprego e Inclusão Económica das Mulheres (6.2); (iii) Empreendedorismo e Acesso a Recursos (6.3); e (iv) Pobreza, Proteção Social e Resiliência Comunitária (6.4). Cada uma destas áreas contempla ações prioritárias orientadas para a integração da dimensão de género nas políticas climáticas.

6.1.1 Políticas e Cooperação Institucional

Recomendação 1: Desenvolver e Implementar um Sistema Integrado de Governança Climática Sensível ao Género com mecanismos de seguimento e avaliação

- **Recomendação 1a:** Integrar transversalmente o género em políticas sectoriais, incorporando e/ou reforçando objetivos, metas e indicadores desagregados por género em setores-chave (água, energia, agricultura, pesca), garantindo orçamentos e instrumentos de monitorização que reflitam as necessidades específicas de mulheres e homens.
- **Recomendação 1b:** Realizar análises de género regulares no âmbito da resposta às MC (nomeadamente através da atualização do Observatório de Género), com o objetivo de identificar desigualdades estruturais entre homens e mulheres e orientar intervenções mais justas e eficazes;
- **Recomendação 1c:** Definir objetivos estratégicos de igualdade de género, acompanhados de metas claras, cronogramas e linhas orçamentais dedicadas, assegurando que os recursos respondam às desigualdades identificadas e gerem impactos positivos e mensuráveis na equidade;
- **Recomendação 1d:** Estabelecer indicadores sensíveis ao género para avaliar o progresso das políticas climáticas, incluindo a sua integração nos catálogos de produtos do próximo PEDS;
- **Recomendação 1e:** Garantir a recolha e uso sistemático de dados desagregados por sexo, idade e localização geográfica, para monitorizar impactos diferenciados, ajustar intervenções e assegurar que todas as fases dos programas – concepção, implementação, monitorização e avaliação – reflitam os princípios da igualdade de género e da ação climática.
- **Recomendação 1f** (aprofunda a operacionalização local da Recomendação 1d): Reforçar a institucionalização da transversalização de género nos processos de planeamento municipal, através da integração de indicadores específicos nos instrumentos de planeamento e do estabelecimento de fóruns de diálogo multi-atores sobre género e MC — como o Fórum do Cidadão e do Clima — para promover o alinhamento de políticas sectoriais e territoriais sensíveis ao género.
- **Recomendação 1g:** Alinhar o PNIG com as metas climáticas nacionais, assegurando que políticas de género incorporem critérios de resiliência climática e justiça ambiental.

Recomendação 2: Reforçar a Integração da Orçamentação Sensível ao Género (OSG) e da Orçamentação Responsiva ao Clima (ORC)

- **Recomendação 2.a:** Fortalecer a Gestão das Finanças Públicas (GFP) através de ferramentas como as Climate Public Expenditure and Institutional Reviews (CPEIR)[1] para ma-

1 Climate Public Expenditure and Institutional Reviews (CPEIR) são ferramentas de análise abrangentes que examinam como os países integram as questões relacionadas às MC nas suas políticas, instituições e despesas públicas. Os CPEIRs avaliam as prioridades e estratégias nacionais e sectoriais relacionadas às MC; examinam as estruturas e arranjos institucionais para gerir a resposta às MC e quantificam e analisam os gastos públicos relacionados ao clima no orçamento nacional. Os CPEIRs são geralmente liderados pelos Ministérios das Finanças

pear as despesas climáticas, à semelhança do que acontece com a orçamentação sensível ao género;

- **Recomendação 2.b:** Introduzir e operacionalizar marcadores de género no processo orçamental, de modo a identificar, classificar e monitorizar de forma sistemática as despesas e investimentos públicos que promovem a igualdade de género e a resiliência climática[2] .
- **Recomendação 2.c:** Canalizar recursos externos através do orçamento nacional, em vez de depender de projetos isolados, para garantir a sustentabilidade a longo-prazo. Assim, recomenda-se priorizar a "dupla integração" no NAP, capacitar as instituições locais para elaborar propostas que atendam aos critérios de género dos fundos internacionais e reforçar os sistemas de transparência para rastrear os gastos relacionados ao género e ao clima.
- **Recomendação 2.d:** Integrar uma abordagem de planeamento e orçamentação de género a nível local, assegurando que as políticas públicas descentralizadas considerem as necessidades de mulheres e homens de diferentes idades e condições biopsicossociais e promovam a sua inclusão social em consonância com as mesmas. Esta abordagem deve ser sistemática, com indicadores claros que permitam monitorizar o impacto das ações implementadas.

Recomendação 3: Reforço da Perspetiva de Género e Resiliência Climática no Setor de Água e Saneamento

- **Recomendação 3.a:** Realizar uma análise detalhada dos impactos das MC nos recursos hídricos e na disponibilidade de água em Cabo Verde na próxima revisão da ESGAS ou de outros documentos com o mesmo propósito, considerando aspetos de género e incluir medidas específicas para adaptar os sistemas de água e saneamento aos efeitos das MC, com foco em grupos vulneráveis como mulheres e comunidades rurais.
- **Recomendação 3.b:** Reforçar mecanismos de monitorização e avaliação, de modo a acompanhar o progresso na integração das perspetivas de género e MC no setor.
- **Recomendação 3.c:** Promover a utilização de tecnologias e práticas sustentáveis que reduzam as emissões de gases com efeito de estufa no setor de água e saneamento.
- **Recomendação 3.d:** Fortalecer a capacitação dos profissionais do setor em questões de género e MC.

Recomendação 4: Estabelecer colaboração estratégica entre o ICIEG e o IUCN para implementar o ccGAP. A integração destas entidades permitirá avançar com a implementação de políticas e práticas que considerem a interseção entre género e MC, alinhando as ações com os princípios globais de equidade e sustentabilidade.

ou do Planeamento e os seus resultados têm mostrado que as despesas relacionadas ao clima são significativas, variando de 3% a 15% do total do orçamento nacional e que os gastos domésticos são importantes, não apenas o financiamento internacional.

2 Estes marcadores devem ser utilizados em todas as fases do ciclo orçamental - planeamento, execução e avaliação - permitindo uma análise mais precisa do impacto das políticas e programas sobre mulheres e homens, e facilitando a tomada de decisão baseada em evidências para a integração efetiva das dimensões de género e clima.

- **Recomendação 4.a:** Promover a representação equitativa de mulheres em fóruns decisórios climáticos, incluindo quotas para mulheres em conselhos ambientais locais e nacionais, com metas quantificáveis de participação feminina.
- **Recomendação 4.b:** Estabelecer intercâmbios com países africanos e PEID (cooperação Sul-Sul) para replicar boas práticas de género e clima, incluindo capacitação conjunta e aprendizagem entre pares.[3]

Recomendação 5: Garantir uma educação contextualizada, integrando as dimensões de género e clima nos currículos escolares, e assegurar que os mecanismos de avaliação incluam indicadores de educação climática sensível ao género.

- **Recomendação 5a:** Atualizar os currículos escolares, de modo a integrar transversalmente conteúdos sobre as MC com enfoque de género, assegurando que raparigas e rapazes desenvolvam, em igualdade de condições, competências para enfrentar os desafios ambientais;
- **Recomendação 5b:** Formar docentes e educadores, garantindo que estejam devidamente capacitados para aplicar uma abordagem interseccional e inclusiva no ensino dos temas relacionados com o clima;
- **Recomendação 5c:** Implementar ações específicas de incentivo à participação feminina em ações de formação profissional, nomeadamente na área das energias renováveis.

Com vista à operacionalização das recomendações apresentadas, propõe-se, de seguida, um esquema ilustrativo de aplicação, que poderá servir de referência para futuras ações a planear. Incluem-se passos concretos, exemplos de boas práticas internacionais, recursos úteis e uma lista indicativa de indicadores, que têm um carácter meramente exemplificativo, com o objetivo de apoiar Cabo Verde na integração sistemática das dimensões de género e clima nas políticas públicas e nos mecanismos de cooperação institucional.

3 Com base em boas práticas internacionais e nos últimos desenvolvimentos (incluindo o trabalho do Kaschak Institute, IUCN, etc.).

Quadro 11: Esquema de aplicação das recomendações - Políticas e Cooperação Institucional

AÇÃO	PASSOS CONCRETOS	EXEMPLOS INTERNACIONAIS	EXEMPLOS DE INDICADORES	RECURSOS ÚTEIS
Orçamentação Sensível ao Género e Clima (OSG & ORC)	- Implementar CPEIR - Adotar circulares orçamentais - Capacitar instituições locais	Integrating Gender and Climate Change into Public Finance - UNDP	% do orçamento nacional destinado a políticas climáticas com recorte de género	UNDP Climate Finance
Inclusão de género no setor de água e saneamento	- Adotar tecnologias sustentáveis - Formar profissionais sobre género e clima	WaterAid Gender & Climate Program	2 % de infraestruturas de saneamento resilientes ao clima e acessíveis a mulheres	WaterAid Gender & Climate
Parceria ICIEGIUCN para ccGAP	- Criar um plano de ação conjunto para implementação do ccGAP - Promover cooperação Sul-Sul	IUCN Gender and Environment	- Número de políticas implementadas com abordagem de género e clima - Número de formações em liderança climática para mulheres	IUCN Gender & Environment
Revisão do PNIG	Rever o PNIG com critérios climáticos	UNFCC Gender Action Plan	Número de políticas PNIG com metas climáticas	UNFCCC Gender Action Plan (GAP)
Seguimento e Avaliação	- Realizar análises de género e clima periódicas - Definir objetivos e orçamentos sensível e responsivo ao género e clima - Estabelecer indicadores sensíveis ao género e clima (ex.: diferenças salariais, acesso a recursos) - Rever currículos escolares e formar professores/as em clima e género - Implementar campanhas comunitárias com dados desagregados por sexo	UN Women GenderResponsive Evaluation UNESCO Climate Education Toolkit SADC Gender Protocol (Indicadores Climáticos)	5 % de programas com análises de género concluídas % do orçamento dedicado a ações de género Número de indicadores sensíveis ao género adotados % de escolas com currículos revistos Número de campanhas com dados desagregados	UN Women Evaluation Handbook UNESCO Education for SDGs SADC Gender Toolkit

Fonte: Elaboração própria.

6.1.2 Emprego e Inclusão Económica das Mulheres

Recomendação 6: Ampliar a participação e permanência feminina no setor formal

- **Recomendação 6a:** Expandir os Serviços de Cuidados Infantis e a sua qualidade, reconhecendo a correlação com a conciliação da vida familiar e 97 laboral/profissional das mulheres e homens com responsabilidades familiares;
- **Recomendação 6b:** Promover campanhas que incentivem a partilha equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidados entre homens e mulheres.
- **Recomendação 6c**: Implementação de políticas que garantam ambientes de trabalho seguro e inclusivo, que aposta na prevenção e combate ao assédio e com lideranças capacitadas sobre a diversidade e a inclusão.

Recomendação 7: Promover a Transição Inclusiva para o Mercado de Trabalho em Setores Estratégicos

- **Recomendação 7a:** Reforçar a oferta de cursos técnicos e de capacitação profissional promovendo a participação das mulheres e das demais identidades de género historicamente sub-representadas nas áreas das energias limpas, com enfoque em competências práticas para atuação na instalação, manutenção e gestão de tecnologias sustentáveis.

Quadro 12: Esquema de aplicação das recomendações – Emprego e Inclusão Económica das Mulheres

AÇÃO	PASSOS CONCRETOS	EXEMPLOS INTERNACIONAIS	EXEMPLOS DE INDICADORES	RECURSOS ÚTEIS
Expansão dos serviços de cuidados infantis	Aumentar a oferta de creches públicas Aumentar incentivos fiscais para empresas que disponibilizem serviços de cuidados infantis	Chile Crece Más (ex Chile Crece Contigo)	Taxa de participação feminina no mercado de trabalho % de mulheres que obtiveram emprego formal dentro de 6 meses após acesso a vaga em creche pública % de mulheres em idade ativa residentes a menos de 2km de uma creche	UN Women Childcare Policy Chile Crece Más
Programas de estágios e recrutamento inclusivo	Criar programas de formação técnica para mulheres em setores emergentes Estabelecer cotas de género para estágios	Women in STEM Initiative - UNESCO	% de mulheres empregadas em setores-alvo Nº de programas criados nos setores emergentes	ILO Gender and Employment UNESCO Women in STEM

Fonte: Elaboração própria.

6.1.3 Empreendedorismo e Acesso a Recursos

Recomendação 8: Implementar medidas que promovam o desenvolvimento de MPMEs femininas em setores emergentes, como energia renovável e tecnologia, com destaque para iniciativas como cooperativas de pesca/energia, incluindo a manutenção e comercialização de equipamentos solares. Em consonância com as recomendações do CCDR do Banco Mundial, o setor público deve desempenhar um papel central na facilitação da transição para o emprego verde para as mulheres, inspirando-se em exemplos bem-sucedidos, como a iniciativa WePOWER no setor energético do Sul da Ásia e o programa EqualAqua no setor da água.

- **Recomendação 8.a:** Desenvolver campanhas de comunicação para destacar o papel das mulheres em setores emergentes (energia renovável, pescas), valorizando saberes locais e desafiando estereótipos através de rádios comunitárias e redes sociais.

Recomendação 9: Apoiar o desenvolvimento empresarial das mulheres no setor das pescas:

- **Recomendação 9a**: Assegurar mecanismos de financiamento específicos dirigidos a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) femininas, assegurando o acesso equitativo a crédito, formação e mercados.
- **Recomendação 9b:** Reforçar a inclusão das mulheres e demais grupos historicamente sub-representadas nas cadeias de valor da pesca sustentável e nos processos de tomada de decisão a nível local e nacional.

Recomendação 10: Facilitar o Acesso de Mulheres Agricultoras a Recursos Financeiros e Técnicos

- **Recomendação 10a:** Criar linhas de financiamento inclusivas no setor agrícola, com condições facilitadas e apoio técnico para a elaboração de propostas;
- **Recomendação 10b:** Ampliar os serviços de extensão agrícola com enfoque em práticas resilientes às MC, assegurando que sejam acessíveis e culturalmente apropriados para homens e mulheres em zonas rurais;
- **Recomendação 10c:** Promover capacitações específicas para mulheres agricultoras em gestão de negócios, tecnologias agrícolas sustentáveis e adaptação às MC, reforçando a sua autonomia e participação ativa na cadeia de valor agrícola.

Quadro 13: Esquema de aplicação das recomendações - Empreendedorismo e Acesso a Recursos

AÇÃO	PASSOS CONCRETOS	EXEMPLOS INTERNACIONAIS	EXEMPLOS DE INDICADORES	RECURSOS ÚTEIS
Apoio a MPMEs femininas em setores emergentes	Criar incentivos fiscais e linhas de crédito para mulheres empreendedoras em energia renovável e tecnologia. Oferecer capacitação técnica para manutenção e comercialização de equipamentos solares. Desenvolver PPPs para impulsionar a empregabilidade feminina na economia verde.	WePOWER (Sul da Ásia) EqualAqua (Uganda)	Número de mulheres beneficiadas por linhas de crédito % de empresas femininas nos setores emergentes Número de cooperativas femininas apoiadas Aumento da % de emprego feminino na economia verde	WePOWER EqualAqua
Desenvolvimento empresarial feminino no setor das pescas	Criar fundos de microcrédito específicos para mulheres no setor das pescas. Integrar mulheres nas cadeias de valor da pesca sustentável. Promover a formalização das atividades económicas das mulheres e dos homens no setor.	Gambia UNCTAD Women Fishers Initiative	Número de mulheres com acesso a financiamento. % de mulheres formalizadas no setor. Aumento da % da participação feminina nas cadeias de valor da pesca.	FAO Gender in Fisheries and Aquaculture UNCTAD Women in Fisheries
Acesso a crédito e serviços agrícolas para mulheres	Criar programas de microfinanciamento rural específicos para mulheres. Ampliar serviços de extensão agrícola focados em práticas resilientes ao clima. Garantir representação feminina na formulação de políticas agrícolas.	Women's World Banking African Women in Agricultural Research and Development (AWARD)	% de mulheres com acesso a crédito agrícola. Aumento da produção agrícola feminina sustentável. Participação feminina em decisões políticas agrícolas.	Women's World Banking AWARD

Fonte: Elaboração própria.

6.1.4 Pobreza, Proteção Social e Resiliência Comunitária

Recomendação 11: Promover uma abordagem integrada ao combate à pobreza que contemple a segurança alimentar e o acesso à água para múltiplos usos, com especial atenção ao apoio às mulheres em regiões vulneráveis. Essa abordagem deve basear-se em análises interdisciplinares que considerem as dimensões sociais, económicas e ambientais da pobreza, garantindo respostas mais eficazes e sustentáveis às necessidades dessas populações.

- **Recomendação 11a:** Fazer utilização sistemática de dados desagregados por sexo, idade e condição de deficiência, para identificar desigualdades no acesso a recursos essenciais e orientar intervenções mais justas e direcionadas;
- **Recomendação 11b:** Promover o envolvimento ativo dos homens como aliados na transformação de normas sociais, incentivando a partilha equilibrada das responsabilidades domésticas e de cuidados;
- **Recomendação 11c**: Reforçar e ampliar medidas específicas de proteção e apoio a indivíduos em situação de pobreza, garantindo o acesso contínuo e universal à educação, nutrição, saúde, proteção contra abusos e a espaços seguros para o seu desenvolvimento físico e emocional — com especial atenção a contextos de crise climática e insegurança alimentar.
- **Recomendação 11d:** Desenvolver programas de proteção social sensíveis à idade que garantam às pessoas idosas condições dignas de vida, acesso a cuidados de saúde, segurança alimentar e participação comunitária, valorizando os seus conhecimentos e experiências como recursos para a resiliência local.
- **Recomendação 11e:** Assegurar a inclusão de pessoas LGBQI+ nas estratégias de combate à pobreza e resiliência comunitária, promovendo políticas de proteção social que reconheçam suas vulnerabilidades específicas.

Recomendação 12: Incorporar a Perspetiva de Género na Análise da Pobreza e nas Medidas de Proteção Social Adaptativa

- **Recomendação 12a:** Assegurar que as políticas e programas de proteção social adaptativa integrem medidas específicas para pessoas com deficiência, promovendo a acessibilidade universal, a eliminação de barreiras físicas e sociais e o acesso equitativo a benefícios, serviços essenciais e oportunidades de geração de rendimento, especialmente em contextos de crise e vulnerabilidade agravada.

Recomendação 13: Priorizar a participação ativa e paritária das mulheres em fóruns locais e ações de resiliência comunitária.

- **Recomendação 13a:** Integrar da perspetiva de género em todas as fases do ciclo de gestão de risco, incluindo prevenção, preparação, resposta e recuperação;
- **Recomendação 13b:** Fortalecer da presença e liderança feminina em comités locais de proteção civil e nos processos de mapeamento participativo de riscos;

- **Recomendação 13c:** Adotar sistemas de alerta precoce sensíveis ao género, assegurando que mulheres, especialmente em zonas remotas, tenham acesso à informação em tempo útil.

Quadro 14: Esquema de aplicação das recomendações – Pobreza, Proteção Social e Resiliência Comunitária

AÇÃO	PASSOS CONCRETOS	EXEMPLOS INTERNACIONAIS	EXEMPLOS DE INDICADORES	RECURSOS ÚTEIS
Abordagem integrada à pobreza	Implementar programas de segurança alimentar para mulheres pescadoras e agricultoras Melhorar acesso à água para múltiplos usos em comunidades vulneráveis Utilizar análises interdisciplinares para políticas mais eficazes	IFAD Rural Women Program	% de mulheres com acesso a programas de apoio % de agregados familiares que alcançam segurança alimentar % de políticas de segurança alimentar e água que utilizam dados desagregados por sexo e idade para implementação e monitorização	IFAD Rural Women
Políticas de proteção social adaptativa	Rever políticas públicas para incluir impacto climático na pobreza feminina Criar mecanismos de proteção social específicos para grupos mais vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência e LGBTQIA+) Estender a cobertura dos Programas de transferência de rendimento (RSIE) para atenuar os impactos da sazonalidade do setor da pesca	World Bank Adaptive Social Protection	% de trabalhadoras com acesso a seguros sociais formais Taxa de cobertura de programas de transferência de rendimento para mulheres chefes de família	World Bank Adaptive Social Protection
Redução do risco de desastres com enfoque de género	Incluir mulheres nas estratégias nacionais de redução do risco de desastres Integrar sistemas de alerta precoce que sejam sensíveis às questões de género e às necessidades das pessoas com deficiência. Fortalecer a coordenação entre ministérios para ativação do RSIE	UNDRR Gender and DRR Framework	Participação feminina em planos de resiliência comunitária. Número de comités climáticos com paridade de género Implementação de sistemas de alerta precoce sensíveis ao género e às necessidades das pessoas com deficiência	UNDRR Gender & DRR

Fonte: Elaboração própria.

Este Guia de Ação procura apresentar um caminho claro para integrar a perspetiva de género na resposta climática de Cabo Verde, combinando políticas institucionais, inclusão económica, empreendedorismo feminino e proteção social adaptativa. As recomendações destacam a necessidade de orçamentos sensíveis ao género, participação equitativa nos processos decisórios e investimentos específicos em setores-chave como água, energia e pescas.

A matriz abaixo, organizada por eixos estratégicos, sintetiza as recomendaçõeschave resultantes deste Estudo:

Quadro 15: Síntese das Recomendações-Chave

EIXO ESTRATÉGICO	RECOMENDAÇÕES-CHAVE	OBJETIVO PRINCIPAL
1. Planeamento e Políticas Públicas	Integrar transversalmente o género em políticas sectoriais definindo objetivos e indicadores de género específicos (água, energia, agricultura, pesca)	Garantir a transversalidade do género na ação climática nacional
2. Financiamento e Recursos	Integrar critérios de género nos fundos nacionais de ação climática Criar linhas de microcrédito verde e fundos específicos para mulheres empreendedoras	Reduzir barreiras económicas e promover inclusão
3. Participação e Governança Inclusiva	Estabelecer quotas obrigatórias para mulheres em conselhos e comités ambientais Formar lideranças femininas em áreas técnicas (energia solar, gestão de riscos)	Aumentar a representação e a influência das mulheres
4. Capacitação Técnica e Empoderamento Económico	Oferecer formação em práticas agrícolas resilientes e gestão hídrica Criar estágios e formação técnica em setores verdes (energia, turismo sustentável)	Promover autonomia económica e adaptação local
5. Dados e Monitorização	Atualizar o Observatório de Género e integrar indicadores de clima Recolher dados desagregados regularmente por género, idade e território	Informar políticas com base em evidências concretas
6. Valorização de Saberes Locais e Justiça Epistémica	Incorporar conhecimentos tradicionais das mulheres em diagnósticos e planos de ação Garantir consultas sistemáticas em cada ilha	Reconhecer saberes locais como parte da solução climática

Fonte: Elaboração própria.

A implementação exigirá coordenação entre governo, sociedade civil e parceiros internacionais, com mecanismos robustos de monitorização baseados em dados desagregados por género. Ao transformar estas estratégias em ações concretas, Cabo Verde não só fortalecerá a sua resiliência climática, como promoverá um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo, onde mulheres e homens têm oportunidades iguais para enfrentar os desafios das MC e contribuir para um futuro sustentável. O sucesso dependerá de compromisso político contínuo, financiamento direcionado e capacitação institucional, garantindo que a igualdade de género seja um pilar central da transição climática do país.

Quadro 16: Indicadores Estratégicos ccGAP para Ação Climática com Perspetiva de Género

META ESTRATÉGICA	INDICADOR	MEIO DE VERIFICAÇÃO	PRAZO SUGERIDO
Atualizar o Observatório Nacional de Género, para que inclua a dimensão sobre Clima	Plataforma digital funcional com relatórios anuais e dados desagregados	Portal online, número de relatórios publicados, downloads, acessos	Até 2026
Garantir orçamentos sensíveis ao género nos setores prioritários	% dos orçamentos climáticos com rubricas específicas para equidade de género	Leitura orçamental anual, auditorias de género, relatórios do MFIDS	Até 2027
Apoiar mulheres empreendedoras no setor verde	N.º de linhas de crédito e fundos atribuídos a MPMEs lideradas por mulheres	Relatórios dos bancos, do Fundo Climático Nacional e do ICIEG	Até 2027
Formalizar o uso de saberes tradicionais em políticas climáticas	Nº de diagnósticos territoriais com participação consultiva feminina	Relatórios de workshops locais, atas de consulta comunitária	Até 2028
Oferecer capacitação técnica em setores estratégicos	N.º de mulheres formadas em áreas como energia solar, gestão hídrica, turismo sustentável	Listas de presença, parcerias com centros de formação	Progressivo até 2030
Aumentar a representação feminina em fóruns decisórios climáticos	Pelo menos 40% de mulheres em conselhos, comités e grupos técnicos sobre clima	Atas de reuniões, composição de órgãos, relatórios institucionais	Até 2030

Fonte: Elaboração própria.

O CAPÍTULO 6 EM SÍNTESE

Este capítulo apresenta recomendações concretas para fortalecer a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas de Cabo Verde, organizadas em quatro eixos principais:

1. Políticas e Cooperação Institucional

Destaca-se a necessidade de orçamentação sensível ao género e ao clima, com medidas como:

- *Mapeamento de gastos climáticos através de ferramentas como as Climate Public Expenditure Reviews (CPEIR);*
- *Capacitação institucional para aceder a financiamento internacional com critérios de género;*
- *Inclusão de mulheres em fóruns decisórios;*
- *Revisão da Estratégia de Água e Saneamento (ESGAS) para integrar impactos climáticos distintos por género.*

2. Emprego e Inclusão Económica

Propõe-se:

- *Expansão de creches públicas para aumentar a participação feminina no mercado de trabalho;*
- *Programas de estágios inclusivos em setores emergentes (turismo, energias renováveis);*
- *Formação técnica em áreas como manutenção de equipamentos solares.*

3. Empreendedorismo e Acesso a Recursos

Recomendações-chave:

- *Linhas de crédito específicas para MPMEs lideradas por mulheres em setores verdes;*
- *Apoio à agricultura feminina, com acesso a crédito e extensão rural climática.*

4. Pobreza e Resiliência Comunitária

Prioridades incluem:

- *Proteção social adaptativa com foco em mulheres rurais e chefes de família;*
- *Sistemas de alerta precoce sensíveis ao género;*
- *Participação ativa das mulheres na gestão de riscos de desastres.*

As recomendações visam transformar compromissos políticos em ações práticas, combinando financiamento direcionado, capacitação institucional e participação comunitária. A implementação requer coordenação entre governo, sociedade civil e parceiros internacionais, com monitorização rigorosa através de indicadores desagregados por género.

07.

Conclusão

As MC tornaram-se uma realidade cada vez mais presente no quotidiano de toda a população cabo-verdiana, afetando desde a segurança alimentar e hídrica até a saúde, a economia e a mobilidade humana. Essas mudanças evidenciam-se no diaa-dia da população, com efeitos visíveis na produção agrícola, no acesso à água potável, nas migrações internas e na saúde pública, afetando diretamente a organização das atividades económicas, sociais e familiares nas diferentes ilhas.

O Estudo sobre Género e Mudanças Climáticas em Cabo Verde revela que os impactos das MC não são neutros do ponto de vista do género. Pelo contrário, acentuam desigualdades pré-existentes, afetando de forma desproporcional as mulheres — sobretudo nas zonas rurais, onde a dependência de recursos naturais é mais acentuada. No entanto, o Estudo também destaca o papel estratégico das mulheres nos processos de adaptação e mitigação climática, sublinhando a importância de políticas públicas que reforcem a sua participação e autonomia.

As mulheres rurais, especialmente as em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, enfrentam uma sobrecarga de trabalho não remunerado, maior exposição a riscos de saúde e dificuldades no acesso a recursos produtivos. Além disso, as mulheres também acabam por enfrentar de forma desproporcional os custos sociais das crises (cuidados familiares, insegurança alimentar), maiores riscos sanitários (doenças respiratórias, escassez hídrica) e de violência baseada no género durante eventos extremos. Os homens também são impactados, frequentemente em função de normas sociais associadas à masculinidade, como ocorre em setores laborais mais expostos a eventos climáticos extremos.

Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para a formulação de políticas climáticas que sejam simultaneamente justas, eficazes e promotoras de equidade e resiliência para todos os grupos sociais. Contudo, as políticas climáticas em Cabo Verde apresentam três lacunas críticas:

1. Integração de género incipiente (apenas 50% dos inquiridos conhecem políticas com esta perspetiva e 37,5% as consideram pouco eficazes);

2. Capacidade institucional limitada das organizações locais para implementar projetos complexos;

3. Desconexão com a realidade comunitária devido à falta de consulta participativa, resultando em planos de adaptação sem inclusão feminina ou diagnóstico local adequado.

A exclusão sistemática das mulheres dos espaços de decisão sobre políticas climáticas é evidenciada, neste Estudo, por 58,5% das organizações inquiridas reportam a predominância masculina em fóruns de discussão, mesmo frente à expertise comprovada das mulheres na gestão sustentável de recursos naturais. Essa subalternização é reforçada por barreiras culturais profundamente enraizadas, onde o machismo e os estereótipos de género limitam a participação feminina, até mesmo em setores nos quais as mulheres são maioria ativa, como na agricultura de subsistência. Ignorar essas dinâmicas não só perpetua desigualdades, como também enfraquece a eficácia das respostas climáticas, deixando de lado conhecimentos e experiências fundamentais para a adaptação e mitigação.

Apesar de liderarem práticas adaptativas fundamentais – como a gestão comunitária de recursos hídricos e a implementação de técnicas agrícolas resilientes, as mulheres continuam a

enfrentar obstáculos críticos, nomeadamente o acesso limitado a crédito, terra e tecnologias sustentáveis. Para reverter este cenário, tornam-se urgentes medidas como:

- Criação de linhas de microcrédito verde inclusivas;
- Programas de capacitação técnica adaptados às suas realidades, garantindo assim que a sua voz e experiência se traduzam em políticas climáticas eficazes e inclusivas.

Uma governança climática inclusiva exige:

- Criação/estabelecimento de quotas obrigatórias para representação equilibrada de género em órgãos decisórios;
- Institucionalizando consultas comunitárias com paridade de género;
- Financiamento estratégico, criando linhas de crédito exclusivas para projetos liderados por mulheres – como iniciativas em energias renováveis e agroecologia;
- Infraestruturas críticas, como unidades de frio e barragens, com modelos de gestão participativa;
- Produção e análise de dados desagregados por género para fundamentar políticas climáticas baseadas em evidências e um observatório nacional que avalie a equidade na implementação das medidas.

Além disso, são urgentes medidas mais transversais para combater estereótipos de género através de campanhas de sensibilização que promovam a corresponsabilidade doméstica, envolvendo os homens como aliados, e integrar os conhecimentos tradicionais das mulheres em planos nacionais de adaptação.

A intervenção em alguns setores-chave é urgente.

- Agricultura: garantir o acesso das mulheres rurais a tecnologias de irrigação eficiente e sementes resilientes, reduzindo sua vulnerabilidade às MC;
- Pescas: incluir ativamente as mulheres na cadeia de valor, promovendo equidade económica.
- Saúde: programas específicos para enfrentar doenças agravadas pelas MC que afetam desproporcionalmente as mulheres, como problemas respiratórios e riscos na saúde materna, garantindo respostas adaptadas às suas necessidades.

Por fim, vale a pena salientar que a justiça climática exige igualdade de género. As recomendações deste diagnóstico apontam um caminho claro: políticas climáticas só serão eficazes em Cabo Verde se eliminarem barreiras estruturais e valorizarem o papel das mulheres como agentes de resiliência. A sustentabilidade do país depende da capacidade de transformar vulnerabilidades em oportunidades inclusivas. Para operacionalizar essas mudanças, o Estudo inclui uma matriz orientadora que facilita a aplicação prática de suas orientações.

Cabo Verde tem a oportunidade de ser um exemplo na integração de género na ação climática, alinhando-se aos ODS e ao Acordo de Paris. Para isso, é essencial passar do reconhecimento teórico à ação prática, assegurando que mulheres e homens não só sejam protegidos dos impactos climáticos, mas também protagonistas na construção de soluções. A resiliência do país depende da equidade – ignorá-la seria um erro estratégico e moral.

Referências

CABRI. (2022). *Orçamentação e financiamento para o género e para as mudanças climáticas em África – ilações do programa IBFCCA* [Documento de política]. CABRI (Capacity Building and Research Institute)

Carvalho, C. (2019). Capacitação para a Recuperação Resiliente – fase 2: Elaboração de análise das abordagens de género e integração do projeto Plano de Ação de Género. "Promovendo a Igualdade em Contextos de Recuperação Pós-desastres".

CEDEAO. (2023). *Resumo Executivo da Atualização da Política Energética da CEDEAO*. Direção de Energia e Minas da CEDEAO. https://kb-wordpress.gov.cv/wpcontent/uploads/2023/12/Sumario-Executivo-da-Politica-Energetica-daCEDEAO-VFF.pdf

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania. (2020). *Estudo diagnóstico sobre a situação social e jurídica das pessoas LGBTI em Cabo Verde*. Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania.

Governo de Cabo Verde. (2017). *Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres (ENRRD).*

Governo de Cabo Verde. (2021). *Programa de Governo e Moção de Confiança 2021- 2026.*

Governo de Cabo Verde. (2021). *Resolução nº 99/2021, de 17 de Novembro: Aprova o Plano de Ação Nacional de Género no Acesso à Energia em Cabo Verde (PANGE-CV).* Boletim Oficial, I Série, nº 107. https://kiosk.incv.cv/

Governo de Cabo Verde. (2024). *Estratégia para a Inclusão da Pessoa com Deficiência (EIPcD) 2024-2030 [Relatório aprovado pela Resolução n.º 98/2024].*

Governo de Cabo Verde. Governo de Cabo Verde (2025): Estratégia para o Desenvolvimento e Institucionalização do Sistema Nacional de Cuidados - https://boe.incv.cv/Bulletins/View?id=73866

ICIEG. (2021). *Plano Nacional de Igualdade de Género PNIG 2022-2026.*

ICIEG (2023). *O impacto da implementação da Lei da Paridade nas Eleições legislativas de 2021 em Cabo Verde.*

IUCN (2012). *The Art of Implementation: Gender Strategies Transforming National and Regional Climate Change Decision Making.* IUCN and GGCA.

Ministério da Agricultura. (2021). Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais – POSER-C. "Estudos de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas e Identificação Participativa de Medidas de Adaptação para Integração nos PEDS – Regional".

Ministério da Agricultura e Ambiente. (2020). *Diagnóstico social e de género nas comunidades – Versão Resumida do Projeto: Reforço da Capacidade de Adaptação e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde - REFLOR-CV.*

Ministério da Agricultura e Ambiente. (2021). *Plano Nacional de Adaptação de Cabo Verde. Direção Nacional do Ambiente.*

Ministério da Saúde. (n.d.). *Plano Nacional de Adaptação da Saúde às Mudanças Climáticas 2023-2027 (PNASMC).*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde - Ambição 2030.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Estratégia de Género no Setor das Pescas (EGSP) 2022 a 2026.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento (ESGAS) 2025-2030.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde (GOPEDS-Turismo) para 2018-2030.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *NDC*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Plano de Comunicação do Programa de Ação Climática.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II).*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS) de 2015.*

República de Cabo Verde. (n.d.). *Plano Operacional do Turismo (POT) 2022-2026.*

República de Cabo Verde. (2023). *Resolução nº. 55/2023. Boletim Oficial I Série Nº. 84 de 10 de Agosto de 2023.*

World Bank (2025). *Cabo Verde. Country Climate and Development Report.*

World Bank Group & Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR). (2019). *Compreender o impacto dos desastres hidrometeorológicos nas famílias caboverdianas: Análise do impacto social e na pobreza do projeto "Política de Desenvolvimento de Gestão do Risco de Desastres com Opção de Desembolso Diferido Perante Catástrofes (Cat DDO)" — P160628.*

Anexos

O quadro abaixo apresenta uma sistematização dos principais anexos que acompanham este relatório, organizados segundo o tipo de conteúdo, a sua utilidade prática e a respetiva relevância estratégica. Estes materiais complementares visam reforçar a base empírica, normativa e analítica do estudo, oferecendo instrumentos concretos para o desenho de políticas públicas informadas, alinhadas com os compromissos internacionais e regionais de Cabo Verde em matéria de género e MC.

ANEXO	TÍTULO	TIPO DE CONTEÚDO	UTILIDADE PRÁTICA	RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA
I	Inquérito Online	Instrumento de recolha de dados (quantitativo)	Apoia o diagnóstico das percepções institucionais e comunitárias	Subsidiar políticas baseadas em evidências
II	As Convenções do Rio	Compilação normativa e histórica	Entendimento dos compromissos internacionais de Cabo Verde	Enquadramento legal e diplomático
III	As Convenções do Rio e os ODS	Mapeamento de sinergias entre convenções e ODS	Facilita a articulação entre compromissos globais	Alinhamento com agendas multilaterais
IV	Abordagens sensíveis ao género e clima nas convenções previstas para 2025	Perspetiva antecipatória e análise prospetiva	Preparação para eventos globais (ex: COP30, CSW69)	Antecipação de tendências e oportunidades
V	Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 - União Africana	Análise de políticas africanas	Integração de prioridades regionais africanas	Coerência com o espaço regional
VI	Compromissos da CEDEAO sobre Género e Mudanças Climáticas	Revisão de estratégias regionais	Orientação para políticas harmonizadas na África Ocidental	Cooperação regional e coerência normativa

ANEXO I
Formulário do Inquérito Online

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeUwVLghdCc_1IzTy1516OVXO6awM_FAgr7WFZ3kXUmyKbmXA/viewform?usp=header

ANEXO II
As Convenções do Rio

ANO	AÇÃO	RELEVÂNCIA
2016	Programa das Nações Unidas para o Ambiente e parceiros - Lançamento do Global Gender and Environment Outlook (GGEO): https://www.unep.org/resources/report/globalgender-and-environment-outlook-ggeo	Marco para a igualdade de género no desenvolvimento sustentável e na saúde ambiental.
	PNUA, ONU Mulheres, PNUD, PBSO - Lançamento do Programa Conjunto sobre Mulheres, Recursos Naturais e Paz: https://www.unep.org/topics/disasters-andconflicts/environment-security/women-naturalresources-and-peace	Projeto-chave na interseção entre género, conflito e meio ambiente.
2017	Grupo de Gestão Ambiental - Publicação do relatório do Grupo de Gestão do Ambiente "2016-2017 System-wide Collaboration on the Environment"	Reforço da abordagem de género nos objetivos ambientais.
	UNCCD COP13 - Adoção do Plano de Ação sobre o Género da CNUCD: https://www.unccd.int/resources/publications/gen der-action-plan	Segundo plano de ação para igualdade de género vinculado ao mecanismo de implementação.
	UNFCCC, UNCBD, UNCCD - Inquérito conjunto sobre integração da perspetiva de género: https://www.cbd.int/doc/c/fcc3/ac3d/eba5d8364f be8d5950fef9bf/sbi-02-02-add3-en.pdf	Integração do género nas políticas nacionais e convenções ambientais.
	COP23 da UNFCCC - Adoção do Plano de Ação para as Questões de Género: https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/thegender-action-plan	Todas as Convenções agora possuem planos de género, permitindo maior colaboração.

ANO	AÇÃO	RELEVÂNCIA
2018	COP24 da UNFCCC - Declaração Ministerial sobre Igualdade de Género e Mudanças Climáticas.	Reforço do papel dos governos na promoção de sinergias ambientais sensíveis ao género.
	Governo da Costa Rica - Criação da 'Coligação Para Todos': https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/ 2018-09-28/remarks-the-for-all-coalition-promotionof-gender-equality-and-human-rights-theenvironment-agreements	Aumento da visibilidade do género nas COPs e necessidade de um mecanismo de continuidade.
2019	UNCCD COP14 - Decisão 24/COP.14 para apoiar a integração do género: https://www.unccd.int/sites/default/files/sessions/ documents/2019-11/24-cop14.pdf	CNUCD lidera a criação de sinergias sensíveis ao género.
	UNCCD, IUCN e ONU Mulheres - Lançamento de um manual para projetos transformativos de neutralidade da degradação da terra com perspetiva de género "A Manual for Gender-Responsive Land Degradation Neutrality Transformative Projects and Programmes": https://www.unwomen.org/sites/default/files/Hea dquarters/Attachments/Sections/Library/Publicatio ns/2019/Manual-for-gender-responsive-landdegradation-neutrality-transformative-projectsen.pdf	Integração detalhada do género nos processos de implementação.
	Cimeira de Ação Climática da ONU - Peru e Espanha lideram iniciativa sobre igualdade de género e MC - coligação sobre os motores sociais e políticos na luta contra as MC: https://www.wri.org/insights/growing-momentumjust-transition-5-success-stories-and-newcommitments-tackle-inequality	Países se associam à ONU Mulheres para promover a igualdade de género na ação climática.
	COP25 da UNFCCC - Adoção do Programa de Trabalho Reforçado de Lima sobre Género e Plano de Ação sobre Género (GAP): https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/theenhanced-lima-work-programme-on-gender	Novo plano quinquenal reforça a ação da CQNUAC em género e clima.
2021	CEB - Apoio à Abordagem Comum da ONU para a Biodiversidade: https://unsceb.org/un-commonapproach-biodiversity	Oportunidade para sinergias entre biodiversidade, género e desenvolvimento sustentável.
	Conselho dos Direitos Humanos da ONU - Resolução 48/13 reconhecendo o direito humano a um ambiente saudável: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g21/289 /50/pdf/g2128950.pdf	Fortalecimento da abordagem baseada nos direitos humanos e género nas Convenções do Rio.

ANO	AÇÃO	RELEVÂNCIA
2022	CSW66 - Conclusões apelam à participação das mulheres nas decisões ambientais: https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n22/303 /59/pdf/n2230359.pdf	Definição clara da relação entre género e governança ambiental.
	AGNU - Resolução histórica reconhecendo o ambiente saudável como um direito humano: https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g21/289 /50/pdf/g2128950.pdf	Estabelecimento de um mecanismo central para conectar direitos humanos, género e meio ambiente.
	UNCCD - Adoção do Roteiro do Plano de Ação para Questões de Género.	Aceleração da implementação dos objetivos de igualdade de género.
	UNCBD COP15 - Adoção do Plano de Ação sobre o Género pós-2020, para acelerar a sua aplicação: https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-11-en.pdf	Renovação e ampliação dos objetivos de género da CNUDB
2023	COP28 da UNFCCC - Declaração Conjunta sobre Clima, Natureza e Pessoas: https://www.cop28.com/en/joint-statement-onclimate-nature	Promoção de sinergias e participação equitativa de mulheres e jovens nos processos ambientais.
	COP28 da UNFCCC - Lançamento do Programa Conjunto de Reforço das Capacidades das Convenções do Rio: https://www.cbd.int/cb/jointprogramme	Oportunidade para garantir a integração de género nas formações e módulos de capacitação.
2024	Conferência de Berna III - Mapeamento das metas do KMGBF e MEAs, incluindo igualdade de género: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/44836/Bern%20III%20Conference%20- %20briefing%20note%20%28final%29%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Revisão inclusiva das metas de género na implementação dos acordos ambientais.
	A Resolução 6 da UNEA-6 apela à "promoção de ações nacionais para enfrentar os desafios ambientais globais através de uma maior cooperação entre a Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e os acordos ambientais multilaterais": https://www.unep.org/environmentassembly/unea 6/outcomes	Oportunidade de incluir a dimensão de género como base na governança ambiental.
	UNCCD - Publicação da 'Política e Plano para a Igualdade de Género 2024-2030': https://www.unccd.int/sites/default/files/2024- 07/Gender%20equality%20policy%20and%20plan%20 May%202024%20UNCCD.pdf	Continuidade na abordagem detalhada de género na implementação da CNUCD.
	AGNU 79 - Lançamento da 'Iniciativa Trio do Rio': https://cop29.az/en/media-hub/news/coppresidencies-launch-rio-trio	Crescente busca por sinergias entre as Convenções do Rio.

ANEXO III
As Convenções do Rio e os ODS

ÁREAS-CHAVE PARA SINERGIAS	CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA (UNCBD) - PLANO DE AÇÃO PARA AS QUESTÕES DE GÉNERO	CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA COMBATER A DESERTIFICAÇÃO (UNCCD) - PLANO DE AÇÃO PARA AS QUESTÕES DE GÉNERO	CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (UNFCCC) - PLANO DE AÇÃO PARA AS QUESTÕES DE GÉNERO	AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Objetivo	Apoiar a implementação do Quadro Mundial para a Biodiversidade de KunmingMontreal com abordagem sensível ao género.	Tornar a aplicação da Convenção sensível e transformadora em termos de género, fornecendo orientações para integrar a dimensão de género.	Promover a integração coerente da perspetiva de género na ação climática e na participação das mulheres no processo da CQNUAC.	Reafirmar princípios da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.
Integrar Considerações de Igualdade de Género na Implementação	Desenvolvimento da capacidade nacional para produção e uso de dados de género.	Incluir a igualdade de género nos relatórios nacionais de execução e promover o empoderamento económico das mulheres rurais.	Reforçar a integração sistémica das questões de género nas políticas climáticas e capacitar governos para essa integração.	Adotar e reforçar políticas para promover a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres.
Mobilizar Recursos Financeiros para uma Implementação Sensível ao Género	Aplicar uma orçamentação sensível ao género e garantir acesso equitativo das mulheres aos serviços financeiros.	Aumentar a participação equitativa na elaboração de orçamentos e financiar iniciativas relacionadas com género.	Sensibilizar para boas práticas de acesso ao financiamento por mulheres, povos indígenas e comunidades locais.	Mobilizar recursos financeiros para conservar e utilizar biodiversidade e ecossistemas de forma sustentável.
Desenvolver e Reforçar as Capacidades das Mulheres na Liderança e na Tomada de Decisões	Reforçar a participação das mulheres nos processos da CDB e aumentar oportunidades de liderança.	Capacitar mulheres locais para implementar a Convenção e aumentar a sua liderança na tomada de decisões.	Apoiar a liderança feminina nos processos da CQNUAC e fornecer capacitação para delegadas.	Assegurar participação plena e efetiva das mulheres e igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis.
Direitos das Mulheres e Raparigas à Terra e aos Recursos Naturais	Ampliar o acesso das mulheres à propriedade da terra e aos recursos naturais.	Compilar dados sobre a relação entre conservação e direitos das mulheres à terra.	Reforçar a coordenação da tomada em consideração do género pelos órgãos subsidiários no âmbito da CQNUAC e do Acordo de Paris.	Empreender reformas para garantir direitos iguais das mulheres aos recursos económicos e à propriedade da terra.
Oportunidades Económicas e Tecnológicas para Mulheres	Promover oportunidades empresariais femininas em setores sustentáveis.	Reforçar capacidades técnicas para mulheres em projetos de desenvolvimento.	Promover a utilização de soluções tecnológicas sensíveis às questões de género para fazer face às MC, e produzir dados desagregados por sexo.	Garantir emprego digno e igualdade salarial para mulheres e homens.

ANEXO IV
Abordagens Sensíveis ao Género e Clima nas Convenções Previstas para 2025

FÓRUM GLOBAL	PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	DATAS
Comissão sobre o Estatuto da Mulher - 69ª Sessão (CSW 69)	O trigésimo aniversário da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Pequim+30) avalia a igualdade de género no contexto das MC, da perda de biodiversidade e da degradação dos solos e da aplicação dos ODS e das Convenções do Rio.	Março 2025
Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável - 113ª Sessão (HLPF)	O HLPF irá rever: ODS 3 sobre saúde; ODS 5 sobre igualdade de género; ODS 8 sobre trabalho digno e crescimento económico sustentável; ODS 14 sobre oceanos; ODS 17 sobre parcerias, abrangendo as MC, a perda de biodiversidade e a degradação dos solos. As análises através de uma lente sinérgica do ponto de vista ambiental e sensível ao género permitirão soluções mais sólidas.	Julho 2025
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - 30ª Conferência das Partes (UNFCCC COP30)	O Plano de Ação para as Questões de Género (GAP) deverá ser renovado pelas Partes, com base na prorrogação de 10 anos do Programa de Trabalho de Lima Reforçado sobre Género na COP29, em 2024. Oportunidades para debater o aumento do financiamento e o reforço da coordenação no âmbito do GAP para as sinergias da Convenção do Rio sobre questões-chave comuns, incluindo os direitos humanos, os processos inclusivos, a capacidade, os direitos fundiários e a segurança da posse, os cuidados e o clima, o financiamento sensível ao género, os dados relativos ao género e ao ambiente, os sistemas alimentares sustentáveis, as soluções baseadas na natureza, a paz e a segurança e a violência baseada no género.	Novembro 2025

ANEXO V
Género e Mudanças Climáticas na Agenda 2063 - União Africana

ÁREA	OBJETIVOS	INICIATIVAS PRINCIPAIS	LINKS PARA MAIS INFORMAÇÕES
Mudanças Climáticas	-Desenvolver estratégias de mitigação e adaptação climática. - Reduzir os impactos das MC sobre comunidades vulneráveis, especialmente mulheres e crianças. - Promover o uso de energias renováveis e práticas sustentáveis na agricultura e na economia.	**- Resiliência Climática:** Adoção de políticas de adaptação e proteção ambiental. **- Energia Sustentável:** Transição para fontes renováveis e incentivo à inovação tecnológica verde. **- Agricultura Sustentável:** Promoção de práticas agrícolas que reduzam a desertificação e garantam segurança alimentar.	Agenda 2063: A África que Queremos (Versão Popular): https://au.int/sites/default/files/documents/36204-docagenda2063_popular_version_po.pdf Relatório de avaliação do primeiro plano decenal de implementação (ftyip) e elaboração do segundo plano decenal de implementação da agenda 2063 (styip): portal.africaunion.org/DVD/Documents/DOC-AU-WD/EX CL 1403 (XLII)_P.pdf - Quadro de Resultados de Género da União Africana: https://au.int/sites/default/files/documents/42730-doc04_UNWOMEN_-_AU_Gender_Scorecard_Report_-_Portuguese_Version_-_Final_for_Web.pdf - Protocolo de Maputo sobre os Direitos das Mulheres em África: https://au.int/sites/default/files/documents/31260-doc2015_auc_african_gender_scorecard_pr.pdf

ANEXO VI
Compromissos da CEDEAO sobre Género e Mudanças Climáticas

DOCUMENTO/ POLÍTICA	PRINCIPAIS COMPROMISSOS	DESCRIÇÃO	LINK PARA O DOCUMENTO
Política da CEDEAO para a Integração do Género no Acesso à Energia (2017)	- Promoção da Igualdade de Género no Setor Energético - Eliminação de Barreiras à Participação das Mulheres	Esta política visa abordar as disparidades de género no setor da energia, garantindo a participação igualitária de homens e mulheres na expansão do acesso à energia. Estabelece objetivos estratégicos para integrar eficazmente o género no acesso à energia.	Política da CEDEAO para a Integração do Género no Acesso à Energia ecow_pol-pt_print.pdf
Estratégia de Género e Plano de Ação 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes (RRC)	- Implementação de RRC Sensível ao Género - Fortalecimento da Participação das Mulheres na Tomada de Decisões	Este plano visa integrar a perspetiva de género na redução do risco de catástrofes, reconhecendo as vulnerabilidades específicas das mulheres e promovendo a sua participação ativa em políticas e programas de RRC.	Estratégia de Género e Plano de Ação da CEDEAO para a RRC (2020-2030): https://wrd.unwomen.org/sites/ default/files/2022- 08/Estrat%C3%A9gia%20de%20G%C3%A9nero%20e%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20da%20CEDEAO%20para%20a%20Redu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Risco%20de%20Cat%C3%A1strofes%20%282020-2030%29.pdf
Estratégia Climática Regional da CEDEAO e Plano de Ação (2022-2030)	- Promoção da Sustentabilidade Ambiental com Perspetiva de Género - Integração da Igualdade de Género nas Políticas Climáticas	Esta estratégia estabelece um quadro para a ação climática na região, enfatizando a necessidade de integrar a igualdade de género nas políticas e programas relacionados com as MC.	Estratégia Climática Regional da CEDEAO e Plano de Ação (2022- 2030): https://ecowap.ecowas.int/medi a/ecowap/file_document/2022_ Plan_dactions_-_Strat%C3%A9gie_R%C3%A9gionale_Climat_de_la_CEDEAO_2022-2030_FR.pdf